



UNIVERSIDADE DE UBERABA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: FORMAÇÃO DOCENTE
PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA -
MESTRADO PROFISSIONAL

Kênia Morgana Machado

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL – uma trilha a ser construída na escola de educação básica
da rede estadual de Minas Gerais

UBERLÂNDIA – MG

2022

KÊNIA MORGANA MACHADO

**AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL – uma trilha a ser construída na escola de educação
básica da rede estadual de Minas Gerais.**

Dissertação e aplicativo apresentados ao Programa de Mestrado Profissional em Educação – formação docente para a Educação Básica da Universidade de Uberaba, como etapa de avaliação para a obtenção do título de mestre, sob a orientação da Professora Doutora Gercina Santana Novais.

Linha de pesquisa: Práticas Docentes para a Educação Básica.

UBERLÂNDIA – MG

2022

II

FICHA CATALOGRÁFICA

Catálogo elaborado pelo Setor de Referência da Biblioteca Central UNIUBE

- | | |
|------|---|
| M18a | <p>Machado, Kênia Morgana.</p> <p>Avaliação institucional: uma trilha a ser construída na escola de educação básica da rede estadual de Minas Gerais / Kênia Morgana Machado. – Uberlândia, 2022.</p> <p>183 f. : il. color.</p> <p>Dissertação (Mestrado) – Universidade de Uberaba. Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação: Formação Docente para a Educação Básica. Linha de pesquisa: Práticas Docentes para a Educação Básica.</p> <p>Orientadora: Profa. Dra. Gercina Santana Novais.</p> <p>1. Escolas – Avaliação. 2. Gestão escolar. 3. Ensino médio. 4. Ensino – Aprendizagem. I. Novais, Gercina Santana. II. Universidade de Uberaba. Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação. III. Título.</p> <p>CDD 371</p> |
|------|---|

FICHA DA BANCA EXAMINADORA


KÊNIA MORGANA MACHADO

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL – UMA TRILHA A SER CONSTRUÍDA NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE ESTADUAL DE MINAS GERAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Educação da Universidade de Uberaba, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em 11/03/2022

BANCA EXAMINADORA



Profª. Drª. Gercina Santana Novais
(Orientadora)
Universidade de Uberaba–UNIUBE



Prof. Dr. Anderson Oramisio Santos
Universidade Federal de Jataí -UFJ



Prof. Dr. Tiago Zanquêta de Souza
Universidade de Uberaba – UNIUBE

DEDICO esse trabalho ao meu filho Kaio Rafael Machado Ribeiro, estudante universitário que esteve ao meu lado durante todo processo, se abdicando de espaços, programações de filmes, séries, jogos e música respeitando meus momentos de estudo.

Ao João Batista Rodrigues pelas tentativas de prover alimento, de promover momentos de folga para descanso e recomposição de energias quando não conseguia me disvencilhar dos compromissos com a pesquisa.

Dedico também aos meus irmãos e irmãs: Cleide, Cátia, Juma, Reinaldo, Belchior, e Baltazar, à mamãe e seu companheiro pela compreensão, da minha ausência nos momentos dedicados à pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus e à Nossa Senhora que me honraram diante de todas as dificuldades enfrentadas, estiveram ao meu lado me fortalecendo diante de um cenário de percas e sofrimento global. Mantiveram-me intacta perante o inimigo invisível e blindaram as minhas emoções me dando ânimo para amparar aos meus possíveis que se aproximaram em um isolamento físico e ao mesmo tempo populosamente virtual.

Agradeço à diretora da Escola Estadual Antônio Thomáz Ferreira de Rezende, Sônia Maria Barbosa Lemes que autorizou e disponibilizou toda documentação da escola para análise.

Agradeço ao professor doutor Marlon Caetano efetivo da disciplina de Física na Escola Estadual Antônio Thomáz Ferreira de Rezende que me apresentou à programação em blocos e foi um grande parceiro na produção do App produto deste estudo de pesquisa.

Agradeço à professora doutora e orientadora Gercina Santana Novais por não decistir da minha pesquisa, pelos ensinamentos transferidos, pelas palavras suaves, firmes e objetivas durante a construção da pesquisa, não consigo descrever com palavras, tamanha foi a sua contribuição para a construção da minha identidade enquanto pesquisadora.

“Alguns homens vêem as coisas como são
e dizem, ‘porquê’? Eu sonho com as
coisas que nunca foram e digo, ‘por que
não?’”

Geroge Bernard Shaw

RESUMO

Esta investigação, vinculada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação: Formação Docente para a Educação Básica, por meio da linha de pesquisa Práticas Docentes para Educação Básica, e ao Grupo de Pesquisa em Formação Docente, Direito de Aprender e Práticas Pedagógicas / Projeto-guarda-chuva, intitulado “Pesquisa, Formação e Intervenção na Educação: estudos em contextos educativos escolares e não escolares”, tem como objetivo geral: Identificar e analisar indícios de avaliação institucional nos documentos produzidos pela escola no ano de 2021, e as possibilidades do desenvolvimento desse tipo de avaliação a partir da análise dos referidos documentos. E como objetivos específicos: Identificar e analisar registros de avaliação institucional, contemplando ensino e aprendizagem, trabalho pedagógico e as relações interpessoais de circulações de informações internas e externas com a comunidade escolar e secretaria regional de educação; Identificar e analisar indicadores que devem compor a avaliação institucional; Verificar a potencialidade dos documentos produzidos pela escola para a avaliação institucional; Identificar e analisar vínculos da avaliação institucional com o desenvolvimento da qualidade social da educação; e Criar, a partir dos resultados da pesquisa, um software sobre trilhas de avaliação institucional como instrumento para interação e reflexão sobre avaliação institucional. Adotando a abordagem qualitativa, e partindo de uma revisão bibliográfica sobre avaliação institucional na educação básica, foi realizada uma pesquisa documental guiada pelos procedimentos de Cellard (2008), análise preliminar e análise, em uma escola de Ensino Médio na rede estadual de Uberlândia. Essa pesquisa ancorou-se em estudos de autores, como exemplo: Brandalise (2008), Dias Sobrino (2011), Esteban (2008), Freitas (2014), Grochoska e Eyng (2005), Libâneo (2013), Luck (2012), Silva (2009), Sordi (2006), pesquisadores que elaboraram trabalhos pertinentes ao assunto. A análise dos resultados da pesquisa permite afirmar que a avaliação institucional acontece nas escolas da rede estadual de Uberlândia-MG, de forma disseminada em ações pontuais, contemplando dimensões da referida avaliação, durante todo o ano letivo: na atualização do PPP e Regimento, nas Reuniões de Conselhos de Classe, na análise dos resultados das avaliações externas e internas, nos planos de ação e na articulação dos planejamentos de intervenção registrados nos documentos pedagógicos da escola, quando produzidos em reuniões com a participação da comunidade escolar e equipe pedagógica da Superintendência Regional de Ensino. Todavia, os resultados revelaram ausência da integração dessas ações, da participação de toda a comunicação escolar na referida avaliação e de reflexão coletiva sobre avaliação da escola, bem como, evidenciaram dificuldade de acesso aos documentos produzidos pela escola e fundamentais para os processos de avaliação institucional. Com base nos resultados da pesquisa foi criado um aplicativo denominado *Trilha da Avaliação Institucional* com a finalidade de favorecer o acesso da comunidade escolar aos referidos documentos e criar espaços de participação. O referido aplicativo visa contribuir para que a comunidade escolar tenha as informações necessárias para atuar como protagonista na construção da qualidade social da educação.

Palavras-chave: Avaliação institucional. Gestão escolar. Ensino médio. Qualidade social da educação. Ensino aprendizagem.

ABSTRACT

This investigation, linked to the Professional Master's Program in Education: Teacher Training for Basic Education, through the Research Line Teaching Practices for Basic Education, and to the Research Group on Teacher Training, Right to Learn and Pedagogical Practices / Project-guard -chuva, entitled "Research, Training and Intervention in Education: in school and non-school contexts", has as educational objective: To identify and study institutional evaluation studies in documents by the school in the year 2021, and as possibilities for the development of this type of evaluation from the analysis of documents. And as specific institutional objectives: Identify and study evaluation records, contemplating and learning, pedagogical secretariat work and regional teaching as internal and external information circulation with the school community and education; Identify and analyze indicators that should compose an institutional assessment; Check the potential of evaluation documents by the school for the institutional; Identify and analyze the links between institutional evaluation and the development of the social quality of education; and Create, based on the results of the research, a software on institutional assessment trails as a tool for interaction and reflection on institutional assessment. Adopting a qualitative approach, and starting from a basic bibliographic review on institutional evaluation in education, a documental research was carried out guided by the teaching procedures (2008), preliminary analysis and analysis, in a state teaching school in Uberlândia. This was anchored in studies by authors, for example: Brandalise (2008), Dias Sobrino (2011), Esteban (2008), Freitas (2014), Grochoska and Eyng (2005), Libâneo (2013), Luck (2012), Silva (2009), Sordi (2006), researcher who prepare works relevant to the subject. The analysis of the research results allows us to affirm that the institutional evaluation takes place in the schools of the state network of Uberlândia-MG, in a disseminated way in specific actions, contemplating dimensions of the referred evaluation, throughout the academic year: in the updating of the PPP and Regiment, in the Class Council meetings, in the analysis of the results of external and internal evaluations, in the action plans and in the articulation of intervention plans recorded in the school's pedagogical documents, when produced in meetings with the participation of the school community and the pedagogical team of the Regional Superintendence education. However, the results revealed a lack of integration of these actions, of the participation of all school communication in that evaluation and of collective reflection on the evaluation of the school, as well as, evidenced difficulty in accessing the documents produced by the school and fundamental for the processes of institutional evaluation. . Based on the research results, an application called Institutional Assessment Trail was created with the purpose of favoring the school community's access to these documents and creating spaces for participation. This application aims to help the school community to have the necessary information to act as a protagonist in the construction of the social quality of education.

Keywords: Institutional evaluation. School management. High school. Social quality of education. Teaching learning.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Levantamento de teses, dissertações e artigos publicados entre o período 2010 a 2021.....	46
Figura1 - Relações educativas.....	138

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO – NARRATIVAS ESCOLHIDAS E CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA	13
ATIVIDADE DO LABOR	14
ATIVIDADE DE TRABALHO	15
QUESTÃO CENTRAL	36
QUESTÕES COMPLEMENTARES	36
OBJETIVO GERAL	37
OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	37
A ORGANIZAÇÃO DO RELATÓRIO DE PESQUISA	37
SEÇÃO I – O CAMINHO DA PESQUISA: ESCOLHAS TEÓRICA-METODOLÓGICAS.....	39
1.1.Revisão de literatura.....	39
1.2.PESQUISA DOCUMENTAL	40
1.2.1. Local da Pesquisa.....	42
1.2.2. Análise dos dados	43
SEÇÃO II – DIÁLOGOS COM OS RESULTADOS DA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	45
SEÇÃO III - APONTAMENTOS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS.....	67
SEÇÃO IV – AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E QUALIDADE SOCIAL DA EDUCAÇÃO	85
SEÇÃO V – DADOS E RESULTADOS: APRESENTANDO, ANALISANDO E INTERPRETANDO DOCUMENTOS	95
5.1. INDÍCIOS E POTENCIALIDADES DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: EM FOCO OS DOCUMENTOS.	96
5.1.1. Plataforma de Avaliação e Monitoramento SIMAVE (Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública).	96
5.1.2. Projeto Político Pedagógico.....	101
5.1.3. Regimento Escolar	106
5.1.4. Gravação das reuniões.....	108
5.1.5. Quadro de pessoal.....	112
5.1.6. Relatórios das Avaliações Internas (Conselho de Classe)	114
5.1.7. E-mail institucional.....	116
5.1.8. Grupos de WhatsApp	125
5.1.9. Facebook	128
5.1.10. Instagram.....	129
SEÇÃO VI - SOFTWARE DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: DOS RESULTADOS DA PESQUISA À CRIAÇÃO	132
Considerações Finais.....	140
REFERÊNCIAS	141
APÊNDICES	149
APÊNDICE A – DOCUMENTOS EM ANÁLISE	149

APÊNDICE B – DESIGNER A SER INSERIDO NO APP: TRILHAS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	152
APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO DA ABA FALE CONOSCO.....	158
ANEXOS.....	164
Anexo I – Programação em blocos do App – Trilhas da Avaliação Institucional.	164

INTRODUÇÃO– Narrativas escolhidas e construção do objeto de pesquisa

Eu, Kênia Morgana Machado filha de Dilza José Caetano Machado e Pedro Berto Machado (*in memorian*) fui educada em uma cidade no noroeste de Minas Gerais chamada de Vazante onde morei por 18 anos, hoje com 20 mil habitantes. Nasci em Patos de Minas/MG por exigência médica, minha mãe estudou quando criança contra a vontade do pai e quando se casou com 18 anos meu pai a impedia. Sou a primeira filha de 7 irmãos, aprendi a ler, escrever e fazer contas sozinha, sempre fui muito curiosa e observadora. Usava as embalagens de bobina de papel que vinham enroladas nas compras, verificava sempre os documentos do meu pai na bolsa que ele carregava, além de conferir a caderneta com as compras do supermercado. Meu pai era caminhoneiro e sempre tinha caneta em casa, ele sempre trazia jornais da cidade grande.

Contornava todas as letras das embalagens, a mamãe nunca deixou de responder as minhas perguntas, é uma pessoa muito sábia, já conversamos várias vezes sobre sua história de vida, não consigo entender, ela educou cada um de nós usando toda a pedagogia descrita nos livros e a severidade da vara quando necessário, “era frequente”, eu perguntava como ela sabia de tudo, e como ela sabia lidar com todas aquelas situações, ela respondia que era por amor, que educou a mim e que os outros seguiram o exemplo, eu acredito porque não me recordo de ensinar nenhum dos meus irmãos.

Quando ainda com 5 anos fui matriculada na escola estadual mais próxima de casa no ano de 1983, no pré-escolar, achei entediante, eu já conhecia todas as letras, já lia, conhecia os números e já fazia contas simples, a professora percebeu e me conduziu à sala do primeiro ano, ainda entediada, a professora me entregou um livro de Português, consumível, fiz as atividades de sala e comecei a responder o livro extra, em casa terminei de completar o mesmo, entreguei a professora no dia seguinte com a esperança de receber um novo livro, a professora pediu para chamar meus pais na escola, soube então que teria que fazer uma viagem à cidade de Paracatu/MG, onde está localizada a Superintendência Regional de Ensino encontrar uma pedagoga que faria teste comigo para encontrar um caminho legal para que eu fosse encaminhada para uma turma condizente com o nível em que me encontrava, voltei da viagem e fui transferida para outra escola da cidade no primeiro ano a qual permaneci até a quarta série.

Atividade do Labor

Meu pai faleceu eu tinha 8 anos, a partir daí minha mãe trabalhou muito e sempre deixou grande quantidade de tarefas para nós que ficávamos em casa, atividades de labor, eu aprendi todas as tarefas domésticas com ela, porém não gostava e não via valor. De acordo com Hanna,

O labor é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano, cujos crescimento espontâneo, metabolismo e eventual declínio têm a ver com as necessidades vitais produzidas e introduzidas pelo labor no processo da vida. A condição humana do labor é a própria vida. (ARENDT, 2007, p. 15).

Sem o meu pai, a vida ficou muito difícil, mas a mamãe nunca desistiu, eu não gostava do labor, porém, continuava com as tarefas de labor em casa, as tias e tios nunca nos abandonaram, sempre estavam presentes, conversando, educando, orientando, passeando, brincando, trabalhando...

Fotografia 1 - 1985 – 4ª série, com o cabelo preso de lado



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Quinto ano em diante, terminaria meus estudos da educação básica em outra escola o “ginásio”, segui trabalhando, estudando e ajudando no labor em casa, televisão, quase nunca podíamos assistir, aprendemos a plantar, a colher, a cuidar de porcos, a cuidar da casa, a matar e preparar galinhas, e ainda sobrava muito tempo para brincar com meus irmãos, quando queríamos brincar na rua, só com a presença da mamãe e até o horário pré-determinado.

Nasci com um problema de saúde ESTENOSE DE JUP, estava sempre doente, era um problema raro, fiz muitos exames em cidades diferentes e foi descoberto aqui em Uberlândia eu já tinha 17 anos, era o segundo caso atendido pelo Hospital das Clínicas em 1994, fiz duas cirurgias abertas para correção desse problema, porém não funcionou, o meu rim esquerdo foi isolado e o direito continua funcionando pelos dois, procurava nos livros de ciências para tentar entender porquê tanta dor, ficava muito nervosa quando acontecia, seguia dieta, acreditava que morreria sem resolver esse problema, imagino que a mamãe acreditava que me perderia muito cedo, sempre que queria fazer algo, eu conversava com ela, insistia e ela permitia, nunca me cobrou nada de escola, nem monitorava minhas notas, e eu nunca me comportei mau a ponto de reclamação por parte dos professores.

Descobri a paixão pelos meninos aos 15 anos, foram muitos beijos, muitas surras, muita confusão, a mamãe não conversava sobre o assunto, fui muito insistente, usava vários argumentos, enfim ela permitiu que eu namorasse, as minhas colegas e primas às mães faziam enxovais para se prepararem para o casamento, a mamãe não, dizia: “vocês não vão se casar, vão estudar e serem independentes”.

Atividade de trabalho

De acordo com Hanna Arendt, a diferença entre o produto do trabalho e o produto do labor é que este último era destruído tão logo fosse produzido, uma vez que se presta apenas à manutenção do processo vital do ser humano. Já o produto do trabalho, diferentemente do labor, não se presta a criar coisas que se desfaçam tão logo que sejam criadas. Antes, as criações perpetradas pelo trabalho visam transcender à própria existência individual de seu criador.

O trabalho produz um mundo artificial de coisas, nitidamente diferente de qualquer ambiente natural. Dentro de suas fronteiras habita cada vida individual, embora esse mundo se destine a sobreviver e a transcender todas as vidas individuais. A condição humana do trabalho é a mundanidade. (ARENDT, 2007, p. 15)

Fiz curso de datilografia, pintura, quando soube da existência de um computador já estava na oitava série. Foram sorteados cursos de informática na escola para os alunos, consegui um curso com um colega que não tinha interesse, o curso era em Paracatu, tínhamos que pagar passagem de ônibus e almoço, acontecia no sábado o dia

todo, era um dilema, eu e meus colegas, pagávamos a ida de ônibus aí tínhamos que escolher se comprássemos almoço, teríamos que voltar de carona, o dinheiro era muito curto e teríamos vários sábados pela frente, o Ensino Médio nessa mesma escola era técnico, primeiro ano básico e segundo e terceiro ano você escolheria Magistério ou Técnico em Contabilidade.

Eu sempre gostei de estudar, optei por Contabilidade, gostei muito do curso, estudei à noite e trabalhava durante o dia, era a primeira da turma, ajudava sempre meus colegas e tinha a esperança de trabalhar na área. Quando me formei estava grávida de 8 meses, não me casei, trabalhei no comércio local e fiz todos os cursos oferecidos pelo SENAI na área de atendimento comercial e empreendedorismo de 1997 a 2004 (todos pagos), também busquei aprendizado na auto-escola, todas as categorias oferecidas na cidade até o ano de 2010.

Fotografia 2 - 1995 – Formatura do Ensino Médio – Técnico em Contabilidade



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Fotografia 3 - 2000 – Curso Básico de Secretariado



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Fotografia 4 - 2004 – Minha mãe de blusa vermelha, o marido dela de blusa azul ao fundo, meu filho, meus irmãos, irmãs e meu sobrinho Pedro de bermuda preta ao fundo. (Nesta foto, faltam minha irmã Cleide, minha sobrina Jhuly e meu irmão Belchior gêmeo do irmão de boné que estava tirando a foto em uma viagem a Cabo Frio/RJ).



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Em 2004, soube do interesse das autoridades locais em trazer uma filial da UNIPAC para Vazante, participei de uma reunião na Câmara Municipal onde o prefeito, secretária de educação, vereadores, o deputado Bonifácio Andrada e público civil negociavam a possibilidade de implantação de uma filial na cidade, os cursos oferecidos seriam Pedagogia e Normal Superior, pois, a legislação já exigia o curso superior aos professores que atuavam em sala de aula.

Minha experiência era comercial, por vez trabalhava em um supermercado da cidade, meu filho já tinha completado 8 anos, deixei o supermercado porque o horário era incompatível com a faculdade, fiz o vestibular, meu sonho era fazer a faculdade, dar continuidade à vida escolar, optei pela pedagogia, porém, o curso com mais inscrições foi o Curso Normal Superior com formação para atuar nos anos iniciais do ensino fundamental e educação infantil.

Para Bauman,

A identidade só nos é revelada como algo a ser inventado, e não descoberto; como alvo de um esforço, um objetivo; como uma coisa que ainda se precisa construir a partir do zero ou escolher entre alternativas e então lutar por ela e protegê-la... (BAUMAN, 2005, p.23).

A partir daí se inicia a construção de uma identidade profissional, meu processo de iniciação científica, algo a ser inventado nas palavras de Bauman, fui a primeira da família a me tornar uma professora, a noção de professora que eu tinha era das minhas professoras da Educação Básica, meu objetivo era cursar uma faculdade, seria capaz de todo o esforço necessário, partir do zero, uma escolha que aguardava o momento certo, a oportunidade de cursar uma faculdade “em casa”, ficava localizada a quatro quarteirões. A maior dificuldade foi falar em público, meu vocabulário era muito popular e reduzido, treinei muito pronúncia na conjugação dos verbos, minha maior habilidade sempre foi escrever, as professoras reforçavam sempre, “usar a linguagem formal, sempre que adentrar à sala de aula”, sempre soube me comunicar em todos os ambientes comerciais e domésticos, porém, fazer uso da linguagem formal durante a aula inteira, era muito difícil, até hoje me polio quanto a linguagem formal, algumas pessoas me questionam se sou nordestina ou baiana, tanto é o esforço na conjugação dos verbos e pronomes.

Todas as minhas colegas eram professoras atuantes em sala de aula, mães e donas de casa, éramos duas turmas do curso Normal Superior, me sentia entusiasmada e feliz por estar na faculdade, para pagar as xérox e a mensalidade ministrava aulas de reforço para qualquer estudante que precisava, em casa, por hora, exceto à estudantes do Ensino Médio. O primeiro e segundo períodos foram fáceis, as disciplinas eram conteúdos que eu já conhecia, terceiro período em diante vieram as metodologias, políticas públicas, psicologias, pedagogias, me sentia uma estranha no ninho, não conhecia nada da prática em sala de aula, tive que enfrentar o medo de falar em público, apesar de ter feito até um curso sobre isso, porém meu público eram todas professoras.

Já no 3º período da faculdade fui expulsa da sala em dia de avaliação pela direção da faculdade por não estar em dia com as mensalidades do curso. Voltei pra casa muito triste e desapontada, sem saber o que fazer, já no segundo semestre de 2005, no outro dia voltei à escola e retomei meus estudos normalmente, a secretária me pediu desculpas em nome da diretora da UNIPAC, fiz a avaliação que tinha perdido sem custo adicional, já havia percebido que se não regularizasse rápido as mensalidades não teria como continuar meus estudos.

Soube do programa de bolças do ProUni¹ e escrevi para o ministério da educação e cultura por email endereçado ao presidente Lula, descrevi sobre a minha realidade naquele momento e meu sonho de terminar de cursar a faculdade, na semana seguinte a secretária da escola me pediu toda documentação que confirmasse a história que eu havia escrito ao MEC, entreguei toda documentação à secretária, como era estudante frequente e com média alta em todas as disciplinas, recebi meia bolça do ProUni, a partir do 4º período as mensalidades vieram impressas com o valor R\$ 0,00, enfim poderia realizar meu grande sonho.

Fiz substituições informais para professores do Ensino Fundamental II, minha primeira turma foi de 7º ano, disciplina de Língua Portuguesa, elaborei uma trilha para que os alunos fixassem os conteúdos: substantivos, adjetivos e tempos verbais, os alunos ficaram eufóricos, vibraram com a atividade, a supervisora correu na sala para verificar o que estava acontecendo e meu plano de aula, conversou com os alunos, porém, eles não se acalmaram, achei divertido e desafiador.

Enquanto isso, na faculdade surgiram novos cursos foram criados: Administração, Serviço Social, nova turma de Normal Superior e Tecnologia em Meio Ambiente, ainda seguindo com as aulas de reforço, eu tinha alunos de todas as idades, processos seletivos, pré-vestibular, qualquer conteúdo, atendia até meus colegas de faculdade e de outras faculdades de outras cidades, o atendimento era por hora, sentávamos juntos, aprendíamos juntos, e assim fui me familiarizando com o ensino-aprendizagem.

Projeto Político Pedagógico, História da Arte, Políticas Educacionais, História da Religião, Literatura Infantil, difícil de entender, estudava a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, fazíamos resenhas, fichamentos, seminários, exposição de aulas, trabalho de campo, brincadeiras, dinâmicas em grupo.

No estágio achei tudo muito inusitado, tive muitas dificuldades com os relatórios de avaliação de desenvolvimento cognitivo na Educação Infantil, já conhecia a teoria de Piaget, porém por falta de experiência, conseguia apenas descrever as características que a criança apresentava em cada dia, não conseguia identificar qual estágio de

¹O Programa Universidade para Todos (ProUni) foi criado em 2004, pela Lei nº 11.096/2005, e tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. As instituições que aderem ao programa recebem isenção de tributos.

desenvolvimento se encontrava a criança observada, aprendi que cada ser humano é único e que há variações individuais de acordo com habilidades desenvolvidas e experiência, percebi que a avaliação precisa dessa unicidade entre a teoria e a prática.

Ainda na faculdade consegui um contrato de dois meses na rede estadual com uma turma de 6º ano, na disciplina de Matemática, era na zona rural da cidade de Lagamar, na maioria das vezes os alunos eram comprometidos e respeitosos, ganhei chocolate, presenciei um aluno quebrando o nariz do outro aluno com a mesa da classe, presenciei também uma professora marcando casamento com um aluno do 9º ano.

No final do ano tínhamos várias reuniões: pais, formulação do PPP, estudo das resoluções do ano seguinte, previsões de absenteísmo, a maior parte da equipe era efetiva, as professoras se revezavam na direção da escola. Percebi que apesar das várias reuniões para preparação para o ano letivo subsequente, a avaliação institucional e/ou autoavaliação não foi pautada, não identifiquei uma sistematização da avaliação institucional embora eu entenda que ela sempre ocorra informalmente, sem uma reflexão coletiva, sem uma discussão a cerca dos resultados educacionais.

Longe de conseguir contrato na minha área continuei a assumir contratos de Matemática, aulas de reforço, atendimento aos meus colegas de faculdade, por fazer parte da primeira turma da faculdade de Vazante e com tempo disponível, os colegas me procuravam para ajudar na elaboração, desenvolvimento, trabalho de campo e apresentação dos TCCs, auxiliava também na parte escrita, correções e normas da ABNT, foi uma grande aventura na construção de conhecimentos, aprendi muito com nossas pesquisas: Acomodação, transporte e destinação de lixo hospitalar; Segregação e reciclagem do lixo de um distrito da cidade, Monitoramento da E.T.E., visitei um orfanato em Paracatu, estudei sobre adoção, guarda compartilhada, vandalismo nas praças da cidade, gravidez na adolescência, absenteísmo por questões odontológicas, processos de licitação, seguros, capital de giro, entre outros, e visitei também uma fazenda na qual eram desenvolvidas atividades para recuperação de dependentes químicos, dentre tantos outros projetos que acompanhei.

O meu TCC foi sobre o uso da informática como ferramenta de ensino de matemática com foco na metodologia dos professores, trabalho de campo nas escolas estaduais da cidade.

Fotografia 5 - 1ª Turma Curso Normal Superior – Vazante/MG – FUPAC – Faculdade Presidente Antônio Carlos, 2007.



Fonte: arquivo pessoal da autora.

Fotografia 6 - Pedido de casamento (2009) que resultou na mudança para Uberlândia/MG.



Fonte: arquivo pessoal da autora.

Mudei-me para Uberlândia na companhia de meu filho já com 14 anos em 2010, atrás de ampliar meus conhecimentos e de novas oportunidades de trabalho, ao lado também de um companheiro uberlandense que havia me oferecido uma proposta de casamento, não conhecia a cidade e seu funcionamento, trabalhei como moto táxi, babá de um menino de 2 anos, telemarketing, fiz processos seletivos na prefeitura. Em 2011 foi publicado que iriam contratar técnicos em contabilidade para realizar a prestação de contas das escolas da rede estadual, liguei na escola mais próxima, organizei meus

documentos e fui contratada.

Minha atribuição era relativa ao departamento financeiro, porém se entrelaçava às várias ações pedagógicas e administrativas da escola, aprendi muito sobre as atividades de escrituração escolar, procedimentos do departamento de pessoal, da organização e funcionamento de uma instituição escolar, no entanto, não participei e/ou identifiquei características da avaliação institucional e/ou reflexões coletivas sobre os resultados dos processos avaliativos ocorridos durante o ano letivo, trabalhei na escola por quase 4 anos.

Em meu segundo cargo, trabalhei como professora de matemática para o ensino fundamental anos finais, em 2012 decidi fazer especializações, Psicopedagogia, Supervisão e Inspeção, presencial aos sábados, teve como avaliação final a escrita de um artigo. No curso de Psicopedagogia aprendi sobre as dificuldades de aprendizagem dos alunos e escrevi sobre as dificuldades de ensinagem, pois era meu grande dilema, e percebia a necessidade de avaliações que contemplassem as diferentes dimensões dos processos de ensino e aprendizagem, elaboradas e desenvolvidas com a participação dos membros da comunidade escolar.

Durante o curso de Supervisão e Inspeção estudei sobre a organização e funcionamento da escola, legislação, relações interpessoais, “formação de professores”, liderança e ensino-aprendizagem e escrevi sobre o papel da informática no trabalho da supervisão escolar.

Deixei o cargo de contabilidade assim que me especializei como supervisora escolar, tive minha primeira experiência no estado, aprendi muito com a diretora da escola: acompanhamento dos planos semanais dos professores, acompanhamento e auxílio nos projetos dos professores, acompanhamento dos estudantes em sala de aula, atendimento aos pais e responsáveis, atendimento às requisições da secretaria e analista pedagógica.

Fiz um curso de Libras oferecido pelo estado coordenado pela Superintendência Regional de Ensino de Uberlândia, minha motivação foi um estudante que conheci no ano de 2013 ao lecionar no CEEEU (Centro Estadual de Educação Especial de Uberlândia), escola de educação especial, surdo e autista, não consegui me comunicar com ele, me senti despreparada.

Fotografia 7 - Curso de Libras 2014 – Professor Cristiano



Fonte: arquivo pessoal da autora.

Participei de oficinas de Acessibilidade e Xadrez organizados pela prefeitura, tive ótimas experiências na rede municipal de Uberlândia, trabalhei com o PIP (Projeto de Intervenção Pedagógica) por dois anos consecutivos (2012 e 2013).

Fotografia 8 - Formação continuada - Cesec - PMU - 2013



Fonte: arquivo pessoal da autora.

No decorrer do ano de 2013 foi nos oferecido na instituição escolar um curso de extensão na UFU (Universidade Federal de Uberlândia), Gestão Democrática, foi grande a adesão, 80% dos profissionais de todas as licenciaturas puderam participar. O curso seria um pré-requisito para concorrer ao cargo da direção escolar nos anos seguintes, com ênfase no funcionamento escolar: legislação, merenda, verbas, relações interpessoais, estrutura física, pedagógica, entre outros. Teve como trabalho final de conclusão em dupla, a construção de um Plano de Ação em Gestão Democrática na

Escola Pública.

Fotografia 9 -Curso de Extensão Gestão Democrática (2013) – Secretária de Educação
Gercina Santana Novaes



Fonte: arquivo pessoal da autora.

No referido ano, a Secretaria Municipal de Educação do Município de Uberlândia – SME- publica uma carta no Diário Oficial do Município – DOM, de 08 de outubro de 2013. Nessa carta consta:

[...] para nós, não há sombra de dúvida em torno da relação entre qualidade da educação e participação ativa da população nos processos de decisão e avaliação do Projeto Político Pedagógico. A participação ativa possibilita colocar em movimento a construção da escola pública popular, democrática e de qualidade referenciada socialmente.

Constam, também, críticas à avaliação concebida como medição de desempenho dos/as estudantes e observações sobre finalidades da educação escolar, concepção de educação e indicadores de qualidade da educação. Vejamos:

A escola pública popular, democrática e de qualidade referenciada socialmente expande a noção e os indicadores de qualidade a partir da reflexão sobre as finalidades da educação escolar, no contexto da discussão sobre princípios e valores que sustentam a noção de nação e de Estado. Esses princípios e valores são vinculados ao fortalecimento da democracia e da luta pela superação desigual de distribuição dos bens econômicos, sociais, científicos, tecnológicos e culturais, a valorização da diversidade cultural e construção da paz e permanência da dignidade humana. Essa ideia de nação ancora o projeto de educação da escola pública popular. (Uberlândia, Dom, 2014, p.6).

Em seguida, são expostos indicadores de qualidade da educação:

1. Articulação do currículo escolar com as produções culturais dos grupos de convivência dos (as) crianças; 2. Oportunidades de participação da família das crianças na escola; 3. Participação das crianças e profissionais da educação em atividades vinculadas ao exercício da cidadania ativa; 4. Oferta de situações que favoreçam a investigação, a produção e a socialização de conhecimentos; 5. Redução da taxa de violência na escola; 6. Oferta de situações que contribuam para aprendizagens do uso das diferentes linguagens e a leitura crítica do texto e do mundo; 7. Oferta de situações que contribuam para o desenvolvimento da autonomia intelectual das crianças; 8. Participação da comunidade escolar na elaboração, implementação e avaliação do Projeto Político Pedagógico; 9. Capacidade da unidade escolar em participar de redes de instituições, com vistas à colaboração para efetivar condições de ensinar e de aprender; 10. Índice de participação de profissionais em atividades de formação permanente; 11. Existência de trabalho coletivo, interligado e articulado na escola; 12. Gestão escolar democrática; 15. Estrutura física da escola: manutenção, reparos e construção; 16. Existência de estratégias de intervenção pedagógica no ensino e aprendizagem; 17. Taxa de participação das crianças em atividades vinculadas ao exercício da cidadania ativa; 18. Educação livre de discriminação e preconceitos (raciais, gênero, classe social, geração, sexualidade, dentre outros); 19. Oportunidades de educação digital; 20. Índices de crianças, jovens e adultos alfabetizados. (Uberlândia, Dom, 2014, p.6-7).

Nesse período participei de reuniões em uma escola da rede municipal, nas quais ocorreram discussões sobre os resultados das avaliações internas e externas e a busca de compreensão sobre a produção desses resultados. A partir dessa compreensão, a elaboração de ações coletivas interventivas. Na supervisão escolar enquanto contratada através de processo seletivo trabalhei na Escola Municipal Prof. Olga Del'Fávero - CAIC Laranjeiras por três meses (março, abril e maio/2015), a escola possuía um quadro com grande parte da equipe efetiva, desenvolviam um trabalho bastante fundamentado, identifiquei que a equipe de pedagogas que atuavam na escola faziam o tratamento dos resultados das avaliações internas e externas, identificavam habilidades consolidadas e dificuldades de aprendizagem de forma bastante pontual e as reuniões de módulo com os professores eram de debates sobre os resultados, planos de ação e metas, descritas no planejamento, direcionadas com foco nas dificuldades identificadas e todo esse procedimento era transcrito nas reuniões de formulação do PPP da escola.

Além desses resultados serem tratados em reunião de pais e mestres com o intuito de discutir proposta de parceria e responsabilização dos pais e outros responsáveis, na busca de parceria com a comunidade escolar em prol de um aprendizado com qualidade social, na qual cada seguimento agia de forma consciente

sobre o seu papel no desenvolvimento da aprendizagem. Nessa escola foi possível identificar elementos da Avaliação Institucional, porque eram momentos de olhar para os resultados das avaliações, a realidade daquela escola e se perguntar, como e porque aqueles resultados foram produzidos, se analisava os documentos como o PPP e o Regimento escolar, havia uma reflexão coletiva acerca do trabalho desenvolvido na escola, desde a estrutura física, materiais pedagógicos, formação continuada e a formulação do Plano de Cargos e Carreiras da Educação no município de Uberlândia.

Figura 10 - Caic Laranjeiras – PMU - 2015



Fonte: arquivo pessoal da autora.

Aprendi muito como profissional da rede pública municipal, trabalhei na zona rural, tinha laboratório de informática e professora responsável que fazia o agendamento e o plano de aula em acordo com a disciplina e turma.

Enquanto supervisora, trabalhei na educação infantil, ensino fundamental anos iniciais e finais, telessala, ensino médio e EJA(Educação de Jovens e Adultos), ensino rural e urbano, enquanto professora regente trabalhei com ensino fundamental I e II, e tempo integral. Enquanto professora de reforço orientadora trabalhei de forma individual com estudantes do ensino fundamental I e II, ensino superior, pós graduandos, estudante com deficiência no processamento auditivo, estudante com altas habilidades.

Em 2015 e 2016 trabalhei na Escola Estadual Hortêncio Diniz como professora regente de turma sob a direção da professora Sônia Mara, a qual no final do ano letivo fez assembleia com todos os servidores da escola, ao meu ver tinham elementos de uma “Avaliação Institucional”, ela apresentou as resoluções de funcionamento e organização escolar, os resultados das avaliações externas, rememorou as dificuldades enfrentadas pelo grande número de faltas e afastamento do corpo docente durante o ano letivo,

identificou no PPP os projetos desenvolvidos na escola, os projetos que teriam continuidade, os que seriam retirados e a inclusão de novos projetos interdisciplinares, e nessa mesma reunião já organizava o desenvolvimento dos mesmos para o ano seguinte, já indicando democraticamente os professores coordenadores de cada projeto e o engajamento dos professores efetivos. Recordo-me que no início de cada ano escolar a diretora com o auxílio da especialista prepara um caderno de planos com calendário, horário de aulas, projetos desenvolvidos na escola e legislação vigente, com a entrega para cada professor.

Figura 11 - Escola Estadual Hortêncio Diniz (2016) –Projeto Halloween da Língua Inglesa



Fonte: arquivo pessoal da autora.

No segundo semestre de 2015 e início de 2016 trabalhei como supervisora substituta contratada com a equipe de professores de Ensino Médio na Escola Estadual Professor José Ignácio de Sousa, a qual era composta por mestres e doutores, percebi a necessidade de aprofundamento nos meus estudos para atender as demandas do tempo presente nos aspectos educacionais, políticos e culturais nos quais a escola estava inserida.

Procurei por editais de Pós Graduação *Stricto Sensu* na Universidade Federal de Uberlândia que tinham como critério de seleção: Proficiência em Língua Estrangeira, Avaliação por meio de dissertação e um Projeto de Pesquisa. Ao final do ano de 2016 passei pelo processo seletivo do Mestrado Acadêmico em Educação sob a linha de pesquisa Ciências e Matemática pela UFU turma para 2017, o qual consegui aproveitamento somente na dissertação, em Língua Estrangeira optei pela Língua Inglesa, não consegui a média exigida e o projeto sobre “O uso da informática no Ensino da Matemática” não foi aprovado.

No primeiro semestre de 2017 já com os dois cargos: Professora Regente de

Turma e Supervisão Escolar na rede estadual, fui convidada por meio do processo seletivo de supervisão escolar à trabalhar na rede municipal, pensei por um momento, diante do novo Plano de Cargos e Carreira da Educação criado e aprovado no governo do prefeito Gilmar Machado, conseguiria o dobro da minha remuneração como supervisora da rede estadual e com apenas um cargo de 6 horas conseguiria me preparar para ingressar no mestrado. Aceitei trabalhar na rede municipal, pedi dispensa dos dois cargos da rede estadual e busquei novos editais para o mestrado, nas minhas buscas, por meio de uma professora da escola municipal onde eu estava atuando, professora Maria de Fátima mestranda da UNIUBE como aluna especial. Essa professora me apresentou o mestrado profissional da rede privada. Visitei a universidade, verifiquei sobre o programa do Mestrado Profissional em Educação, as Linhas de Pesquisa, da ementa, o corpo docente, prazos, bem como a parte financeira investida no programa.

Fotografia 12 - Professora Fátima – 2017



Fonte: arquivo pessoal da autora.

Fotografia 13 - Seminário do Mestrado UNIUBE - 2018



Fonte: arquivo pessoal da autora.

Enquanto supervisora na rede municipal em 2017, na Escola Municipal Professora Maria Regina Arantes Lemes, acompanhei uma estudante e a professora de Língua Portuguesa Mariáh em uma viagem de três dias com oficiais do Batalhão e outros estudantes, professores e supervisoras ganhadores do prêmio do 13º Concurso Literário Estudantil de 2017, promovido pela prefeitura em parceria com o 36º Batalhão de Infantaria Mecanizada de Uberlândia para conhecermos as instalações e funcionamento da EsPCEx - Escola Preparatória de Cadetes do Exército em Campinas/SP e Academia Militar das Agulhas Negras (escola de ensino superior do Exército Brasileiro) em Resende/RJ.

Fotografia 14 - EsPCEEx - Escola Preparatória de Cadetes do Exército em Campinas/SP



Fonte: arquivo pessoal da autora.

Fotografia 15 - Agulhas Negras (escola de ensino superior do Exército Brasileiro) em Resende/RJ.



Fonte: arquivo pessoal da autora.

Fiz o processo seletivo como aluno especial em agosto/2017 na UNIUBE, com proposta de projeto de intervenção no ensino da Matemática na Educação Básica, com início das aulas em setembro do mesmo ano com a disciplina eletiva Tópicos Especiais em Educação Básica: Identidade, História e Formação Docente, que teve como avaliação final o planejamento de uma aula expositiva para um curso de graduação, escolhi como disciplina Metodologia Científica. Passei pela prova de proficiência em língua estrangeira em outubro do mesmo ano, optei pela Língua Espanhola a qual consegui uma média favorável.

No primeiro semestre de 2018, passei novamente pelo processo seletivo como

aluna especial na UNIUBE com a mesma intenção em pesquisar sobre o ensino de Matemática na Educação Básica, cursando a disciplina eletiva de Organização do Trabalho Pedagógico na Educação Básica que teve como avaliação final a escrita de um artigo, escrevi sobre o Surgimento da Escola Pública em Vazante/MG, por meio de revisão bibliográfica e pesquisa de campo.

Ainda em 2018, trabalhando como professora eventual, nos anos finais do Ensino Fundamental e superisora do Ensino Médio, ambos na rede estadual, conheci a supervisora Sandra, a qual nos anos anteriores trabalhava com o Pacto como analista educacional na Superintendência Regional de Ensino, enquanto supervisora na escola que eu atuava como eventual, apresentava nas reuniões de Conselho de Classe uma proposta interessante com elementos de uma avaliação institucional. Ela trouxe para as reuniões do Conselho de Classe gráficos com resultados dos 1º e 2º bimestres das avaliações internas e resultados das avaliações externas disponíveis, apontou descritores e habilidades com menor número de acerto e comparou com os resultados das avaliações internas desenvolvidas na escola abrindo espaço para análise e reflexão da equipe docente presente naquele momento.

Fotografia 16 - Equipe docente e a supervisora Sandra na Escola Estadual Presidente Juscelino Kubitschek (2018)



Fonte: arquivo pessoal da autora.

Foram muitas reflexões e apontamentos da equipe, fiquei entusiasmada e usei a mesma estratégia na escola em que eu atuava como supervisora. A equipe docente participou ativamente e ficaram impressionados em ver o resultado do seu trabalho sendo foco de análise, surgiram outros indicadores como indisciplina das turmas, os professores que conseguiram sucesso falaram sobre suas estratégias, bem como os professores das disciplinas com médias mais altas também exporaram suas estratégias com os colegas, propomos também uma parceria à equipe docente para trabalharem em seus conteúdos habilidades as quais os estudantes apresentavam maior dificuldade,

como leitura e interpretação de textos e cálculos matemáticos em todas as disciplinas oferecidas na grade curricular.

No segundo semestre de 2018 e no ano de 2019 afastei-me da UNIUBE para regularização da parte financeira, ao mesmo tempo em que participei de novo processo seletivo da UFU: Pós Graduação FAGED – Edital 01/2018 para alunos regulares – mestrado – turma de 2019, sob a Linha de Pesquisa: Educação em Ciências e Matemática, cujo critério de classificação era apenas uma dissertação e avaliação de títulos, com resultado final de 1º lugar na cota de negros, pardos e indígenas e 7º lugar na lista de ampla concorrência o qual oferecia 14 vagas. Tentei fazer minha matrícula por cinco vezes, por motivos não elucidados e/ou descabidos perdi a vaga no curso, desisti depois de ouvir o secretário dizer que já haviam convocado outro candidato fora das vagas para ocupar um lugar que era meu.

Acredito que um processo seletivo, bem como período de matrículas, informações sobre as disciplinas, horários, corpo docente, cronograma de procedimentos a serem cumpridos pelos estudantes e professores devem ser amplamente divulgados na instituição e/ou meios virtuais, os servidores da instituição de ensino devem ter domínio e dispor de todas as informações no atendimento aos estudantes e ainda seus resultados deveriam ser claros e objetivos.

E no caso de algum equívoco deve haver reparação por parte da instituição de ensino, uma “segunda chamada”, ao estudante que dedicou tempo de estudo, dinheiro com inscrição, transporte, na tentativa de fazer uma matrícula, de buscar informações, na tentativa de cursar um mestrado, uma professora da educação básica, de escola pública em busca de formação, aprovada dentro do número de vagas, prefiro acreditar que a instituição de ensino não tenha intencionalidade em deixar de atender um estudante, apenas falta de informação e/ou desorganização.

Em 2019, novamente, trabalhei como supervisora escolar no Ensino Médio com a equipe de mestres e doutores da Escola Estadual Professor José Ignácio de Sousa, fiz a interface dos resultados do ano anterior com os resultados do primeiro bimestre para análise e reflexão da equipe gestora e proposta de apresentação na reunião de Conselho de Classe, mas, não foi possível pelo excesso de demandas naquele período, contribuindo assim para o fortalecimento do meu interesse por avaliação institucional e a decisão de abandonar o tema “ensino de Matemática na Educação Básica”.

Decidi direcionar o meu trabalho de pesquisa para uma articulação, estruturação, identificação de documentos, materialização de resultados, disponibilizar às instituições de ensino da Educação Básica, bem como à comunidade escolar, área em que atuo, uma ferramenta de consulta, análise e avaliação formativa para a equipe pedagógica, dentro do contexto ao qual está inserida, sem a intenção de julgar, hanquear e/ou rotular a instituição, uma ferramenta de apoio para reflexão sobre os processos de avaliação institucional, na tentativa de promover a articulação de planejamentos democráticos de intervenção por parte de profissionais da educação, estudantes e responsáveis, no ambiente educacional, visando à qualidade social na educação.

Novais e Nunes (2017) consideram que:

Discorrer sobre qualidade em educação, quando se tem como objeto o ensino e a aprendizagem para todos os grupos sociais, pressupõe analisar o funcionamento da escola e os resultados obtidos a partir do currículo prescrito e do real, desenhados e efetivados pela unidade escolar nos quais devemos considerar a proposta de avaliação, os recursos pedagógicos utilizados, a formação docente, a participação da comunidade escolar e de outras comunidades que habitam o entorno da escola, as histórias de cada estudante, os recursos financeiros, a gestão de conhecimento, de pessoas e das relações político/pedagógicas que se entrecruzam na organização da unidade escolar. É importante ressaltarmos que para se compreender a qualidade educacional é necessário refletir sobre as relações socioculturais, econômicas e políticas entrecruzadas na tecitura da organização da educação e, ainda, considerar os sujeitos sociais que transitam no ambiente escolar e entorno. (NOVAIS; NUNES, 2017, p. 302).

Imersa nessa reflexão, escolhi como tema para o meu projeto de pesquisa “**Avaliação institucional:** uma trilha a ser construída na escola de educação básica na rede estadual”, pois gostaria de oferecer contribuições teóricas e práticas sobre essa temática, a partir da reflexão decorrente da minha prática nas escolas estaduais e municipais do município de Uberlândia-MG. Trabalhei em 17 (dezessete) escolas da rede pública estadual e percebi a necessidade de reflexão coletiva sobre as diferentes dimensões da educação escolar e a possibilidade de relacioná-la com o desenvolvimento da qualidade educativa, ancorada em processos de avaliação institucional com a comunidade escolar.

Todavia, argumento que é necessário tornar acessível à comunidade escolar documentos oficiais sobre funcionamento escolar, resultados das avaliações externas e internas, projetos político pedagógicos, dentre outros, fomentando um canal aberto de troca de informações e conhecimentos, pensando na democratização da avaliação da

escola e da educação ali praticada. Pensando, também, no bem-estar, no conforto, na utilidade e praticidade da organização das informações que indicam melhores condições de vida à comunidade escolar e demais interessados em educação, eficácia, melhor aproveitamento do tempo pessoal, evitando desgaste emocional por sobrecarga de trabalho, dificuldade de acesso aos documentos elaborados pela escola, como exemplo o PPP e o Regimento Escolar.

Argumento que conhecimento e acesso à informação são poder. Por isso, é fundamental o acesso a banco de dados para averiguação, o fomento à reflexão sobre a prática e à criação de momentos formativos e avaliativos. Argumento, ainda, que um software, na palma da mão, disponibilizado pela própria escola, pode facilitar a participação da comunidade escolar e demais interessados na avaliação institucional.

Essa defesa da pertinência de criação de um software é formulada em meio de demanda crescente do uso de tecnologia educacional, com a finalidade de viabilizar o ensino remoto em tempos de pandemia do Coronavírus, no ano de 2020, no qual a maioria dos profissionais da educação teve que utilizar ambientes on-line. O mundo passa pelo ataque de um vírus mortal e contagioso, foram contabilizados em janeiro de 2021 em todo mundo, mais de dois milhões de mortos. No dia 18/01/2021 a primeira dose da vacina foi aplicada em uma profissional de saúde em Uberlândia.

A maioria dos profissionais da educação trabalharam de forma virtual, atendimento de pais, alunos e professores através de telas, seja de celular, computador, televisão e até mesmo via rádio, várias foram às alterações nos documentos das escolas para adequação a essa realidade, procedimento este nunca antes realizado pela escola, em contexto de exclusão digital de parcela significativa de estudantes das redes públicas de ensino e ausência de políticas públicas de financiamento das condições de ensinar e aprender.

Mesmo diante de tantas perdas humanas, as instituições de ensino tiveram avanço com relação ao uso das tecnologias digitais. Todavia, tendo em vista os dados sobre “evasão escolar²” e a participação excludente (NOVAIS, 2015) da maioria dos

²Segundo dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a evasão escolar no Brasil atinge 5 milhões de alunos. Durante a pandemia de Covid-19, esses números aumentaram em 5% entre os alunos do ensino fundamental e 10% no ensino médio. Para os que ainda estão matriculados, a dificuldade foi de acesso, com 4 milhões de estudantes sem conectividade.

Fonte: Agência Câmara de Notícias (2021).

alunos, na “escola virtual”, pois, o tipo de participação exclui os alunos, cresceu também o questionamento sobre a qualidade da educação promovida pelo Estado e a exclusão escolar provocada pela falta de acesso à rede de internet, computadores etc., e pela decisão de “não perder o ano letivo”, avaliando apenas a carga horária cumprida pelo estudante para a promoção.

Nesse contexto, o desenvolvimento de avaliação institucional se torna cada vez mais relevante. Para tanto, é importante democratizar o acesso aos dados e documentos necessários para revelar aspectos da realidade dos nossos estudantes, professores e suas famílias, identificando dificuldades de acesso enfrentadas por uma parcela significativa da sociedade que não poderiam ter impedimentos para pensar a prática, formular diagnósticos e articular intervenções no ensino e aprendizagem de conteúdos do currículo escolar.

Documento assinado eletronicamente por Julia Sant'Anna, Secretária de Estado de Educação, em 17/04/2020, às 17h39min., conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017, expõe a organização do ensino em tempo de pandemia e permite conhecer sobre as ações do Estado e se constituir em uma fonte de dados para a reflexão sobre o Regime Especial de atividades presenciais e Regime Especial de Teletrabalho nas Escolas Estaduais.

O governo do estado de Minas Gerais por meio da RESOLUÇÃO SEE Nº 4310/2020, dispõe sobre as normas para a oferta de Regime Especial de Atividades Não Presenciais, e institui o Regime Especial de Teletrabalho nas Escolas Estaduais da Rede Pública de Educação Básica e de Educação Profissional, em decorrência da pandemia Coronavírus (COVID-19), para cumprimento da carga horária mínima exigida, considerando o disposto no §1º, inciso III do art. 93 da Constituição Estadual, o §2º, do art. 23 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB), no Decreto Estadual nº 47.886, de 15 de março de 2020, que dispõe sobre medidas de prevenção ao contágio e de enfrentamento e contingenciamento, no âmbito do Poder Executivo, da epidemia de doença infecciosa viral respiratória causada pelo agente Coronavírus (COVID-19), a Deliberação do Comitê Gestor Extraordinário COVID-19 nº 18, de 22 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas adotadas no âmbito do Sistema Estadual de Educação, enquanto durar o estado de CALAMIDADE PÚBLICA em decorrência da pandemia causada pelo agente Coronavírus (COVID-19), em todo o território do Estado, a Deliberação do Comitê Gestor Extraordinário COVID-19 nº 26, de 8 de abril de 2020 que dispõe sobre o regime de teletrabalho no âmbito do Sistema Estadual de Educação, enquanto durar o estado de CALAMIDADE PÚBLICA em decorrência da pandemia Coronavírus – COVID-19, em todo o

território do Estado e a Nota de Esclarecimento e Orientações 01/2020 do Conselho Estadual de Educação - CEE, de 26 de março de 2020, que esclarece e orienta para a reorganização das atividades escolares do Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais, devido à pandemia COVID-19 (BRASIL, 2020).

Com data de retorno ao ensino presencial obrigatória para 03/11/2021 e certamente com consequências fatídicas para a educação, seja na questão humana devido à exclusão escolar, no papel da escola enquanto promotora da continuidade da construção do conhecimento, nas políticas públicas para atender a demanda do cronograma do ano letivo, nas questões psicológicas de toda uma população diante de tanta transformação e mudanças de forma tão abruptas na forma de ensinar e aprender.

Nos anos 2020 e 2021, a avaliação recebeu novos formatos, e foi associado de forma recorrente, ao termo Progressão Continuada³ para estudantes de todos os níveis e modalidades de ensino nas escolas da rede pública estadual de ensino de Minas Gerais. Por isso, reiteramos a importância da avaliação institucional. Esse tipo de avaliação pode cumprir um papel fundamental na elaboração de proposta de intervenção educativa, vinculada à melhoria da qualidade social da educação.

A avaliação institucional da escola consiste em um processo sistemático, abrangente e contínuo de observação, coleta e análise de dados, interpretação e julgamento da realidade e práticas escolares, em seus desdobramentos e interações, tendo por objetivo contribuir para a melhoria contínua do trabalho educacional e dos seus resultados. (LÜCK, 2012, p. 39).

A problematização em torno da avaliação da escola tem evidenciado, segundo Brandalise (2010), a necessidade de discutir a importância da avaliação institucional como processo que permeia o trabalho educativo, o aprimoramento do processo de gestão escolar e a possibilidade de institucionalização de práticas avaliativas assentadas numa política de mudança e desenvolvimento da qualidade educativa. Para a autora, a avaliação institucional é uma nova exigência com a qual as escolas são confrontadas, e precisam aprender a fazer. É um ato de responsabilidade social.

A partir das primeiras leituras dos artigos escritos pela autora Brandalise (2010) para elaboração do projeto inicial, e que foram se reafirmando nos momentos de

³ Progressão Continuada – De acordo com Almeida (2010), foi fundada no Brasil, na cidade de São Paulo por Paulo Freire (1921-1997), quando secretário de Educação, entre 1989 e 1991, propôs que os ciclos fossem de três anos no Ensino Fundamental e apenas no fim de cada um haveria exames que definiriam se o aluno seria retido ou não. Segundo Meneses (2001), proposto principalmente após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996. Garantido por meio da RESOLUÇÃO SEE Nº 4.468/2020, e reafirmado no Memorando. SEE/SE - ASIE.nº 5/2021, item 5, sobre o encerramento do ano letivo. Para os anos 2020/2021 como garantia de matrícula para o ano subsequente.

orientação com a professora Gercina, fortaleceu a ideia de que a avaliação institucional pode contribuir com o desenvolvimento de um olhar qualificado sobre a escola para incorporação de novas teorias e práticas, contemplando instrumentos adequados e organizados, contemplando diferentes dimensões que permitam compreender e analisar a realidade da escola em sua complexidade, de maneira a oferecer contribuições para fomentar intervenções pedagógicas em contexto de aprofundamento das desigualdades de escolarização dos estudantes das escolas públicas. Isso porque as equipes escolares, ao construir seus instrumentos, precisam de subsídios para a definição de dimensões e indicadores, de forma a tornar o processo avaliativo amplo e adequado à complexidade do contexto escolar promovendo transformação na realidade educacional excludente.

A avaliação institucional consta como uma das diretrizes para a educação básica, no PARECER CNE/CEB Nº: 7/2010, publicado no diário oficial da união em 9/7/2010, Seção 1, p.10,

Avaliação do ponto de vista teórico, muitas são as formulações que tratam da avaliação. No ambiente educacional, ela compreende três dimensões básicas: I – avaliação da aprendizagem; II – avaliação institucional interna e externa; III – avaliação de redes de Educação Básica.

A avaliação institucional interna, também denominada autoavaliação institucional, realiza-se anualmente, considerando as orientações contidas na regulamentação vigente, para revisão do conjunto de objetivos e metas, mediante ação dos diversos segmentos da comunidade educativa, o que pressupõe delimitação de indicadores compatíveis com a natureza e a finalidade institucionais, além de clareza quanto à qualidade social das aprendizagens e da escola.

A avaliação institucional externa, promovida pelos órgãos superiores dos sistemas educacionais, inclui, entre outros instrumentos, pesquisas, provas, tais como as do SAEB, Prova Brasil, ENEM e outras promovidas por sistemas de ensino de diferentes entes federativos, dados estatísticos, incluindo os resultados que compõem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e/ou que o complementem ou o substituam, e os decorrentes da supervisão e verificações in loco.

A avaliação de redes de Educação Básica é periódica, feita por órgãos externos às escolas e engloba os resultados da avaliação institucional, que sinalizam para a sociedade se a escola apresenta qualidade suficiente para continuar funcionando. (BRASIL/MEC/CNE, 2010, p. 47).

Todavia, a avaliação externa, por meio de testes em larga escala, é colocada como elemento central para o desenho de políticas de educação básica, mas o mesmo não se pode dizer da avaliação institucional. Nesse contexto, é importante a realização

de estudos que ofereçam compreensões acerca das trilhas a serem percorridas para a realização da avaliação institucional e seus impactos na qualidade do ensino.

Conscientes da complexidade e da abrangência dessas tarefas atribuídas às escolas, os responsáveis pela gestão do ato educativo sentem-se, por um lado, pouco amparados, face à desarticulação de programas e projetos destinados à qualificação da Educação Básica; por outro, sentem-se desafiados, à medida que se tornam conscientes de que também eles se inscrevem num espaço em que necessitam preparar-se, continuamente, para atuar no mundo escolar e na sociedade. Como agentes educacionais, esses sujeitos sabem que o seu compromisso e o seu sucesso profissional requerem não apenas condições de trabalho. Exige-lhes formação continuada e clareza quanto à concepção de organização da escola: distribuição da carga horária, remuneração, estratégias claramente definidas para a ação didático pedagógica coletiva que inclua a pesquisa, a criação de novas abordagens e práticas metodológicas incluindo a produção de recursos didáticos adequados às condições da escola e da comunidade em que esteja ela inserida, promover os processos de avaliação institucional interna e participar e cooperar com os de avaliação externa e os de redes de Educação Básica. (BRASIL/MEC/CNE, 2010, p. 51)

A partir das reflexões expostas, este estudo sobre avaliação institucional se propõe desenvolver por meio da produção de dados, interpretações da realidade escolar e das suas ações, decorrente da análise articulada de documentos, um instrumento formativo que dispõe de fontes documentais, dados tratados, referências de apoio e um roteiro com questões norteadoras à conduzir uma avaliação institucional, ao longo do ano, fomentando a participação de seus atores no desenvolvimento da qualidade social na educação.

Conforme o sítio do portal do Centro Universitário Moura Lacerda (2020), como conhecimento produzido por meio da prática de análise ou investigação institucional, o processo avaliativo visa à obtenção de informações relevantes, tendo como ponto de referência a identidade institucional, seus valores e sua cultura. Ela possibilita delinear as características primordiais que regulam a Instituição, visando ao seu constante aperfeiçoamento. Ela contribui efetivamente como suporte a um processo ético, educativo e contínuo de mudanças. A avaliação está, portanto, vinculada à qualidade, podendo possibilitar que a comunidade acadêmica desenvolva uma cultura de avaliação.

As orientações contidas na Resolução Nº 4/2010 do Conselho Nacional de Educação (CNE), que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, o inciso II do art. 46 e o inciso III que trata da avaliação de redes de Educação Básica, explicitam:

Art. 52. A avaliação institucional interna deve ser prevista no projeto político pedagógico e detalhada no plano de gestão, realizada anualmente, levando em consideração as orientações contidas na regulamentação vigente, para rever o conjunto de objetivos e metas a serem concretizados, mediante ação dos diversos segmentos da comunidade educativa, o que pressupõe delimitação de indicadores compatíveis com a missão da escola, além de clareza quanto ao que seja qualidade social da aprendizagem e da escola.

Art. 53. A avaliação de redes de Educação Básica ocorre periodicamente, é realizada por órgãos externos à escola (A primeira iniciativa brasileira de avaliação em larga escala foi o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica -Saeb que se desenvolveu a partir de 1990 e foi aplicado inicialmente em 1995. Atualmente os Estados têm procurado desenvolver seus próprios sistemas de avaliação estabelecendo metas e diretrizes específicas às suas realidades), e engloba os resultados da avaliação institucional, sendo que os resultados dessa avaliação sinalizam para a sociedade se a escola apresenta qualidade suficiente para continuar funcionando como está (BRASIL/MEC/CNE, 2010, p. 16).

De acordo com as autoras Grochoska e Eyng (2005), a autoavaliação deverá envolver todos os aspectos da instituição, diagnosticando todos os itens necessários, que servirão de orientação para a tomada de decisão, de maneira a reforçar a identidade e preservar a autonomia institucional. As autoras também afirmam que:

A escola que passa por um processo avaliativo sério e participativo descobre sua identidade e acompanha sua dinâmica. —Muita coisa aprende-se com esse processo. Mas o que fica de mais importante é a vivência de uma caminhada reflexiva, democrática e formativa (GROCHOSKA; EYNG, 2005, p.7).

Nesse processo avaliativo é importante rememorar que continua funcionando o SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica como um conjunto de avaliações externas em larga escala que permite ao INEP – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica que é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), para realizar um diagnóstico da educação básica brasileira e de fatores que podem interferir no desempenho do estudante (BRASIL, 2021).

Julgo necessária uma ferramenta para a autoavaliação institucional e proponho uma reflexão acerca de resultados das avaliações externas e internas anuais contribuindo assim para um pensar coletivo sobre a função social da escola. Todavia,

A autoavaliação institucional é uma discussão recente, uma prática ainda a ser construída nos espaços escolares. É uma modalidade de avaliação que carece de maior aprofundamento teórico e metodológico, particularmente no contexto brasileiro (BRANDALISE, 2010, p. 3).

Esse é o desafio: propor uma avaliação institucional, para permitir o desenvolvimento de um olhar qualificado sobre a escola, eleger instrumentos adequados e organizados, contemplando diferentes dimensões da educação que permitam compreender e analisar a realidade da escola em sua complexidade. As equipes escolares, ao construírem seus instrumentos, precisam de subsídios para a definição de dimensões e indicadores, de forma a tornar o processo avaliativo amplo e ajustado à complexidade do contexto escolar.

Assim, a partir da problematização acerca da temática avaliação institucional e da análise dos resultados da revisão bibliográfica, que serão detalhados na seção sobre essa revisão, redigimos as questões orientadoras da pesquisa.

Questão Central

Nos documentos elaborados por uma escola de ensino médio, da rede pública estadual, há indícios de avaliação institucional e potencialidade de utilizá-los para o desenvolvimento da referida avaliação?

Questões complementares

- Quais dados e interpretações da realidade escolar e das suas ações são registradas nos documentos analisados, especialmente, em relação ao ensino e à aprendizagem, ao trabalho pedagógico e às relações interpessoais de circulação de informações internas e externas com a comunidade escolar e secretaria regional de educação?
- É possível identificar relação entre avaliação institucional e qualidade social da educação nos documentos analisados?
- Quais aspectos são identificados nos documentos analisados como impeditivos do desenvolvimento de educação de qualidade social na escola de Ensino Médio da Rede Pública Estadual de Educação Básica de Uberlândia?
- Quais aspectos ou fatores devem compor os instrumentos de avaliação institucional?

Dessa forma, considerando a importância da avaliação institucional, esta pesquisa, de natureza qualitativa, se propõe, através de revisão bibliográfica e pesquisa documental, compor respostas às questões propostas, visando alcançar os seguintes objetivos:

Objetivo geral

Identificar e analisar indícios de avaliação institucional nos documentos produzidos pela escola no ano de 2021, e as possibilidades do desenvolvimento desse tipo de avaliação, a partir da análise dos referidos documentos.

Objetivos específicos

- ✓ Identificar e analisar registros de avaliação institucional, contemplando ensino e aprendizagem, trabalho pedagógico e as relações interpessoais de circulações de informações internas e externas com a comunidade escolar e secretaria regional de educação.
- ✓ Identificar e analisar indicadores que devem compor a avaliação institucional.
- ✓ Verificar a potencialidade dos documentos produzidos pela escola para a avaliação institucional;
- ✓ Identificar e analisar vínculos da avaliação institucional com o desenvolvimento da qualidade social da educação.
- ✓ Criar, a partir dos resultados da pesquisa, um software sobre trilhas de avaliação institucional como instrumento para interação e reflexão sobre avaliação institucional.

A organização do relatório de pesquisa

Este Relatório de Pesquisa além da introdução compõe-se de seis seções. A primeira seção apresenta o caminho da pesquisa: escolhas teórico – metodológicas, a segunda seção possui diálogos com os resultados da revisão bibliográfica, a terceira seção expõe apontamentos sobre políticas públicas educacionais, na seção quatro a

avaliação institucional e a qualidade social da educação, na seção cinco os dados e resultados: apresentando analisando e interpretando documentos da escola pesquisada, na seção seis o software de avaliação institucional: dos resultados da pesquisa à criação em seguida, as referências que foram utilizadas na constituição do estudo de pesquisa sobre Avaliação Institucional: uma trilha a ser construída na escola de educação básica da rede estadual de Minas Gerais.

SEÇÃO I – O CAMINHO DA PESQUISA: escolhas teórica-metodológicas

A definição sobre as questões orientadoras e os objetivos do estudo nos levou a escolher a pesquisa de natureza qualitativa com uso de revisão bibliográfica e pesquisa documental. Isso porque a abordagem qualitativa, segundo Bogdan e Biklen (1994), exige que o mundo seja examinado com a ideia de que nada é trivial, que tudo tem potencial para constituir uma pista que nos permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do nosso objeto de estudo. A descrição funciona bem como método de produção de dados, quando se pretende que nenhum detalhe escape ao escrutínio. As estratégias qualitativas patentearam o modo como as expectativas se traduzem nas atividades, procedimentos e interações diários. Na sua busca de conhecimento, os investigadores que optam por essa abordagem tentam analisar os dados em toda a sua riqueza, respeitando, tanto quanto o possível, a forma em que estes foram registrados ou transcritos.

1.1.Revisão de literatura

Segundo Creswell, a adoção da revisão bibliográfica em um estudo tem vários objetivos:

Ela compartilha com o leitor os resultados de outros estudos que estão proximamente relacionados ao estudo que está sendo relatado. Ela relaciona um estudo ao diálogo corrente mais amplo na literatura sobre um tópico, preenchendo lacunas e ampliando estudos anteriores (Cooper, 1984; Marshall e Rossmann, 1999). Ela fornece uma estrutura para estabelecer a importância do estudo e um indicador para comparar os resultados de um estudo com outros resultados (CRESWELL, 2007, p. 45-46).

Nesta investigação, a revisão bibliográfica foi desenvolvida com a finalidade de nos ajudar a delimitar melhor o objeto de estudo, identificar o que tem sido produzido e a importância do tema, identificar procedimentos e técnicas de pesquisa sobre avaliação institucional, bem como comparar os resultados dos estudos, verificando, também, aproximações e afastamentos em relação aos resultados alcançados na nossa pesquisa.

Para a realização dessa revisão, foram consultados as bases digitais de dados, no período de 2010 a agosto de 2021: BDTD (Banco de Dados de Teses e Dissertações); Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de

Nível Superior (CAPES); e SCIELO, o que possibilitou traçar um painel mais amplo acerca da base teórica e resultados de pesquisas realizadas sobre o tema escolhido. Os descritores utilizados foram Avaliação Institucional/Educação Básica. E os resultados serão apresentados na próxima seção.

1.2. Pesquisa Documental

Este estudo se propõe assumir a avaliação institucional com função formativa, partindo da análise de documentos produzidos pela escola e buscando registros que envolvam as avaliações, planejamento, estratégias e intervenção na articulação entre os sujeitos dos segmentos: pais, professores, especialistas, direção e superintendência regional de ensino. Isso porque, a avaliação institucional não basta ser uma intenção de teóricos ou de políticas públicas, pois é na ressignificação que seus atores dela fazem que estão seu potencial e suas limitações. Desse modo, é preciso que se compreenda os fatores que se relacionam, mas o protagonismo deve ser assumido pela própria escola.

Em relação à importância do documento como fonte de pesquisa, Cellard destaca:

As capacidades da memória são limitadas e ninguém conseguiria pretender memorizar tudo. A memória pode também alterar lembranças, esquecer fatos importantes, ou deformar acontecimentos. Por possibilitar realizar alguns tipos de reconstrução, o documento escrito constitui, portanto, uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. (CELLARD, 2008, p. 295).

Esse autor afirma que “Definir o documento escrito representa em si um desafio” (CELLARD, 2008, p. 296). “[...] os documentos são divididos em dois grandes grupos: os arquivados e os que não o são.” “...e sua natureza... domínio público ou domínio privado” (CELLARD, 2008, p. 297). E reintera:

Uma pessoa que deseje empreender uma pesquisa documental deve, com o objetivo de constituir um corpus satisfatório, esgotar todas as pistas capazes de lhe fornecer informações interessantes. A experiência pessoal, a consulta exaustiva a trabalhos de outros pesquisadores que se debruçaram sobre objetos de estudo análogos, bem como a iniciativa e a imaginação que também integram adequadamente a constituição desse corpus. A flexibilidade é também rigor: o exame minucioso de alguns documentos ou bases de arquivos

abre, às vezes, inúmeros caminhos de pesquisa e leva à formulação de interpretações novas, ou mesmo à modificação de alguns pressupostos iniciais” (CELLARD, 2008, p. 298).

Nessa direção, a meu ver, o estudo sobre avaliação institucional pode ser desenvolvido por meio da produção de dados, análise e interpretações da realidade escolar, por exemplo, a partir da análise articulada de documentos elaborados pelas escolas, relatórios sobre resultados de avaliações externas e internas. Argumento que a avaliação institucional permite o desenvolvimento de um olhar qualificado sobre a escola, contemplando instrumentos adequados e organizados em diferentes dimensões que permitam compreender e analisar a realidade da escola em sua complexidade, de maneira a oferecer contribuições para fomentar intervenções pedagógicas em contexto de aprofundamento das desigualdades de escolarização dos estudantes das escolas públicas. Isso porque as equipes escolares, ao construírem seus instrumentos, precisam de subsídios para a definição de dimensões e indicadores, de forma a tornar o processo avaliativo amplo e ajustado à complexidade do contexto escolar.

Assim sendo, como mencionado anteriormente, além da revisão bibliográfica, desenvolvemos pesquisa documental em uma escola de Ensino Médio na rede estadual de Uberlândia, que disponibilizou a documentação para análise.

De acordo com Cellard(2008), é fundamental usar de prudência e avaliar adequadamente, com um olhar crítico, a documentação que se pretende analisar. Essa avaliação crítica constitui, a primeira etapa de toda análise documental. Ela se aplica em cinco dimensões: O contexto, o autor ou os autores, a autenticidade e a confiabilidade do texto, a natureza do texto, os conceitos-chaves e a lógica interna do texto. O autor ainda afirma que a qualidade e a validade de uma pesquisa resultam, por sua vez, em boa parte, das precauções de ordem crítica tomadas pelo pesquisador.

De modo mais geral, é a qualidade da informação, a diversidade das fontes utilizadas, das corroborações, das intersecções, que dão sua profundidade, sua riqueza e seu refinamento a uma análise. Uma análise confiável tenta cercar a questão, recorrendo a elementos provenientes, tanto quanto possível, de fontes, pessoas ou grupos representando muitos interesses diferentes, de modo a obter um ponto de vista tão global e diversificado quanto pode ser. Além dessa necessária abertura de espírito diante dos dados potenciais também é preciso contar com a capacidade do pesquisador em explorar diferentes pistas teóricas, em se questionar, em apresentar explicações originais

etc.

1.2.1. Local da Pesquisa

A Escola Estadual Antônio Thomaz Ferreira de Rezende situada na Praça da Fraternidade, 0, Jardim Brasília, na sede do município de Uberlândia - MG, CEP – 38401-430, sob a circunscrição da Superintendência Regional de Ensino de Uberlândia/MG. As etapas e modalidades de ensino ofertadas pela escola em 2021 foram: Anos Iniciais do Ensino Fundamental – 5º Ano; Anos Finais do Ensino Fundamental – 6º ao 9º Ano; Ensino Médio Regular – 1º ao 3º Ano; EJA Ensino Médio – 1º ao 3º Período, no entanto, esta pesquisa possui foco no Ensino Médio Regular.

Nessa perspectiva, foram analisados os seguintes documentos:

- 1- Relatórios de resultados de proficiência e participação dos estudantes na plataforma de avaliação e monitoramento do SIMAVE (Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública).
- 2- Relatório dos resultados anuais dos diários de classe (Atas dos Conselhos de Classe).
- 3- PPP (Projeto Político Pedagógico) - que reflete a proposta educacional da instituição de ensino.
- 4- Regimento escolar - que é o conjunto de regras que estrutura e estabelece todo o funcionamento e a organização da instituição de ensino nas suas esferas administrativa, didática, pedagógica e disciplinar.
- 5- Registro de gravação realizada pela equipe gestora de reuniões de pais e mestres que trata dos desafios e conquistas dos estudantes com relação às avaliações.
- 6- Quadro de pessoal para verificação de rotatividade de profissionais.
- 7- Email institucional para verificação do tempo de planejamento das demandas propostas pela superintendência regional de ensino.
- 8- Registros nos grupos virtuais de comunicação interna e externa (WhatsApp).
- 9- Registros no Facebook de comunicação externa.

10- Registros no Instagram de comunicação externa da escola acerca de circulação de informações.

1.2.2. Análise dos dados

De acordo com Cellard(2008), a análise preliminar é o exame e crítica do documento que se aplica em cinco dimensões: O *contexto*- exame do contexto social global, no qual foi produzido o documento e no qual mergulhava seu autor e aqueles a quem ele foi destinado, é primordial, em todas as etapas de uma análise documental, seja qual tenha sido a época em que o texto em questão foi escrito. Tal conhecimento possibilita apreender os esquemas conceituais de seu *autor* ou de seus *autores*, compreender sua reação, identificar as pessoas, grupos sociais, locais, fatos aos quais se faz alusão etc.

A *autenticidade* e a *confiabilidade* do texto segundo o autor, não basta, entretanto, informar-se sobre a origem social, a ideologia ou os interesses particulares do autor de um documento. É também importante assegurar-se da qualidade da informação transmitida. A *natureza o texto*, cabe especificar que não é possível exprimir-se com a mesma liberdade em um relatório destinado aos seus superiores, e em seu diário íntimo. Consequentemente deve-se levar em consideração a natureza de um texto, ou seu suporte, antes de tirar conclusões. Efetivamente, a abertura do autor, os subentendidos, a estrutura de um texto pode variar enormemente, conforme o contexto no qual ele é redigido. Os *conceitos-chave e a lógica interna do texto*, o trabalho de análise preliminar não poderia estar tão completo e por tanto tempo, que o pesquisador não tivesse o sentimento de ter compreendido satisfatoriamente o sentido dos termos empregados pelo autor ou os autores de um texto.

De acordo com o autor, delimitar adequadamente o sentido das palavras e dos conceitos é, aliás, uma precaução totalmente pertinente no caso de documentos mais recentes nos quais, por exemplo, utiliza-se um "jargão" profissional específico, ou nos que contêm regionalismos, gíria própria a meios particulares, linguagem popular etc. Deve-se também prestar atenção aos conceitos-chave presentes em um texto e avaliar sua importância e seu sentido segundo o contexto preciso em que eles são empregados.

Finalmente, é útil examinar a lógica interna, o esquema ou o plano do texto: Como um argumento se desenvolveu? Quais são as partes principais da argumentação? Etc.

Essa contextualização pode ser, efetivamente, um precioso apoio, quando, por exemplo, comparam-se vários documentos da mesma natureza. Uma boa compreensão do contexto é, pois, crucial, em todas as etapas de uma pesquisa documental, tanto no momento da elaboração de um problema, da escolha das pistas a seguir para descobrir as principais bases de arquivos, quanto no momento da análise propriamente dita. Segundo o autor, não se pode pensar em interpretar um texto, sem ter previamente uma boa ideia da identidade da pessoa que se expressa, de seus interesses e dos motivos que a levaram a escrever.

Enfim a *análise* - com o trabalho de análise preliminar devidamente completado, é o momento de reunir todas as partes- elementos da problemática ou do quadro teórico, contexto, autores, interesses, confiabilidade, natureza do texto, conceitos-chave.

O pesquisador de acordo com Cellard (2008) poderá, assim, fornecer uma interpretação coerente, tendo em conta a temática ou o questionamento inicial. Como em todo procedimento que levou o pesquisador até a análise, a abordagem permanece tanto indutiva quanto dedutiva. De fato, as duas se conjugam. Assim, a escolha de pistas documentais apresentadas no leque que é oferecido ao pesquisador, deve ser feita à luz do questionamento inicial. Porém, as descobertas e as surpresas que o aguardam as vezes obrigam-no a modificar ou a enriquecer o referido questionamento em categorias.

Nessa perspectiva, desenvolvemos análise preliminar e consolidamos os resultados em quadro (apêndice 1), contendo as cinco dimensões de análise propostas por Cellard (2008). Em seguida, a análise. Além dessas dimensões ou eixos de análise indicados pelo referido autor, orientamos a análise dos documentos pelos eixos decorrentes dos objetivos e questões do estudo:

1. Indícios e potencialidades da avaliação institucional nos documentos produzidos pela escola.
2. Relação entre avaliação institucional e construção da qualidade social da educação.
3. Trilha de avaliação institucional, documentos e dimensões da educação.

SEÇÃO II – DIÁLOGOS COM OS RESULTADOS DA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

É importante rememorar que a revisão bibliográfica se iniciou pela necessidade de conhecer as diferentes formas, procedimentos e técnicas de pesquisa sobre avaliação institucional já utilizadas, bem como os resultados alcançados pelos pesquisadores entre o período de 2010 até agosto de 2021, com o intuito de fazer uma comparação com trabalhos correlatos de outros autores e eventuais soluções para as questões de estudo, para então trilhar esse complexo e significativo tema de pesquisa.

A revisão bibliográfica foi realizada na Biblioteca Digital Brasileira (BDTD)⁴. O levantamento de artigos foi realizado nas bases SCIELO⁵, Banco de Periódicos da CAPES⁶ e na base de dados Google Acadêmico⁷ foram encontrados artigos e dissertações. As buscas foram realizadas conforme as limitações de cada base de dados. Os artigos, as teses e as dissertações foram selecionados a partir de “palavras-chave” tomadas como “descritores” nesta pesquisa, a saber: “Avaliação institucional” a qual não ofereceu contribuições por apresentar avaliações institucionais do ensino superior, “Avaliação institucional na educação básica” onde as contribuições foram bem limitadas e apresentando avaliações institucionais de outros países. “Avaliação institucional no Brasil” também apresentou um número reduzido de trabalhos.

Assim, a pré-seleção foi marcada pela escassez de trabalhos relacionados ao tema, dessa primeira leitura flutuante dos títulos, verificamos a necessidade de uma segunda busca, pois algumas produções pré-selecionadas não se enquadravam no foco da pesquisa. Dando continuidade aos trabalhos de busca pelos “descritores”, através das orientações da professora orientadora Gercina e com a participação dos colegas do

⁴O IbiCT desenvolveu e coordena a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (**BDTD**), que integra os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisa do Brasil, e também estimula o registro e a publicação de teses e dissertações em meio eletrônico.

⁵Scientific Electronic Library On-line (**SciELO**) é uma **base** de dados de referências para artigos publicados em mais de 1.000 periódicos de acesso aberto publicados em doze países.

⁶Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a **CAPES** está vinculada ao Ministério da Educação (MEC), e tem como atribuição apoiar as universidades, por meio dos seus programas, e atua na expansão e consolidação da pós-graduação stricto sensu em todos os estados brasileiros.

⁷O **Google Acadêmico** é um serviço de busca do Google voltado especialmente para estudantes, pesquisadores, cientistas, universitários e curiosos. A ferramenta funciona como um repositório de teses, artigos científicos, resumos, monografias, dissertações e livros. Ou seja, é um site para pesquisa de artigos e de referências para trabalhos científicos.

grupo de orientação, na segunda fase de “seleção”, foram promovidas as combinações adaptadas para utilizar termos mais específicos, no sentido de causalidade, adequando o descritor “avaliação institucional” e correlacionando-o com a “educação básica” a cada um dos demais já definidos por chaveamento das palavras: “avaliação institucional/educação básica”, operacionalizando, assim, a “busca avançada” de maneira mais refinada.

Nesse sentido, o recorte temporal compreendeu os anos de 2010 a 2021, utilizando-se as bases digitais mencionadas, na tentativa de verificar como vem sendo desenvolvidas as pesquisas envolvendo a temática.

Os descritores *Avaliação Institucional / Educação Básica*, na base de dados da BDTD, permitiram encontrar entre teses e dissertações, o total de sete trabalhos desenvolvidos dentro dos parâmetros pretendidos para essa pesquisa. A busca na plataforma dos Periódicos da Capes com os mesmos descritores, apresentou um total de cinco trabalhos. Por outro lado, a busca na plataforma *Scielo* identificou uma quantidade ainda mais reduzida de artigos, sendo apenas dois artigos selecionados. Na base de dados no Google Acadêmico, com os mesmos descritores, foram selecionados seis artigos.

O quadro 1 demonstra os levantamentos de teses, dissertações e artigos, na área da educação, considerando-se o recorte temporal definido.

Quadro 1 – Levantamento de teses, dissertações e artigos publicados entre o período 2010 a 2021.

Busca de artigos, dissertações e teses produzidas seguidas dos títulos, palavras chaves e resultados obtidos.	Bases de dados	Descritores	Produções encontradas	Produções excluídas	Produções selecionadas
	BDTD (teses e dissertações)	Avaliação institucional / Educação Básica	121	114	7
	Periódicos Capes (Artigos)		29	24	5
	Scielo (Artigos)		25	23	2
	Google Acadêmico (Artigos e dissertações)		122	116	6
Total de trabalhos selecionados			297	261	20

Fonte: Elaborado pela autora.

Entre os trabalhos encontrados na plataforma BDTD se destacam:

-AVALIAÇÃO DO SISTEMA PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CEARÁ (SPAECE) NO VIÉS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL. Palavras-chave: Avaliação de Políticas Públicas. Políticas Públicas Educacionais. Avaliação Institucional. SPAECE. 2014.

A dissertação de mestrado apresentada à banca examinadora em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, vinculada à Linha de Pesquisa Políticas Públicas e Mudanças Sociais, teve como objetivo analisar o processo de implementação, execução e resultados de uma proposta de avaliação institucional adotada pela Secretaria de Educação do Ceará (SEDUC), para as escolas públicas estaduais, através de um modelo de autoavaliação implantado nas unidades escolares, no período de 2003 a 2006. Como resultado, a avaliação evidenciou a complexidade da implementação de uma política pública que revela na sua prática uma multiplicidade de interesses, significados, motivações e resistências, sendo então atribuídos valores e importâncias diversas à avaliação institucional (CARVALHO, 2014, p. 5). A autora Maria do Socorro Benício de Carvalho identificou que sendo então à avaliação institucional, no modelo proposto pela SEDUC de autoavaliação das escolas se caracteriza como um complemento importante, porém pouco reconhecida e valorizada, uma vez que a Educação, inserida na ideologia da produtividade, enfatiza o que os números apontam, e a avaliação de natureza qualitativa, a exemplo da autoavaliação institucional, foca suas atenções nos aspectos qualitativos da instituição os quais não podem ser medidos e explicados somente através de números, tabelas, cifras e estatísticas (CARVALHO, 2014, p. 6).

Esse estudo contribuiu para a reflexão quanto à qualidade social na educação e seus vínculos com a avaliação institucional afastada da ideologia de produtividade. Nesse contexto destaca-se o resultado da investigação, indicando que o SPAECE (2014) centra-se prioritariamente nos dados quantitativos (desempenho dos alunos), em avaliações padronizadas objetivando conduzir o trabalho da escola para a melhoria dos resultados nessas avaliações (CARVALHO, 2014, p.110), que falha em valorizar a identidade e o protagonismo de cada instituição.

-AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DOS GESTORES ESCOLARES. Palavras-chave: Avaliação educacional. Autoavaliação institucional da escola. Educação básica. Gestores escolares. 2018.

A dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), na linha de pesquisa História e Políticas Educacionais, por Efrain Ticona Aguilar foi desenvolvida com o objetivo de analisar as concepções e práticas dos gestores escolares (diretores e equipe pedagógica) de escolas públicas municipais de Ponta Grossa/PR sobre autoavaliação institucional da escola. Os resultados da pesquisa contribuem com a pesquisa quando revelam que as concepções e práticas de autoavaliação institucional dos gestores escolares é aquela desenvolvida pela própria escola, de forma coletiva e participativa, contemplando dimensões administrativas, pedagógicas, estruturais e relacionais, com forte orientação formativa, pedagógica e processual. A autoavaliação institucional da escola não é realizada de forma sistematizada devido ao desconhecimento sobre esse domínio da avaliação educacional pelos gestores escolares, razão pela qual reconheceram a necessidade de formação contínua para toda comunidade escolar (AGUILAR, 2018, p.5).

-DESAFIOS EPISTEMOLÓGICOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE AVALIAÇÕES INSTITUCIONAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA. Palavras-chave: Avaliação institucional. Autoavaliação. Implementação. Participação. 2018.

A tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade Católica de Brasília, por José Roberto de Souza Santos, interessou-me compreender os desafios e avanços na implementação da avaliação institucional na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. Observa-se que o principal fator interveniente da implementação de processos de avaliação institucional nas escolas da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal é a participação da comunidade, tanto como aspecto favorecedor da mudança, quanto como inibidor. A partir da perspectiva do órgão central, o desafio mais evidenciado foi o uso dos resultados das avaliações para fins de melhoria. Este cenário indica a necessidade de modelos cooperativos de avaliação institucional, em que órgão externo e comunidade escolar cooperam na avaliação e construção da qualidade das escolas e da rede de ensino, o que implica alterar a relação das escolas com sua comunidade e do

Estado com as unidades escolares, atualmente baseada na noção de um outro como objeto, para uma relação sujeito-sujeito (SANTOS, 2018, p.7).

-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E PRÁTICAS DE GESTÃO: UM ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE BOA VISTA – RORAIMA.

Palavras chaves: Educação Básica. Avaliação Institucional. Gestão Democrática. Gestão Participativa. 2019.

A dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, por Marilena Soares Matos dos Santos tem por objetivo principal compreender o processo de avaliação institucional em uma escola de educação básica no município de Boa Vista –RR verificando se a mesma promove o fortalecimento de práticas de gestão democrática e participativa dentro da escola. Durante a pesquisa, foi possível verificar na escola em que se realizou o estudo de caso, a vivência de uma cultura avaliativa, desde as atividades administrativas, pedagógicas e operacionais, que culminam em um caminho evolutivo e transformador.

A dissertação contribuiu para a pesquisa a medida que demonstrou que a avaliação institucional é um instrumento que pode ser estruturado em diferentes processos, uma vez que deve estar alinhado a identidade da escola, e na medida que se realiza o processo de avaliação institucional de forma consistente, programática e clara, contribui com elementos primordiais para que a escola cumpra sua função, e se consolide como instituição de aprendizagem coletiva e de convivência social (SANTOS, 2019, p. 7).

-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: estudo da implementação de uma política para a escola fundamental do município de Campinas-SP. Palavras-chave: Avaliação Institucional. Implementação de Política de Pública. Política Pública. Regulação. Educação Básica. 2011.

A tese de doutorado apresentada à Comissão de Pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, por Geisa do Socorro Cavalcanti Vaz Mendes analisa o processo de implementação de uma política de Avaliação Institucional Participativa (AIP) da Secretaria Municipal de Educação (SME) de Campinas para as escolas do ensino fundamental. O desenho metodológico ancora-se nos princípios da

participação, da negociação, do trabalho coletivo envolvendo os segmentos - professores, alunos, pais funcionários, equipe gestora - da escola e do poder público em Comissões Próprias de Avaliação (CPA). A investigação evidenciou a complexidade do processo de implementação de políticas, pois o movimento e a dinâmica configurados nas relações estabelecidas entre os diversos atores sociais envolvidos revelam que o desenho pensado pelos formuladores da política não é estático, não se reproduz tal como foi imaginado, está sujeito às modificações, adaptações, na medida em que incorporam novos atores, com vistas a atender as demandas locais.

Portanto, o estudo contribuiu com a nossa pesquisa quando confirma que muito da implementação da política é resultado das forças imbricadas no processo e na organização, nas resistências dos atores, nas (re)significações decorrentes dos embates e tensões vividas, forjadas nas particularidades da formação histórica de cada sujeito e da realidade social da qual fazem parte. Assim, a implementação da política é marcada e demarcada pelas influências de todos os atores e das próprias instituições (MENDES, 2012 p.6).

-MODELAGEM DE SOFTWARE PARA A AVALIAÇÃO DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA. Palavras-chave: Políticas educacionais. Qualidade na educação. Avaliação institucional. Gestão escolar. Software. 2017.

A dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, por Lara Popov Zambiasi Bazzi Oberderfer, se insere na Linha de Pesquisa de Políticas Educacionais do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Chapecó apresenta uma ferramenta que a gestão escolar da educação básica possa utilizar no auxílio e desenvolvimento de uma proposta educativa alinhada com a qualidade social emancipadora da escola (OBERDERFER, 2017, p. 7), na condução de processos didático-pedagógicos e de gestão.

Esse estudo contribuiu com a reflexão sobre a relação entre globalização e educação com um olhar voltado para a utilização das tecnologias digitais (OBERDERFER, 2017, p.39), oferecendo elementos para pensarmos a criação do produto final da pesquisa em questão.

-AVALIAÇÕES NA ESCOLA. Palavras-chave: Avaliações. Gestão Democrática. Desempenho escolar. Processos Avaliativos. 2013.

O presente trabalho apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) por Adriana de Jesus Torres Maia tem como objetivo analisar criticamente os processos avaliativos da Escola Municipal Luiza Augusta Guimarães, que visa à gestão democrática, através da avaliação do desempenho escolar e, sobretudo da educação. As reflexões entabuladas apresentam os processos de avaliações registradas no Projeto Político Pedagógico (PPP), que foi apresentado a Secretaria de Educação do Município de Ribeirão das Neves. Repensar a prática cotidiana da escola frente aos processos avaliativos; instituição social que tem como objetivos principais a instrução do cidadão e a sua formação; integrados e articulados aos objetivos administrativos (MAIA, 2013, p.6).

Nesse estudo fica evidente a contribuição da gestão democrática na construção coletiva do PPP, mudanças vislumbradas através da implementação do projeto político pedagógico com uma administração participativa, com decisões democráticas dando qualidade em todo o processo de instrução do indivíduo. Com uma proposta de implementação de forma coletiva para que todas as propostas e ideias possam ser alcançadas ao longo do trabalho pedagógico, visando buscar dentro do PPP formas para que a educação possa ser de qualidade e democrática (MAIA, 2013, p. 26).

Entre os trabalhos da plataforma de Periódicos da Capes se destacam:

-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: CONCEITOS, OBJETIVOS, PARTICIPAÇÃO E IMPLICAÇÕES PARA A ESCOLA. Palavras-chave: Avaliação Institucional. Projeto Político-Pedagógico. Gestão Escolar. 2018.

O presente artigo contribuiu para a análise dos documentos da nossa pesquisa, pois, integra as atividades do projeto de intervenção “Reflexões sobre o Projeto Político-Pedagógico e a importância de avaliar a escola constantemente”, desenvolvido no Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Pampa, na Linha de Pesquisa Política e Gestão da Educação. Realizado na Escola Municipal de Ensino

Fundamental Balbino Mascarenhas, da cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul (RS), por Maria Alice de Freitas Sias, Rosa Maria Martins Carvalho Dutra, Santiago Bretanha e Ana Cristina da Silva Rodrigues, possui como enfoque o processo contínuo de avaliação da instituição escolar, como objetivo de analisar e avaliar o processo da gestão e do cotidiano escolar, criando subsídios para significação e reconstrução do Projeto Político-Pedagógico. Tem como propósito, ainda, identificar as carências da escola e realizar as devidas intervenções, ou seja, usar os resultados da avaliação para qualificar o Projeto Político-Pedagógico, a escola e os sujeitos que dela participam, tendo como principal intenção a concretização, a ação-reflexão-ação de todo o processo educacional (SIAS; DUTRA; BRETANHA; RODRIGUES, 2018, p. 1).

Ancora-se na ideia de que a avaliação institucional deve estar assegurada no Projeto Político-Pedagógico, tendo claros os seus objetivos, indicadores, princípios, finalidades e as concepções de avaliação, que, ao serem realizadas devem partir do princípio balizador de corrigir dificuldades e evitar novas e futuras à instituição escolar. Deve ser pensada como um processo, e não como um fim: pensar no fim como ações a ser elaboradas e executadas em busca de certos resultados, precisa tornar os resultados da avaliação em um processo público, não restrito à instituição, não sendo apenas responsabilidade da gestão escolar, dos alunos ou dos professores, mas sim de toda comunidade, sendo o sucesso ou fracasso não restrito a um grupo da escola, mas de todos os participantes do grupo escolar (SIAS; DUTRA; BRETANHA; RODRIGUES, 2018, p. 8).

-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL COMO MECANISMO DE PARTICIPAÇÃO NA ESCOLA. Palavras-chave: Avaliação Institucional. Gestão Democrática. Participação. 2019.

A pesquisa apresentada nesse artigo busca identificar e compreender de que forma os instrumentos e mecanismos utilizados na avaliação institucional refletem a participação dos pais, alunos, professores, funcionários e a comunidade em geral na escola com utilização da metodologia da pesquisa-ação por entender que tal abordagem requer um compromisso com os sujeitos envolvidos. Pressupõe-se que haja a participação e que se materialize a gestão democrática, considerando uma educação de

qualidade e o atendimento às necessidades das questões educacionais, demonstra-se imprescindível o envolvimento de cada sujeito (TOLFO; GRITTI, 2019, p. 1).

Ao sentir-se responsável ou parte integrante do processo de participação, os sujeitos registram sua identidade enquanto membro de um grupo e buscam o envolvimento nas tarefas e trabalhos propostos para o projeto de escola que se vislumbra. Sendo este processo relevante na democratização da gestão escola, legitimada nas ações de estar junto, do fazer coletivo, do sentimento de grupo (TOLFO; GRITTI, 2019, p. 11).

-A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PARTICIPATIVA E OS ESPAÇOS POLÍTICOS DE PARTICIPAÇÃO CONSTRUÍDOS, REINVENTADOS, CONQUISTADOS NA ESCOLA. Palavras-chave: Avaliação institucional participativa. Conselho de escola. Comissão Própria de Avaliação. 2016.

O artigo ofereceu contribuição para a identificação e análise das potências, os limites e os desafios que perpassam instâncias institucionais colegiadas já formalmente existentes (Conselhos de Escola – CE) e da alternativa proposta pela AIP (Comissão Própria de Avaliação – CPA), a partir do estudo da experiência da Secretaria Municipal de Educação de Campinas/SP, por meio de pesquisa realizada junto ao Observatório de Educação – OBEDUC/CAPES. A orquestração das forças progressistas da escola/sociedade que se opõe aos avanços dos reformadores empresariais, demanda a existência e qualificação de espaços sociais favorecedores do encontro, do diálogo crítico e plural entre os atores sociais para que, coletivamente, pensem, pactuem e deliberem em favor do direito a uma educação pública de qualidade social (SORDI; BERTAGNA; SILVA, 2016, p. 175 e 176). A vontade política daqueles que instituem esses espaços constitui-se condição necessária, mas não suficiente, para possibilitar o diálogo autêntico entre as pessoas, a aprendizagem da escuta com respeito ao contraditório (SORDI; BERTAGNA; SILVA, 2016, p.189).

Nesse sentido, a aprendizagem da prática da participação é condição fundamental para que a escola pública seja assumida pela comunidade e, assim, defendido o direito das crianças a uma educação significativa, alicerçada na formação humana, direito esse subestimado pelas avaliações externas (SORDI; BERTAGNA; SILVA, 2016, p. 190).

-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: OS DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO. Palavras-chave: Avaliação Institucional. Educação Básica. Gestão Democrática. Implementação. 2018.

O objetivo deste artigo é de analisar os fatores relacionados com a implementação de avaliações institucionais em redes de ensino e em escolas. As evidências presentes nos estudos permitem afirmar que o fator que mais influencia a implementação da avaliação institucional é o desenvolvimento da gestão democrática das escolas. Por outro lado, o trabalho coletivo e a participação da comunidade escolar foram identificados como mudanças decorrentes de tal implementação. A avaliação institucional proposta é um processo condicionado a outras mudanças na escola e na rede. Não obstante, quando implementada, ela contribui para muitas dessas mudanças (SÍVERES; SANTOS, p. 222). Quando analisados os aspectos que afetaram a implementação da avaliação institucional nas escolas ou redes de ensino, favorecendo-a ou inibindo-a, chamou a atenção o tipo de gestão da escola e da política de avaliação, a cultura de avaliação das unidades escolares e das redes de ensino. A gestão democrática é o fator isolado que mais impacto teve no sucesso da implementação. Sua fragilidade, por outro lado, torna muito difícil a realização de uma avaliação participativa. O apoio da alta gestão, a descontinuidade da política e as concepções de avaliação dominantes na escola são outros elementos que parecem afetar fortemente a mudança em questão.

A maioria dos aspectos apontados pelas pesquisas poderia perfeitamente ser classificada como se tratando de características da proposta de mudança (proposta de avaliação) ou de papéis locais (atuação da gestão central, participação da comunidade escolar, tipo de gestão escolar, envolvimento da direção escolar, trabalho coletivo e relações de poder entre os membros da comunidade escolar), (SÍVERES; SANTOS, p. 248, 249).

-USO DE FERRAMENTAS DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PELA GESTÃO ESCOLAR PARA AFERIR A QUALIDADE SOCIAL DA ESCOLA: UMA REVISÃO DE LITERATURA DAS PESQUISAS DA BDTD (2010-2014). Palavras-chave: Gestão Escolar. Avaliação Institucional. Qualidade Social. 2014.

A pesquisa apresentada por meio deste artigo tem como foco verificar quais ferramentas de avaliação institucional são comumente utilizadas pela gestão escolar, na educação básica, para avaliar a qualidade social de uma instituição escolar, bem como demonstrar quais caminhos a gestão escolar e a avaliação institucional têm percorrido nos trabalhos científicos brasileiros nos últimos anos. Constatou-se a escassez de ferramentas de avaliação institucional que possam auxiliar o gestor escolar em seu trabalho diário. Ao mesmo tempo, confirmou-se que é indispensável à gestão escolar fazer uso da avaliação institucional para melhorar a qualidade educacional. Os estudos sinalizam a Avaliação Institucional Participativa como um bom caminho para a gestão escolar diagnosticar e repensar sua instituição. Os autores salientam que nenhuma ferramenta conseguirá apreender a realidade escolar (em si mesma), mas pode auxiliar a gestão escolar na busca pela qualidade social da instituição (VASQUES; PETRY, p. 1). Ao analisarem teses e dissertações do banco de dados da BDTD dos anos de 2010-2014, constataram que a gestão escolar exerce influência sobre a aprendizagem dos estudantes e, conseqüentemente, sobre as avaliações a que estes são submetidos. Ao mesmo tempo, é indispensável à gestão escolar fazer uso da avaliação institucional para melhorar a qualidade educacional (VASQUES; PETRY, p. 136).

Portanto, a pesquisa desenvolvida buscou contribuir para que futuros instrumentos/ferramentas sejam projetados e desenvolvidos nesse âmbito. E em se tratando da avaliação institucional, os estudos sinalizam a Avaliação Institucional Participativa como um bom caminho para a gestão escolar diagnosticar e repensar sua instituição (VASQUES; PETRY, p. 137).

Entre os trabalhos da plataforma Scielo se destacam os artigos:

-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DE ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA EM PORTUGAL: POLÍTICAS, PROCESSOS E PRÁTICAS. Palavras-chave: Avaliação institucional das escolas. Agendas da avaliação. Qualidade(s). 2018.

Nesse artigo Virgínio Sá faz uma apresentação do modelo de avaliação externa das escolas em uso em Portugal, com referência ao seu limitado impacto na melhoria da prestação do serviço educativo. Assume uma concepção de escola como organização educativa complexa e reconhece-se a densidade técnica da avaliação, mas ressalta,

sobretudo a sua face política (SÁ, 2018, p.801). Agrega valor ao protagonismo interno dos atores da instituição quando afirma que um dos vetores de convergência dessas propostas (implícitas ou explícitas, realçamos) aponta para a necessidade de conferir maior centralidade aos processos de autoavaliação, explorando a capacidade de melhoria interna das escolas, através do aproveitamento das sinergias da pluralidade de vozes que ecoam no seu território (SÁ, 2018, p.814). A produção de práticas avaliativas mais reflexivas e dialógicas, sensíveis à pluralidade de qualidades que se tecem no interior de cada escola, permitindo a construção intersubjetiva dos juízos avaliativos, triangulando dados de fontes diversas e com recurso a metodologias variadas, poderá ser uma alternativa capaz de mitigar o “medo vertical” (GIL, 2007) induzido pelas tradicionais práticas heteroavaliativas e criar espaço para possibilidades emancipatórias e de aprofundamento da face democrática da escola.

Contudo, e não obstante se reconhecer o potencial emancipatório dos processos autoavaliativos, convém ter presente que estes não estão isentos de riscos. Como adverte Simões (2007, p. 44), “Sabe-se como o ‘auto’ pode ser aprisionante e ‘dominador das almas’, com um substituir do controlo direto por uma ‘sujeição produtiva’ no sentido foucaultiano” (SÁ, 2018, p. 815).

-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA ESCOLA PÚBLICA: OS (DES)CAMINHOS DE UMA POLÍTICA EDUCACIONAL. Palavras-chave: Avaliação Institucional. Escola Pública. Política Educacional. Políticas Públicas. 2015.

A análise da política educacional referente à tecnologia pedagógica – avaliação institucional, a partir do Programa de Avaliação Institucional da Educação Básica do Paraná, foi objeto da pesquisa apresentada neste artigo de Mary Ângela Teixeira Brandalise. O estudo realizado foi fundamentado na abordagem do ciclo de políticas públicas de Stephen Ball para análise da política, e nos trabalhos de Cappelletti e Dias Sobrinho, estudiosos em avaliação educacional.

As equipes de gestão das escolas públicas estaduais de um município paranaense foram os sujeitos selecionados para participar da investigação e o questionário impresso foi o instrumento de coleta de dados utilizado, para averiguar a percepção da escola em relação às políticas educacionais propostas e sua recontextualização no cotidiano

escolar. As publicações orientadoras da política foram objeto da análise documental. Os resultados da pesquisa revelaram os des(caminhos) da política de avaliação institucional proposta e da sua reconfiguração no interior das escolas, evidenciando as interações macro, micro e mesossociológicas de implementação de programas e políticas públicas (BRANDALISE, 2015, p.55).

Na pesquisa realizada foi possível verificar que a política de avaliação institucional da escola não foi simplesmente implementada, mas foi interpretada e recriada pela comunidade escolar, porque os gestores, os professores, os funcionários, os alunos e os pais exerceram de alguma forma um papel ativo no processo de interpretação e reinterpretação do Programa proposto (MAINARDES, 2009). As análises dos textos do Programa avaliado e da percepção dos gestores da escola possibilitam algumas considerações: – embora tenha existido a participação de profissionais das escolas públicas paranaenses na formulação do Programa e na construção do instrumento de avaliação da escola, a utilização de um modelo único de instrumento para todas as escolas públicas estaduais revelou, de certa forma, o modo verticalizado com que a SEED desencadeou a operacionalização da política no interior das escolas. Tal procedimento se contrapõe à concepção de avaliação crítica e emancipatória propalada nos textos políticos; – as escolas públicas estaduais realizaram a autoavaliação atendendo à solicitação da SEED, porém esse processo avaliativo carecia de maior mobilização, sensibilização e formação efetiva dos membros da comunidade escolar para realizá-lo com maior flexibilidade; – em todo processo de avaliação espera-se que os resultados sejam utilizados direta ou indiretamente na tomada de decisões, e também para melhorar aspectos da política ou programa e para dar-lhe ou não continuidade, e embora as escolas tenham encaminhado ao NRE os resultados do processo avaliativo, a autora identifica que o parecer e o plano de trabalho, conforme definido no Programa, não houve por parte da coordenação estadual um retorno da sistematização dos resultados e nem mesmo apoio às escolas na superação de suas fragilidades ou mesmo para a continuidade do processo de avaliação no interior das escolas; – os depoimentos dos gestores pesquisados revelaram que a interpretação e utilização dos resultados do processo avaliativo ocorreram de modos diferenciados nas escolas, mas que na maioria delas a contribuição foi significativa. Grande contribuição ao despertar para situações ainda não pensadas e refletidas, um

questionamento às concepções de educação e/ou avaliação dos sujeitos e uma ampliação de conhecimentos e perspectivas acerca das relações existentes entre o trabalho realizado nos espaços escolares e o sistema educacional. Dessa forma, é possível concluir que, apesar do avanço que o Programa representou para a análise, reflexão e planejamento de ações das escolas públicas paranaenses, devido à descontinuidade da política pelos agentes responsáveis, ele acabou por cair no descrédito da comunidade escolar em razão daquilo que foi inicialmente proposto e de fato efetivado, gerando dificuldades de integrar esta forma de avaliação nas atividades cotidianas da instituição escolar.

De acordo com a autora, há que se considerar que as escolas enquanto protagonistas de políticas, programas e projetos precisam ser ouvidas e respeitadas nos diferentes contextos do ciclo de uma política educacional (BRANDALISE, 2015, p.72 e 73).

Entre os trabalhos da plataforma Google Acadêmico se destacam:

-A UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EXTERNA DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO ÂMBITO DO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (PAR) EM MUNICÍPIOS SUL-MATO-GROSSENSES (2007-2010). Palavras-chave: Política Educacional. Plano de Ações Articuladas (PAR). Avaliação Externada Educação Básica. 2012.

O objetivo desta dissertação é analisar como os gestores dos municípios de Campo Grande e Coxim, localizados no Estado de Mato Grosso do Sul, utilizam os resultados da avaliação externa, de modo específico, no âmbito do Plano de Ações Articuladas (PAR). Está inserida no projeto denominado “Gestão das Políticas Educacionais: o impacto do Plano de Ações Articuladas (PAR) em Municípios Sul-Mato-Grossenses”, vinculado ao Grupo de Pesquisa “Políticas Públicas e Gestão da Educação” e à Linha de Pesquisa “Políticas Educacionais, Gestão da Escola e Formação Docente”, do Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado e Doutorado da UCDB. A metodologia compreende a análise de documentos oficiais destacando-se o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e o PAR elaborado pelos municípios; a realização de entrevistas de caráter semiestruturado, com a Secretária Municipal de

Educação e os responsáveis pelo PAR desses municípios. A sistematização e análise dos dados evidenciaram que: o município de Coxim, diferente do município de Campo Grande, inseriu na Dimensão Educacional do PAR o Indicador relacionado à “Divulgação e Análise dos resultados das avaliações oficiais do MEC”, os dois municípios limitaram-se a informar os resultados da avaliação externa à comunidade escolar; ambos propuseram ações voltadas para a avaliação dos resultados de desempenho dos alunos, por meio da introdução de exames simulados e preparação dos professores, segundo a metodologia da Prova Brasil, reproduzindo assim os instrumentos nacionais; e que a forma como esses resultados são divulgados, vem intensificando a perspectiva de responsabilização dos resultados pelas escolas. Foi identificado que os resultados das avaliações externas não têm sido utilizados pelos municípios como aprimoramento para o planejamento de ações sistematizadas e permanentes, que incentivem a melhoria da qualidade de ensino de suas redes, para além dos resultados de desempenho dos alunos (ANTUNES, 2012, p.6).

As evidências permitem afirmar que os resultados das avaliações externas, sejam elas aplicadas pelo governo federal, sejam pelo município, no caso de Campo Grande, não têm sido utilizados como potencial para o planejamento de ações mais sistematizadas e duradouras nas práticas educativas da escola, que incentivem a melhoria da qualidade de ensino de suas redes, para além dos resultados de desempenho (ANTUNES, 2012, p. 126).

-ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DOS ITINERÁRIOS AVALIATIVOS NAS ESCOLAS ESTADUAIS DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE UBÁ (MINAS GERAIS). **Palavras-chave:** Itinerários Avaliativos. Avaliação interna. Avaliação em larga escala. Planejamento de ações educacionais. Formação continuada. Rede estadual de educação de Minas Gerais. 2019.

A dissertação desenvolvida no Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública do (PPGP) da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF) por Samuel Gazolla Lima, um estudo de caso que trata da análise do processo de implementação dos Itinerários Avaliativos nas escolas da rede estadual de Minas Gerais, na área de abrangência da 38º

Superintendência Regional de Ensino de Ubá. Os Itinerários Avaliativos foram desenvolvidos pelo CAED/UFJF, em parceria com a SEE-MG, com objetivo das escolas analisarem os dados das avaliações internas e externas, de forma coletiva e participativa com toda comunidade escolar e assim produzirem um Plano de Ação para melhorar as práticas pedagógicas. Teve como objetivo analisar as dificuldades e acertos vivenciados pelas escolas no cumprimento de prazos e ações propostas pelos Itinerários Avaliativos, principalmente seu uso no planejamento pedagógico da escola. Como metodologia, foram analisados os Relatórios de Acompanhamento dos Itinerários Avaliativos encaminhados pela Superintendência de Avaliação da Educação da SEE-MG à 38ª SRE de Ubá e a tabulação do questionário *on-line* aplicado às escolas e assim identificaram que as principais dificuldades apresentadas estão relacionadas à ausência de capacitação e ao tempo reduzido disponível para executar todos os itinerários estabelecidos, além das dificuldades de acesso à plataforma *on-line*. Para minimizar as dificuldades foi elaborado um Plano de Ação Educacional (PAE) que propõe a formação continuada dos servidores envolvidos, a redução do quantitativo de Itinerários Avaliativos, sua inserção no PPP da escola e melhorias na plataforma de acesso (LIMA, 2019, p. 8). A pesquisa detectou pontos críticos no processo de implementação dos Itinerários Avaliativos SRE de Ubá, sendo que a principal delas está relacionada à ausência de um processo de capacitação prévio, tanto para os servidores Técnicos e Analistas da Educação que fazem parte da equipe pedagógica da 38ª SRE de Ubá, quanto para os profissionais que diretamente estavam envolvidos neste processo nas escolas, que eram os diretores e os Especialistas da Educação Básica, além dos demais servidores das escolas. Foram detectados a dificuldade de usar os resultados das avaliações em larga escala no planejamento pedagógico; a limitação de tempo para percorrer todos os 16 Itinerários Avaliativos com evidência de excesso de ações previstas; o acúmulo de projetos a serem desenvolvidos pelas escolas; as dificuldades de acesso à plataforma e às suas inconsistências.

Dessa forma, tendo como base as informações coletadas, foi possível construir um PAE cujo objetivo é sugerir ações com a intenção de melhorar o uso dos Itinerários Avaliativos, considerado importante pelas próprias escolas e possui potencial de poder alavancar melhorias na qualidade da educação ofertada (LIMA, 2019, p.136). Posto isso, acreditam que os Itinerários Avaliativos, ao fazerem as escolas implementarem

ações de participação do coletivo da escola, discutirem os resultados das avaliações em larga escala e a criação, implementação e acompanhamento dos Planos de Ação, podem fazer com que elas alcancem novos patamares de eficácia do processo de ensino-aprendizagem (LIMA, 2019, p.137).

-PROGRAMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO PARANÁ: DA PRODUÇÃO À IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NA ESCOLA. Palavras-chave: Avaliação institucional. Escolas públicas. Políticas educacionais. Stephen Ball. 2011.

O presente artigo analisa como as políticas educacionais referentes à tecnologia pedagógica — avaliação institucional — têm-se configurado no interior das escolas públicas estaduais, a partir do Programa de Avaliação Institucional da Educação Básica do Paraná — 2004/06. Fundamenta-se na abordagem do ciclo de políticas públicas de Stephen Ball e seus colaboradores, na metodologia do discurso do sujeito coletivo — DSC de Lefevre (2005). Os objetivos da pesquisa centraram-se na análise das concepções de avaliação institucional que permeiam os documentos políticos da Secretaria Estadual de Educação, na percepção da representação das equipes de gestão das escolas em relação as políticas educacionais e no modo como elas são vivenciadas e implementadas no cotidiano escolar. A pesquisa revelou a prática de avaliação institucional que foi desenvolvida nas escolas públicas, enquanto espaço mesossociológico de implementação de programas e políticas educacionais, evidenciando o que acontece quando uma política educacional encontra a escola, ou seja, quando ela é interpretada, implementada e/ou recriada (BRANDALISE; MARTINS, 2011, p. 1 e 2). Considerando o caso específico do Programa analisado, pode-se destacar que os dados apresentados revelaram que existem coerências e incoerências entre o discurso e a prática, ou seja, entre os pressupostos da Política de Avaliação Institucional e as ações efetivamente desenvolvidas pelas instâncias do sistema educacional: Escolas, NREs e SEED; que a comunidade escolar reconhece a importância da avaliação institucional para a melhoria do trabalho nas escolas públicas, porém há muita dificuldade de integrar essa forma de avaliação nas atividades cotidianas da instituição escolar; que é intrínseco que o conhecimento sobre a política de avaliação institucional, enquanto processo de

autoavaliação da escola, leva — ou pelo menos deveria levar — os indivíduos que trabalham com ela a acompanharem todas as 5 fases do processo: formulação, implantação, implementação e, inclusive, a fase avaliativa dos seus resultados/efeitos, como propõe Stephen Ball.

Percebe-se nas falas dos depoentes que, como *processo* inerente ao desenvolvimento institucional, a avaliação interna das escolas é pouco realizada, embora seja fundamental para analisar a escola em sua totalidade, para efetuar a organização escolar e para subsidiar a tomada de decisões dos gestores escolares; que o movimento avaliativo desencadeado nas escolas a época da implantação do programa foi considerado bastante significativo para essas instituições, principalmente como viabilizador de processos reflexivos sobre cada escola em particular, respeitando sua identidade institucional (BRANDALISE; MARTINS, 2011, p. 20).

-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: ANÁLISE DA AVALIAÇÃO DE SISTEMA E A NECESSIDADE DE LEGITIMIDADE POLÍTICA. Palavras-Chave: Avaliação de larga escala. Avaliação Institucional. Sistema Nacional de Avaliação. 2019.

Esse artigo de Claudia Pereira de Pádua Sabia tem como objetivo refletir sobre os resultados da avaliação externa pelos atores da escola na avaliação institucional visando sua utilização para o planejamento pedagógico. É a avaliação institucional que possibilita a legitimidade política dos dados disponibilizados na avaliação externa através da negociação entre “os que fazem a escola”. Embora a ênfase neste trabalho sobre a avaliação institucional tenha sido sob o ângulo da reflexão dos resultados da avaliação de sistema, ressaltamos a necessidade de outros indicadores qualitativos elencados pelo coletivo que contribua para o resgate da finalidade da escola. A metodologia utilizada são as pesquisas: bibliográfica e documental. Como resultados, se apresentam o crescimento das pesquisas de avaliação para o apoio pedagógico, o aprimoramento dos Boletins Pedagógicos elaborados pelas Secretarias Estaduais de Educação, além de algumas iniciativas como o PIP – Plano de Intervenção Pedagógica e o Monitoramento da Aprendizagem (SABIA, 2019, p. 1). Diante do exposto, considera-se um desafio, a reflexão dos resultados da avaliação de sistema pelos atores da escola em sua avaliação institucional objetivando a apropriação dos mesmos como subsídios

aos professores em sala de aula. Este processo contribuiria para, a partir da análise aprofundada dos Boletins Pedagógicos, elaborar um diagnóstico e reorganizar as atividades, reorientar ações e rever os instrumentos utilizados na avaliação da aprendizagem. Apesar da divulgação dos Boletins Pedagógicos contendo os resultados da avaliação de larga escala, o problema central, segundo Brooke e Cunha (2015), reside nas inúmeras dificuldades dos professores para entender as matrizes de referência dos testes, associá-los aos conteúdos ministrados e trabalhá-los em sala de aula. Os autores citados apresentam o chamado Monitoramento da Aprendizagem, como exemplo do que vem sendo realizado na cidade de Belo Horizonte/MG. Este processo compreende ações voltadas aos alunos como reforço escolar, bem como ações de formação docente, em que os professores recebem informação específica e acompanhamento constante da Secretaria Municipal de Educação (BROOKE; CUNHA, 2015).

Destaca-se que, a ênfase neste estudo da avaliação institucional foi sob o ângulo da reflexão dos resultados da avaliação de sistema para monitorar/apoiar a aprendizagem dos alunos, ressaltando a necessidade de outros indicadores qualitativos elencados pelo coletivo que contribua para o resgate da finalidade da escola, ou seja, que a avaliação institucional, propicie a reflexão “para além dos conteúdos”, buscando o desenvolvimento de valores, de consciência dos direitos e deveres, e da emancipação e autonomia dos sujeitos (SABIA, 2019, p.498 e 499).

-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: RETROSPECTIVA E QUESTIONAMENTOS. Palavras-chave: Avaliação Institucional. Educação Básica. Qualidade da Educação. Brasil. 2016.

O presente artigo faz uma retrospectiva das experiências de uso da avaliação institucional na educação básica no Brasil desde meados dos anos 1990. Observam-se iniciativas de avaliação não só nos ensinos: fundamental e médio, seja em escolas isoladas ou em redes públicas, mas também na educação infantil. Em anos recentes, esta última etapa tem sido objeto de ações do Ministério da Educação e de entidades colaboradoras visando à disseminação em âmbito nacional dessa prática. O estudo encontra grande convergência nos referenciais teórico-metodológicos adotados na

avaliação institucional da escola, invariavelmente comprometidos com a perspectiva de melhoria da qualidade da educação, assim como nos procedimentos para sua implementação. Discute ainda questões comuns, suscitadas pelo seu emprego (BARRETO E NOVAES, 2016, p. 314).

É certo que os resultados escolares estão fortemente associados ao nível socioeconômico e cultural da população, e que as condições precárias de vida interferem desfavoravelmente nas condições de aprendizagem dos alunos. Não obstante, embora com as limitações apontadas, parece não se esgotar o potencial que tem a avaliação institucional de tornar públicas e mais evidentes para as escolas, e para os sistemas educacionais que as mantêm, as alternativas para obter aqueles avanços que só deles dependem para assegurar uma educação com melhor qualidade a toda a população (BARRETO E NOVAES, 2016, p. 343).

-SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE NITERÓI (SAEN): UMA POLÍTICA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA.

Palavras-chave: Gestão Pública. SAEN. Avaliação Institucional. 2017.

Segundo os autores, Maria Cristina Rezende de Campos; Flávia Monteiro de Barros Araújo; Patrícia Gomes Pereira Moreira; Bruno Gonçalves Ribeiro; Tatiana Freire de Moura, o artigo objetiva discutir os resultados obtidos através do Sistema de Avaliação da Educação de Niterói (SAEN), instituído pela lei municipal nº 3.067 de 12 de dezembro de 2013. O SAEN pressupõe a diagnose e a participação da comunidade educativa, buscando revelar traços, características e tendências da realidade avaliada nos diferentes setores que compõem a Rede Municipal de Educação de Niterói, no intuito de subsidiar mudanças nas prioridades políticas e na alocação de recursos públicos, para uma melhoria na qualidade do ensino e da aprendizagem. Ele é composto por quatro dimensões: Gestão das Aprendizagens; Gestão da Rede Municipal; Gestão Escolar; e Gestão do Trabalho Pedagógico. A implementação do sistema tem sido realizada pela Secretaria Municipal de Educação e pela Fundação Municipal de Educação de Niterói, por meio da Assessoria de Avaliação Institucional, que vem acompanhando diferentes ações desenvolvidas tanto nas unidades de educação quanto na sede, e promovendo reflexões com vistas a sua qualificação constante. Esta gestão compreende a avaliação

institucional como instrumento de planejamento e redimensionamento das ações desenvolvidas, permitindo maior articulação e integração dos trabalhos e a melhoria da educação. Por meio do relato de experiência e da análise qualitativa dos resultados alcançados entre 2013 e 2016, foram indicados a possibilidade e a importância da construção e implementação de um sistema de avaliação institucional participativo (CAMPOS, ARAÚJO, MOREIRA, RIBEIRO, MOURA, 2017, p.1). No texto, foi apresentada a política pública de avaliação institucional que tem se desenvolvido no município de Niterói (RJ). Este modelo de avaliação institucional não se embasa apenas nos resultados de desempenho dos alunos, pois compreende que mesmo estes resultados dependem de uma série de fatores que perpassam pela participação, organização e o investimento dos gestores dos órgãos centrais e das unidades de educação. E também pela participação/engajamento dos profissionais das escolas, dos alunos e das famílias, cada ator cumprindo seu papel social, responsabilizando-se por sua função nesse processo amplo que é a educação (CAMPOS, ARAÚJO, MOREIRA, RIBEIRO, MOURA, 2017, p. 9). Em concordância com Sordi e Freitas (2013), compreende-se a necessidade de um modelo alternativo de responsabilização, que não deve ser direcionado exclusivamente a professores e alunos, mas sim pactuado e participativo. A qualidade da educação depende desse fator (CAMPOS, ARAÚJO, MOREIRA, RIBEIRO, MOURA, 2017, p. 10). “Daí o sentido de um ‘pacto’ com múltiplos atores: da escola para com seus estudantes; da escola consigo mesma; da escola com os gestores do sistema escolar; e dos gestores do sistema para com a escola” (SORDI; FREITAS, 2013). Esta gestão tem trabalhado com os conceitos de qualidade negociada e responsabilização participativa, na tentativa de fazer a comunidade educativa compreender como a função social da escola pode ser significativa, quando há uma organização pautada na (auto)avaliação, no planejamento, no acompanhamento e replanejamento de ações, na democratização das ações etc. O SAEN tem possibilitado esse olhar, embora se reconheça que o mesmo pode e precisa ser aprimorado.

Deste modo, o sistema tem colaborado para os objetivos da gestão municipal na área da educação. Os autores e autoras afirmam que o SAEN, como sistema próprio de avaliação que considera a importância da integração das diferentes dimensões da educação e dos diferentes agentes envolvidos nas mesmas, pode ser uma ferramenta de

fundamental importância para a qualidade da educação de Niterói (CAMPOS, ARAÚJO, MOREIRA, RIBEIRO, MOURA, 2017, p. 10).

Cada trabalho descrito acima possui uma especificidade em comum e contribuições na produção da nossa pesquisa. Além da evidência em processos variados de pesquisa sobre avaliação institucional na educação básica, revela resultados a partir da experiência dos autores e autoras frente às especificidades, desafios, questionamentos, legitimidade, enfrentados em redes municipais e estaduais em cidades como Niterói, Ubá, Pampa, Campinas, Pelotas, Ribeirão das Neves, Chapecó, Ponta Grossa, capitais como Belo Horizonte, Distrito Federal, em estados como Ceará, Paraná, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, envolvendo análise e implementação de Políticas Públicas, Planos de Ações Articuladas, Intervenções, Retrospectiva, Descaminhos, Itinerários Avaliativos, Indicadores de qualidade no ensino-aprendizagem, uso e divulgação dos resultados encontrados, tratamento dos dados, propostas de mudanças na eficácia de programas e instrumentos norteadores como PPP, Avaliação de desempenho de professores e planejamentos utilizados, inclusive modelo de avaliação externa das escolas em uso em Portugal, com referência ao seu limitado impacto na melhoria da prestação do serviço educativo, envolvendo Conselhos, Comissões e até mesmo ações do Ministério da Educação.

SEÇÃO III - APONTAMENTOS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

Nos países da América Latina, as reformas econômicas, políticas e sociais recebem forte influência dos organismos internacionais, como Banco Mundial, UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), FMI (Fundo Monetário Internacional), entre outros, principalmente no final do século XX e início do século XXI, de forma que suas ações são direcionadas para as políticas educacionais que são orientadas sob os ideais neoliberais. Os conceitos de mercado, eficiência e busca de resultados tornam-se o centro das ações educacionais, em detrimento da formação humana, pois “[...] os neoliberais enfatizam que a educação deve estar subordinada às necessidades do mercado de trabalho” (GENTILI, 1996, p. 9), isto é, deve fornecer as ferramentas necessárias para o indivíduo competir, tornando-o capaz de adaptar-se às demandas do mercado.

No Brasil, as recentes mudanças nas políticas educacionais – como a Reforma do Ensino Médio, a Base Nacional Comum Curricular, a política de formação dos professores, a Escola sem Partido e a PEC nº 55/2016 – representam o desmonte de uma educação que buscava romper com as concepções conservadoras e elitistas (AZEVEDO; REIS, 2018, p. 6).

Ao focalizar o desenvolvimento das competências e as necessidades individuais, o documento expressa a influência que recebe dos organismos internacionais, principalmente ao justificar a formação do indivíduo capaz de se adaptar ao mundo do trabalho. Além disso, a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) segue o modelo:

[...] adotado nas avaliações internacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que coordena o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa, na sigla em inglês), e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco, na sigla em inglês), que instituiu o Laboratório Latino Americano de Avaliação da Qualidade da Educação para a América Latina (LLECE, na sigla em espanhol) (BRASIL, 2017b, p. 14).

A BNCC aprovada pelo CNE, alinhada com o governo Temer e MEC em dezembro de 2017, excluía o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos. As propostas feriam o princípio da valorização das experiências extraescolares e desrespeitavam a pluralidade proposta pela LDB. Pode-se observar que o CNE se abdicou de seu papel como órgão de Estado, nota-se uma transferência dos serviços públicos para o setor privado, devido à forte influência dos movimentos empresariais, onde as determinações didático-pedagógicas são estabelecidas pelas empresas privadas,

na construção de um currículo que forme indivíduos capazes de se adaptar às modificações do mercado.

No tocante à Educação Básica, é relevante destacar que, entre as incumbências prescritas pela LDB/9394/96 aos Estados e ao Distrito Federal, consta:

[...] assegurar o Ensino Fundamental e oferecer, com prioridade, o Ensino Médio a todos que o demandarem. E ao Distrito Federal e aos Municípios cabe oferecer a Educação Infantil em Creches e Pré-Escolas, e, com prioridade, o Ensino Fundamental. Em que pese, entretanto, a autonomia dada aos vários sistemas, a LDB, no inciso IV do seu artigo 9º, atribui à União estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os municípios, competências e diretrizes para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum (BRASIL, LDB/ 1996).

A Lei nº 12.061/2009 alterou o inciso II do artigo 4º e o inciso VI do artigo 10 da LDB, para garantir a universalização do Ensino Médio gratuito e para assegurar o atendimento de todos os interessados ao Ensino Médio público. De todo modo, o inciso VII do mesmo artigo já estabelecia que se deve garantir:

A oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola (BRASIL, LDB/ 1996).

Todavia, a política neoliberal tem destinado à escola o papel de garantir o desenvolvimento de aptidões e habilidades que garantam a sobrevivência econômica do país. Sob recomendações do Banco Mundial a defesa do Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos à distância. A formação de professores da Educação Básica através da regulação do ensino superior visa ampliar os espaços de acumulação e não de formação humana a partir dos princípios aprender a aprender e do protagonismo do estudante em sua aprendizagem. O indivíduo no centro do processo pedagógico e o professor complementar.

Considera-se que a autoavaliação da escola

[...] não é apenas uma reivindicação política ou ideológica, nem unicamente uma necessidade administrativa ou técnica, mas também uma questão pedagógica. Trata-se de colocar a escola como objeto de estudo e avaliá-la a partir da emergência de uma sociologia das organizações educativas, procurando estabelecer pontes com a análise das políticas educacionais. (BRANDALISE, 2010, p. 79).

Para Lück (2012), nenhuma prática de avaliação é enfrentada sem passar pela superação de dificuldades, obstáculos e limitações. Ou seja, a avaliação não acontece num passe de mágica, sem entraves ou conflitos e dificuldades, ao contrário, ela vem

dentro de um processo dinâmico que tira a equipe da sua zona de conforto e busca reafirmar os valores considerados positivos, buscando novas maneiras de transformar o que julga negativo, intervindo coletivamente em todas as dimensões dos espaços escolares, em virtude de ser uma ação coletiva na busca da qualidade do ensino e melhoria da escola.

Os elementos que comporiam uma avaliação institucional concreta podem ser baseados em um movimento constante e em um sistema que suporte e garanta cadastrar, salvar, buscar e repassar os dados e informações sobre as ações educacionais, integrando essas informações para a melhoria da qualidade do ensino (LÜCK, 2012, p. 20).

Segundo a autora, um sistema de informações deve oferecer as seguintes vantagens: integração de dados e informações, evitar duplicidade de dados, comparar dados para facilitar a análise, favorecer o hábito de tomar decisões a partir de dados, possibilitar a transparência da gestão escolar e repassar as informações à comunidade, permitir à comunidade escolar visualizar suas ações e resultados e gerar registros históricos para manter um meio de visualizar todo o processo de evolução de suas ações.

Lück (2012) ainda acrescenta que a escola precisa possuir um sistema de informações desenvolvido por meio das tecnologias da informática, que permita um fácil acesso, sempre atualizado, no momento em que a informação é cadastrada. Contudo, na prática, a introdução das TICs nas escolas e a descentralização ainda estão em um processo precário.

Além do PNE (Plano Nacional de Educação), outros subsídios têm orientado as políticas públicas para a educação no Brasil, entre eles as avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), da Prova Brasil, e do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), definidas como constitutivas do Sistema de Avaliação da Qualidade da Oferta de Cursos no País. Essas avaliações vêm-se constituindo em políticas de Estado proporcionando elementos aos municípios e escolas para localizarem as suas fragilidades e promoverem ações, na tentativa de superá-las, por meio de metas integradas.

Além disso, foi proposta do CNE o estabelecimento de uma Base Nacional Comum que tem como um dos objetivos nortear as avaliações e a elaboração de livros didáticos e de outros documentos pedagógicos. Os marcos legais que embasam a BNCC parte da Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 205, reconhece a educação como

direito fundamental compartilhado entre Estado, família e sociedade ao determinar que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Para atender a tais finalidades no âmbito da educação escolar, a Carta Constitucional, no Artigo 210, já reconhece a necessidade de que sejam “fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (BRASIL, 1988).

Com base nesses marcos constitucionais, a LDB, no Inciso IV de seu Artigo 9º, afirma que cabe à União estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum (BRASIL, 1996).

A LDB deixa claros dois conceitos decisivos para todo o desenvolvimento da questão curricular no Brasil. O primeiro, já antecipado pela Constituição, estabelece a relação entre o que é básico-comum e o que é diverso em matéria curricular: as competências e diretrizes são comuns, os currículos são diversos. O segundo se refere ao foco do currículo. Ao dizer que os conteúdos curriculares estão a serviço do desenvolvimento de competências, a LDB orienta a definição das aprendizagens essenciais, e não apenas dos conteúdos mínimos a ser ensinados. Essas são duas noções deveriam ser fundantes da BNCC. Mas, prevaleceu a política de centralização e regulação do currículo e o afastamento da educação emancipatória e ampliada.

A relação entre o que é básico-comum e o que é diverso é retomada no Artigo 26 da LDB, que determina que:

Os currículos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 1996).

Essa orientação induziu à concepção do conhecimento curricular contextualizado pela realidade local, social e individual da escola e do seu alunado, que

foi o norte das diretrizes curriculares traçadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) ao longo da década de 1990, bem como de sua revisão nos anos 2000.

Em 2010, o CNE promulgou novas DCN, ampliando e organizando o conceito de contextualização como “a inclusão, a valorização das diferenças e o atendimento à pluralidade e à diversidade cultural resgatando e respeitando as várias manifestações de cada comunidade”, conforme destaca o Parecer CNE/CEB nº 7/2010.

Em 2014, a Lei nº 13.005/2014 promulgou o Plano Nacional de Educação (PNE), que reitera a necessidade de estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa [União, Estados, Distrito Federal e Municípios], diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos(as) alunos(as) para cada ano do Ensino Fundamental e Médio, respeitadas as diversidades regional, estadual e local (BRASIL, 2014).

Nesse sentido, consoante aos marcos legais anteriores, o PNE afirma a importância de uma base nacional comum curricular para o Brasil, com o foco na aprendizagem como estratégia para fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades (meta 7), referindo-se a direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. Em 2017, com a alteração da LDB por força da Lei nº 13.415/2017, a legislação brasileira passa a utilizar, concomitantemente, duas nomenclaturas para se referir às finalidades da educação:

Art. 35-A. A Base Nacional Comum Curricular definirá direitos e objetivos de aprendizagem do ensino médio, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nas seguintes áreas do conhecimento [...]

Art. 36. § 1º A organização das áreas de que trata o caput e das respectivas competências e habilidades será feita de acordo com critérios estabelecidos em cada sistema de ensino (BRASIL, 2017).

Trata-se, portanto, de maneiras diferentes e intercambiáveis para designar algo comum, ou seja, aquilo que os estudantes devem aprender na Educação Básica, o que inclui tanto os saberes quanto a capacidade de mobilizá-los e aplicá-los.

O conceito de competência, adotado pela BNCC, afasta-se da discussão pedagógica e social das últimas décadas por setores progressistas e pode ser inferido no texto da LDB, especialmente quando se estabelecem as finalidades gerais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio (Artigos 32 e 35). Além disso, desde as décadas finais do século XX e ao longo deste início do século XXI, o foco no desenvolvimento de

competências tem orientado a maioria dos Estados e Municípios brasileiros e diferentes países na construção de seus currículos. O enfoque de competência adotado na BNCC e o adotado nas avaliações internacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que coordena o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa, na sigla em inglês), e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco, na sigla em inglês), que instituiu o Laboratório Latino-americano de Avaliação da Qualidade da Educação para a América Latina (LLECE, na sigla em espanhol).

Ao adotar esse enfoque, a BNCC indica que as decisões pedagógicas devem estar orientadas para o desenvolvimento de competências. Por meio da indicação clara do que os alunos devem “saber” (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, sobretudo, do que devem “saber fazer” (considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho), a explicitação das competências oferece referências para o fortalecimento de ações que assegurem as aprendizagens essenciais definidas na BNCC.

De acordo com as diretrizes curriculares nacionais (2013), a transição para o Ensino Médio apresenta um perfil bastante diferente dos anteriormente referidos, ao ingressarem no Ensino Médio, os jovens já trazem maior experiência com o ambiente escolar e suas rotinas; a dependência dos adolescentes em relação às suas famílias é menor e qualitativamente diferente. Mas, certamente, isso cria tensões, que se originam, principalmente, das novas expectativas familiares e sociais que envolvem o jovem. Tais perspectivas giram em torno de três variáveis principais conforme o estrato sociocultural em que se produzem: os conflitos da adolescência; aproximação ao mundo do trabalho; e a aproximação da transição da Educação Básica para a Educação Superior.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Resolução CNE/CEB nº 3/98, fundamentada no Parecer CNE/CEB nº 15/98), destacam em a *interdisciplinaridade*, assumindo o princípio de que “todo conhecimento mantém um diálogo permanente com outros conhecimentos”, e que “o ensino deve ir além da descrição e constituir nos estudantes a capacidade de analisar, explicar, prever e intervir, objetivos que são alcançáveis se as disciplinas, integradas em áreas de conhecimento, puderem contribuir cada uma com sua especificidade, para o estudo comum de problemas concretos, ou para o desenvolvimento de projetos de investigação e/ou de ação” Enfatizam

que o currículo deve ter tratamento metodológico que evidencie a *interdisciplinaridade* e a *contextualização*. (BRASIL, MEC, SEB, DICEI, 2013, P. 30).

Para concretização da interdisciplinaridade, as atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Resolução CNE/CEB nº 3/98, e Parecer CNE/CEB nº 15/98) prescrevem a organização do currículo em *áreas de conhecimento* e o uso das várias possibilidades pedagógicas de organização, inclusive espaciais e temporais, e diversificação de programas ou tipos de estudo disponíveis, estimulando alternativas, de acordo com as características do alunado e as demandas do meio social, admitidas as opções feitas pelos próprios estudantes.

As áreas indicadas são: *Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias; e Ciências Humanas e suas Tecnologias*. Vale lembrar que, diferentemente da maioria das escolas e das redes de ensino, o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e o ENCCEJA (Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos) consideram tais áreas, pois suas provas são concebidas e organizadas de forma interdisciplinar e contextualizada, percorrendo transversalmente as áreas de conhecimento consagradas nas Diretrizes, apenas alterando-as de três para quatro, com o desdobramento da *Matemática* e das *Ciências da Natureza*. (BRASIL, MEC, SEB, DICEI, 2013, P. 31).

Do ponto de vista do financiamento, essa categorização é subdividida conforme artigo 10, da Lei nº 11.494/2007 (FUNDEB), para atender ao critério de distribuição proporcional de recursos dos fundos de manutenção da Educação Básica, estabelecendo as seguintes diferenças entre etapas, modalidades e tipos de estabelecimento de ensino:

I. Creche; II. Pré-Escola; III. Séries iniciais do Ensino Fundamental urbano; IV. Séries iniciais do Ensino Fundamental rural; V. Séries finais do Ensino Fundamental urbano; VI. Séries finais do Ensino Fundamental rural; VII. Ensino Fundamental em tempo integral; VIII. Ensino Médio urbano; IX. Ensino Médio rural; X. Ensino Médio em tempo integral; XI. Ensino Médio integrado à educação profissional; XII. Educação especial; XIII. Educação indígena e quilombola; XIV. Educação de Jovens e Adultos com avaliação no processo; e XV. Educação de Jovens e Adultos integrada à educação profissional de nível médio, com avaliação no processo. (BRASIL, MEC, SEB, DICEI, 2013, P. 38).

Segundo o mesmo documento, quando o estudante chega ao Ensino Médio, os seus hábitos e as suas atitudes crítico-reflexivas e éticas já se acham em fase de conformação. Mesmo assim, a preparação básica para o trabalho e a cidadania, e a autonomia intelectual são uma conquista paulatina e requerem a atenção de todas as etapas do processo de formação do indivíduo. Nesse sentido, o Ensino Médio, como

etapa responsável pela terminalidade do processo formativo da Educação Básica, deve se organizar para proporcionar ao estudante uma formação com base unitária, no sentido de um método de pensar e compreender as determinações da vida social e produtiva; que articule trabalho, ciência, tecnologia e cultura na perspectiva da emancipação humana.

As atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio estão expressas na Resolução CNE/CEB nº 3/98, fundamentada no Parecer CNE/CEB nº 15/98, atualmente em processo de revisão e atualização, face à experiência acumulada e às alterações na legislação que incidiram sobre esta etapa da Educação Básica. No tocante aos cursos articulados com o Ensino Médio, organizados na forma integrada, o que está proposto é um curso único (matrícula única), no qual os diversos componentes curriculares são abordados de forma que se explicitem os nexos existentes entre eles, conduzindo os estudantes à habilitação profissional técnica de nível médio ao mesmo tempo em que concluem a última etapa da Educação Básica.

Art. 26. O Ensino Médio, etapa final do processo formativo da Educação Básica, é orientado por princípios e finalidades que prevêm:

I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II – a preparação básica para a cidadania e o trabalho, tomado este como princípio educativo, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de enfrentar novas condições de ocupação e aperfeiçoamento posteriores;

III – o desenvolvimento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e estética, o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV – a compreensão dos fundamentos científicos e tecnológicos presentes na sociedade contemporânea, relacionando a teoria com a prática.

§ 1º O Ensino Médio deve ter uma base unitária sobre a qual podem se assentar possibilidades diversas como preparação geral para o trabalho ou, facultativamente, para profissões técnicas; na ciência e na tecnologia, como iniciação científica e tecnológica; na cultura, como ampliação da formação cultural.

§ 2º A definição e a gestão do currículo inscrevem-se em uma lógica que se dirige aos jovens, considerando suas singularidades, que se situam em um tempo determinado.

§ 3º Os sistemas educativos devem prever currículos flexíveis, com diferentes alternativas, para que os jovens tenham a oportunidade de escolher o percurso formativo que atenda seus interesses, necessidades e aspirações, para que se assegure a permanência dos jovens na escola, com proveito, até a conclusão da Educação Básica.

[...]

Art. 32. A Educação Profissional Técnica de nível médio é

desenvolvida nas seguintes formas:

I – articulada com o Ensino Médio, sob duas formas:

- a) integrada, na mesma instituição; ou
- b) concomitante, na mesma ou em distintas instituições;

II – subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o Ensino Médio.

§ 1º Os cursos articulados com o Ensino Médio, organizados na forma integrada, são cursos de matrícula única, que conduzem os educandos à habilitação profissional técnica de nível médio ao mesmo tempo em que concluem a última etapa da Educação Básica.

§ 2º Os cursos técnicos articulados com o Ensino Médio, ofertados na forma concomitante, com dupla matrícula e dupla certificação, podem ocorrer:

I – na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;

II – em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;

III – em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, com planejamento e desenvolvimento de projeto pedagógico unificado.

§ 3º São admitidas, nos cursos de Educação Profissional Técnica de nível médio, a organização e a estruturação em etapas que possibilitem qualificação profissional intermediária.

§ 4º A Educação Profissional e Tecnológica pode ser desenvolvida por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho, incluindo os programas e cursos de aprendizagem, previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

[...]

Art. 33. A organização curricular da Educação Profissional e Tecnológica por eixo tecnológico fundamenta-se na identificação das tecnologias que se encontram na base de uma dada formação profissional e dos arranjos lógicos por elas constituídos.

Art. 34. Os conhecimentos e as habilidades adquiridos tanto nos cursos de Educação Profissional e Tecnológica, como os adquiridos na prática laboral pelos trabalhadores, podem ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

[...]

Art. 52. A avaliação institucional interna deve ser prevista no projeto político pedagógico e detalhada no plano de gestão, realizada anualmente, levando em consideração as orientações contidas na regulamentação vigente, para rever o conjunto de objetivos e metas a serem concretizados, mediante ação dos diversos segmentos da comunidade educativa, o que pressupõe delimitação de indicadores compatíveis com a missão da escola, além de clareza quanto ao que seja qualidade social da aprendizagem e da escola. (BRASIL, MEC, SEB, DICEI, 2013, p.73, 74,75, 79).

Percebe-se sob um olhar filosófico sobre o novo ensino médio, analisando a história da educação brasileira por Mulinari (2021), nunca houve um consenso e uma intencionalidade de garantir escolarização de qualidade social para as classes populares.

Partindo do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e dos Educadores (2010), documento escrito por 26 educadores, em 1932, com o título *A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo*. Circulou em âmbito nacional com a finalidade de oferecer diretrizes para uma política de educação, que criticava a escola tradicional por uma nova proposta de educação. O texto do manifesto dizia que “se depois de 43 anos de regime republicano, se der um balanço ao estado atual da educação pública, no Brasil, se verificará que, dissociadas sempre as reformas econômicas e educacionais, que era indispensável entrelaçar e encadear, dirigindo-as no mesmo sentido, todos os nossos esforços, sem unidade de plano e sem espírito de continuidade, não lograram ainda criar um sistema de organização escolar, à altura das necessidades modernas e das necessidades do país”.

Mulinari (2021) afirma que teóricos e pessoas ligadas à educação depois de grandes debates tentaram nessa época esboçar um Plano Nacional de Educação, quatro ideários de educação de quatro vertentes diferentes: Escola Novista ou Liberal, proposta que achava que a escola teria que se desvencilhar das amarrações tradicionais, ensinando pelo novo, pela criatividade, pela liberdade do indivíduo; Proposta Integralista, ligando a educação como finalidade básica, formar os cidadãos para o mercado de trabalho; também compondo essa mesa de discussão o ideário católico, que defendia um ideal mais humanista, enciclopédico; e os que imaginavam a escola até a década de 80 como um aparelho reprodutor do sistema capitalista.

Segundo o documento Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e dos Educadores (2010), a causa principal dos problemas na educação está na “na falta, em quase todos os planos e iniciativas, da determinação dos fins de educação (aspecto filosófico e social) e da aplicação (aspecto técnico) dos métodos científicos aos problemas de educação”. Os 26 educadores entendiam que “nunca chegamos a possuir uma *cultura própria*, nem mesmo uma *cultura geral* que nos convencesse da *existência de um problema sobre objetivos e fins da educação*”. O grupo defendia novos ideais de educação e lutavam contra o empirismo dominante. Para tanto, defendiam “transferir do

terreno administrativo para os planos político-sociais a solução dos problemas escolares”.

A educação nova, segundo o texto do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e dos Educadores (2010), propunha “servir não aos interesses de classes, mas aos interesses do indivíduo, e que se funda sobre o princípio da vinculação da escola com o meio social”. Ou seja, o objetivo era ter um “ideal condicionado pela vida social atual, mas profundamente humano, de solidariedade, de serviço social e cooperação”. O documento defendia ainda: educação como uma função essencialmente pública; a escola deve ser única e comum, sem privilégios econômicos de uma minoria; todos os professores devem ter formação universitária; o ensino deve ser laico, gratuito e obrigatório. A democracia era um dos pontos importantes abordado no manifesto, a educação era vista como instrumento de reconstrução da democracia, permitindo a integração dos diversos grupos sociais. Nesse sentido, o governo federal deveria defender bases e princípios únicos para a educação, mas sem ignorar as características regionais de cada comunidade.

Segundo Mulinari (2021), cria-se, no entanto, um Plano Nacional de Educação, duramente golpeado pelo presidente Getúlio Vargas, tudo que foi pensado foi indeferido por meio de um golpe de estado pelo presidente Vargas e por meio de uma reforma educacional, institui uma escola Capanema com uma visão dualista dividindo a escola em duas categorias (uma escola que atenderia a elite dirigente que estudariam e fariam uma faculdade e outra escola voltada para os trabalhadores, ligada à mão de obra e ao mercado de trabalho), que durou até o Vargas ser deposto em 1945.

Segundo o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e dos Educadores (2010), no Governo de Juscelino Kubitschek, o manifesto dos educadores “Mais uma vez convocados”, reafirmação do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, de 1932, publicado em 1 de julho de 1959, redigido novamente por Fernando Azevedo, contou com 189 assinaturas, entre as quais as de Anísio Teixeira, Florestan Fernandes, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda, Fernando Henrique Cardoso, Darci Ribeiro, Álvaro Vieira Pinto. Resgatando o ideário liberal definido no “Manifesto dos Pioneiros”, o “Mais uma vez convocados” se posicionava contra o discurso da Igreja Católica sobre a “liberdade de ensino”, discurso esse que se transformou em plataforma política do deputado Carlos Lacerda, para defender a atuação da rede privada de ensino

na oferta da educação básica. O manifesto prossegue reafirmando a educação como bem público e dever do Estado. Nele reaparece a proposta dos pioneiros da educação nova, de uma escola pública, laica, obrigatória e gratuita.

Mulinari (2021) afirma que, então criaram um novo Plano Nacional de Educação que agregasse a todos em 1962, em 1964 a ditadura militar se instaura e põe fim a essa discussão. Com a ditadura houve a abertura para a privatização onde foi institucionalizada a criação das escolas particulares no Brasil ofertando os cursos de graduação e do ensino profissionalizante pelo presidente Geisel, praticamente obrigatório em todo país, o ensino secundário se torna profissionalizante, com escolas privadas ofertando os cursos de graduação e o ensino público com caráter totalmente profissionalizante, na rede federal técnica e tecnológica se expande (escolas técnicas, agrotécnicas e politécnicas), tornamos novamente além de uma escola tecnicista também dualista (que divide novamente uma elite dirigente que terá contato com uma cultura superior de conhecimento e a outra escola pública limitada e direcionada exclusivamente ao mercado de trabalho), antes de chegar ao fim da ditadura militar o general Figueiredo defende que toda aquela proposta de escola profissionalizante não tinha dado certo e descarta novamente mais um plano nacional de educação.

De acordo com o sítio Memórias da ditadura (2022),

Os anos 1950 e 1960 foram marcados por um intenso debate sobre a educação brasileira. Muitos intelectuais e movimentos sociais formularam propostas para a organização de um *sistema nacional de ensino* mais democrático e popular, que superasse as desigualdades socioculturais, formasse cidadãos conscientes de seus direitos e preparados para desafios econômicos. O Brasil era considerado uma pátria “mal-educada”, com índices de analfabetismo alarmantes. A polarização política que antecedeu ao golpe de 1964 também atingiu a educação. A sociedade brasileira fervilhava com projetos educacionais humanistas e inovadores que, mais tarde, sofreram diretamente os impactos da repressão. (MEMÓRIAS DA DITADURA, 2022).

O golpe civil-militar de 1964 perseguiu, sistemática e violentamente, os educadores cujo pensamento e ação julgava subversivos e contrários aos alegados “interesses nacionais”.

O governo imposto pelas armas atingiu, logo de início, estes três grandes educadores brasileiros: Darcy Ribeiro, Anísio Teixeira e Paulo Freire.

Segundo Mulinari (2021), a ditadura chega ao fim e em 1988 temos a constituição, em 1996 a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação democrática e novamente somos chamados a pensar a educação em nível nacional (o que nós

queremos da educação, como ela deve ser feita, o que se deve ensinar), em 2014 foi institucionalizado um Plano Nacional de Educação, foi quando conseguimos a nos aproximar do Novo Ensino Médio (pensado nos governos petistas), a princípio com o Lula e sobretudo com a Dilma. A reforma do ensino médio é aprovada pelo governo Temer e começará a ser aplicado no governo Bolsonaro, uma proposta em que se aumenta a carga horária obrigatória para 1000 horas para cada ano totalizando 3000 horas para os três anos do ensino médio, com 60% dessa carga horária comum a todos os estudantes e 40% direcionada para as 5 grandes áreas do conhecimento: Linguagens e suas tecnologias, Matemática e suas tecnologias, Ciências da Natureza e suas tecnologias, Ciências humanas e sociais aplicadas e área técnica e profissionalizante.

O professor Mulinari (2021), explica, na prática os estudantes farão os 60% da carga horária nas 5 áreas do conhecimento, sem a obrigatoriedade da Filosofia e Sociologia nos 3 anos do Ensino Médio, e logo, farão 40% da carga horária eletiva, o estudante irá escolher em qual das 5 áreas ele irá se aprofundar, o problema é que na própria legislação, as entidades federativas possui a obrigatoriedade de ofertar as cinco grandes áreas do conhecimento, mas não todas em uma única escola, na prática, tradicionalmente as escolas de periferia tendem a ser mais limitadas e oferecer apenas um eixo que seria o profissionalizante, não serão ofertadas para esse público as outras áreas, retomando o dualismo educacional.

Manifesto, nota pública e posicionamento quanto ao processo de elaboração e de instituição da política pública por meio de uma MP nº 746/2016, as manifestações e posicionamentos de algumas entidades:

Em primeiro lugar, é preciso, sobretudo, criticar a forma autoritária como tal política foi instituída, por meio de Medida Provisória, desconsiderando tanto as práticas razoavelmente estabelecidas de debate público quanto desrespeitando instâncias de representação da sociedade civil. Nem mesmo o processo de consulta pública — bastante limitado — foi respeitado como possível instrumento de construção conjunta de políticas públicas. (ABdC e ANPEd, 2016, p. 4).

A ação do governo Temer com a Emenda à Constituição — PEC 241 — que estabelece o congelamento dos gastos sociais por 20 anos está articulada ao envio de Medida Provisória Nº 746, de 22 de setembro de 2016 ao Congresso Nacional, alterando o Ensino Médio unilateralmente e sem diálogo com a sociedade. [...] O uso de uma MP para tratar de uma temática importante no âmbito educacional emite o claro sinal de que se trata de um governo avesso ao diálogo. O uso de MP apesar de ser previsto na lei deve ser excepcional. A que

interesses obscuros serve uma reforma feita de maneira autoritária e que atropela processos de discussão em curso na Câmara dos Deputados? (ANPEd, 2016, p. 14)

A ANFOPE — Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação — vem a público manifestar-se contra a Medida Provisória no. 746, de 22 de setembro de 2016, que, a pretexto de instituir uma política de fomento a implementação de escolas de Ensino Médio em tempo integral, desorganiza esse nível de ensino, ignorando as discussões anteriores e aquelas em andamento no Brasil sobre os rumos da educação, constituindo grave ameaça a qualidade do Ensino Médio e a formação da juventude brasileira. (Anfope, 2016, p. 12)

Como já vimos verificando em estudos e debates nacionais e internacionais, as políticas de *uniformização/centralização curricular + testagem larga escala + responsabilização de professores e gestores* traduzido na BNCC/EM funciona como uma tríade orientada para os valores do mercado e tem gerado como consequências: a desvalorização e desqualificação dos sistemas públicos de ensino e seus atores em diversas dimensões, abrindo portas para a privatização, sob a forma de uso privado de recursos públicos ou outras e hordas de demissões com a ampla concentração por grandes empresas na rede privada. (ANPEd e ABdC, 2018, p. 4-5, grifos do original)

A partir de 2022, todas as escolas do ensino médio do país em todas as modalidades implementarão o novo ensino médio para o 1º ano, em todas as redes de ensino. Uma política educacional federal independente do ente federativo que oferta essa etapa. A matriz curricular de cada região deve ser pensada de acordo com o público atendido. No entanto, o governo do estado que Minas Gerais em meio a tantas demandas exigidas para o momento de pandemia e retorno presencial nas escolas de Educação Básica promove momentos de formação e preparação para implementação do novo ensino médio, discussões e exposições por meio remoto em todo o estado com a participação e interação dos profissionais da educação.

Muitos são os questionamentos na tentativa de articulação das especificidades de cada região na tentativa de dialogar sobre o novo currículo e sua adequação à realidade dos estudantes e a equipe de profissionais atuantes na escola. Nota-se que meio a tantas demandas, uma parcela do professorado espera por um currículo pronto e acabado a ser seguido, sem a preocupação de protagonismo na construção dessas matrizes.

Avaliar o sistema escolar e os alunos pode orientar mudanças na qualidade das aprendizagens, no processo de formação do professor e, na atuação profissional frente aos novos desafios assumidos pela docência. Deste modo, é imperativa a necessidade de uma educação que prepare o indivíduo para o mundo do trabalho, com participação na vida política e cultural e que o permita refletir sobre a realidade

social para nela atuar (LIBÂNEO, 2013, p. 88).

A complexidade inerente aos processos avaliativos torna evidente a exigência com os resultados do desempenho dos estudantes e com o desempenho das escolas, mostra que atualmente a avaliação educacional tem uma perspectiva muito mais ampliada, não se atendo apenas aos resultados do rendimento escolar, mas a todos os elementos que permeiam o processo ensino-aprendizagem, ou seja, a toda a realidade educativa. A avaliação institucional da escola básica ainda não se constitui uma prática consolidada no contexto da educação brasileira.

A escola é a instituição básica do sistema escolar e o lugar de trabalho do professor, caracterizada como uma organização educativa que tem tarefas sociais e éticas que necessitam assumir um caráter profundamente democrático. Para atingir os seus objetivos sociais, políticos e educacionais torna-se necessário desenvolver uma estrutura organizacional, bem como estabelecer processos de gestão, tomada de decisões que devem ser pautadas em documentos oficiais, análise de resultados que contribuem para o processo formativo e aperfeiçoamento da gestão escolar (LIBÂNEO, 2013, p.121).

De acordo com o Portal do MEC (2022), as avaliações externas da aprendizagem são coordenadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – **INEP**. O Inep é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação MEC, cuja missão é promover estudos, pesquisas e avaliações sobre o Sistema Educacional Brasileiro com o objetivo de subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para a área educacional a partir de parâmetros de qualidade e equidade, bem como produzir informações claras e confiáveis aos gestores, pesquisadores, educadores e público em geral.

O **Ideb** (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) foi criado pelo INEP em 2007, em uma escala de zero a dez. Sintetiza dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: aprovação e média de desempenho dos estudantes em Língua Portuguesa e Matemática. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Saeb e a Prova Brasil.

O Sistema de Avaliação da Educação Básica – **Saeb** é composto por dois processos: a Avaliação Nacional da Educação Básica – Aneb e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar – Anresc. A Aneb é realizada por amostragem das Redes de Ensino, em cada unidade da Federação e tem foco nas gestões dos sistemas educacionais. Por manter as mesmas características, a Aneb recebe o nome do Saeb em

suas divulgações. A Anresc é mais extensa e detalhada que a Aneb e tem foco em cada unidade escolar. Por seu caráter universal, recebe o nome de Prova Brasil em suas divulgações.

A **Prova Brasil** é aplicada censitariamente aos alunos de 5º e 9º anos do ensino fundamental público, nas redes estaduais, municipais e federais, de área rural e urbana, em escolas que tenham no mínimo 20 alunos matriculados na série avaliada. A Prova Brasil oferece resultados por escola, município, Unidade da Federação e país que são utilizados no cálculo do Ideb.

As avaliações são realizadas a cada dois anos, quando são aplicadas provas de Língua Portuguesa e Matemática, além de questionários socioeconômicos aos alunos participantes e à comunidade escolar.

A **Provinha Brasil** é uma avaliação diagnóstica do nível de alfabetização das crianças matriculadas no segundo ano de escolarização das escolas públicas brasileiras. Essa avaliação acontece em duas etapas, uma no início e a outra ao término do ano letivo. A aplicação em períodos distintos possibilita aos professores e gestores educacionais a realização de um diagnóstico mais preciso que permite conhecer o que foi agregado na aprendizagem das crianças, em termos de habilidades de leitura dentro do período avaliado.

No contexto brasileiro, Freitas *et al.* (2014, p. 10) explicitam que, quando o foco da avaliação é a escola, há que se considerar três níveis do sistema educacional: “avaliação em larga escala em redes de ensino (realizado no país, estado ou município); avaliação institucional da escola (feita em cada escola pelo coletivo); e a avaliação da aprendizagem em sala de aula, sob responsabilidade do professor”.

Em 2022 foram aplicadas duas avaliações externas, uma em âmbito federal (SAEB) organizada e aplicada por terceiros contratados, outra estadual (PROEB), produzida e organizada por terceiros e aplicada pelos profissionais da escola ao final dos ciclos 5º ano Anos Iniciais, 9º ano Anos finais e 3º ano do Ensino Médio e devolvidas à secretaria de educação de Minas Gerais, seguem uma matriz curricular reduzida padronizada ancorada no Currículo Referência de Minas Gerais, em dias distintos pré-definidos. Com um número expressivo de questões de múltipla escolha e gabarito a ser preenchido após o término de cada avaliação.

Como compreender e tomar como parâmetro de desempenho os resultados de avaliações produzidas por terceiros, alheios ao cotidiano dos múltiplos saberes desenvolvidos em sala de aula, ao contexto multicutural em cada localidade. Na tentativa de padronizar a diversidade de sentidos que pode haver nas várias questões propostas tidas como sentindo único e atribuir proficiência aos estudantes naquele momento presentes, atrelando ao planejamento dos professores planos de ação para intervenção ante a cada competência e habilidade aferida. Esteban e Pina (2021), com a colaboração de outros autores discorrem:

Há uma crescente atuação sobre a docência que resulta na progressiva mudança da proposição do/a professor/a como intelectual crítico/a e transformador/a para vê-lo/a como técnico/a que aplica em sala de aula o que se determina e se produz em outras instâncias, como há bastante tempo se sabe (GIROUX, 1987). Nesse contexto, é inevitável a redução da autonomia docente, posto que o ensino se confunde com a utilização de práticas mecanicistas (ZEICHNER, 2002) constantemente relacionadas à redução do currículo (ARROYO, 2017; FREITAS, 2007). As ideias de objetividade e neutralidade que se projetam nessa pedagogia do exame (DÍAZ BARRIGA, 1999), percebida como técnica e universal, fazem de seus resultados justificativas confiáveis para a hierarquização dos/as estudantes e para seus percursos escolares desiguais. (ESTEBAN, 2021, p. 424).

Nesse contexto, a avaliação interna é contínua e implícita em programas, e documentos orientadores, enviados pela secretaria de estado da educação de forma disseminada e realizada no interior das escolas, está inserida nas várias ações nelas desenvolvidas durante o ano, com uma análise sistemática da instituição pode-se identificar suas fragilidades e potencialidades e possibilitar a elaboração de planos de intervenção e melhorias. Estudos e pesquisas revelam a carência de formação dos profissionais da escola para desenvolvê-la, devido ao desconhecimento de fundamentos teórico-metodológicos sobre a avaliação institucional.

Muitas são as dificuldades e defasagens encontradas no retorno presencial, decorrentes da pandemia do COVID 19, suas variantes e das condições de estudo dos estudantes, com relação à interação social, questões socioemocionais, conceitos básicos caíram no esquecimento, os estudantes foram promovidos para dois anos adiante sem a consolidação do conhecimento básico necessário para aquele ano. O trabalho do professor seguindo as orientações da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais é de diagnóstico, retomada, verificação de aprendizagem, intervenção com foco nos conceitos básicos, tendo o currículo como referência, porém com foco nas habilidades

essenciais para que os estudantes possam permanecer na escola e dar seguimento aos seus estudos.

Tendo em vista o exposto, na próxima seção apresentaremos reflexões sobre conceitos de avaliação institucional e de qualidade social da educação, indicando elementos de ruptura com política educacional de avaliação, de cunho neoliberal.

Seção IV–Avaliação institucional e qualidade social da educação

Esta seção tem como finalidade apresentar discussão teórica sobre conceitos e princípios norteadores da avaliação institucional, refletindo inicialmente sobre as diversas concepções de qualidade social da educação. Traz também uma reflexão sobre a avaliação institucional nas escolas no âmbito da qualidade social o que trouxe fundamentos teóricos para o alcance dos objetivos dessa pesquisa.

Aguilar (2018) em sua pesquisa, afirma que um processo de avaliação da escola, realizado pelos membros da comunidade escolar, envolve o autoconhecimento institucional, a autoanálise da qualidade educativa, a reflexão individual e coletiva. É um momento em que se revisitam práticas, posturas, decisões para entender as potencialidades e fragilidades que afetam a qualidade da escola. Ressalta que, a avaliação institucional, especificamente a autoavaliação da escola, surge e se fortalece gerando capacidades para revelar a cultura institucional, interrogar a realidade crítica e contribuir nos espaços do projeto institucional da escola. Deste modo, a autoavaliação das escolas, em uma perspectiva de avaliação participativa, pode se tornar uma prática institucional que, em conjunto com a comunidade escolar, articula o compromisso coletivo com a qualidade social da educação.

Silva (2009) defende que a escola de qualidade social é aquela que atenta para um conjunto de elementos e dimensões socioeconômicas e culturais que circundam o modo de viver e as expectativas das famílias e de estudantes em relação à educação; que busca compreender as políticas governamentais, os projetos sociais e ambientais em seu sentido político, voltados para o bem comum; que luta por financiamento adequado, pelo reconhecimento social e valorização dos trabalhadores em educação; que transforma todos os espaços físicos em lugar de aprendizagens significativas e de vivências efetivamente democráticas.

Aguilar (2018) completa que a autoavaliação das escolas pode ressignificar a prática educativa realizada a partir dos sujeitos educacionais que compartilham as reflexões críticas e sinalizam a responsabilidade da escola para uma educação de qualidade, e, desta forma, aprofundar a compreensão do fenômeno educativo. Um plano de desenvolvimento institucional criado coletivamente com análise dos avanços e fragilidades desvelados em uma autoavaliação institucional participativa pode conduzir

os sujeitos educacionais participantes a agirem em busca da qualidade escolar, da justiça social e da construção da cidadania, minimizando, também, as desigualdades sociais.

Dias Sobrinho e Balzan (2011), concordam que a avaliação institucional tem suas raízes na avaliação, tema de largo domínio educacional, especialmente as avaliações de aprendizagem no universo das salas de aula, porém traz como inovação a definição de sua abrangência, pois “a avaliação institucional consiste num empreendimento sistemático que busca a compreensão global da instituição, pelo reconhecimento e pela integração de suas diversas dimensões” (DIAS SOBRINHO; BALZAN 2011, p.9).

A avaliação institucional interna ou autoavaliação tem como objeto avaliar a escola como um todo, com base em seu projeto político-pedagógico, com vistas às melhorias e ao aprimoramento dos processos educativos e desenvolvimento institucional, a partir das questões vivenciadas pela escola. Os sujeitos da escola conhecem os projetos escolares realizados e, ao refletirem sobre o contexto institucional no qual se inserem, podem gerar novas práticas e novos conhecimentos.

Santos (2018) em sua pesquisa afirma que pra ele,

o principal objetivo de uma avaliação institucional, além de potencialmente produzir conhecimentos que melhorem a compreensão da realidade avaliada e, conseqüentemente, permitam aos atores escolares tomar decisões mais esclarecidas, espera-se que a avaliação possa elucidar os pontos frágeis e fortes da instituição, permitindo que se intervenha com vistas a melhorá-la. As avaliações devem produzir informações sobre as necessidades e estratégias de mudança e sobre os processos e resultados que devem ser melhorados. Santos (2018, p. 88)

Os autores Chapman e Sammons (2013), ressaltam, contudo, que, embora a autoavaliação escolar possa ser uma força fundamental na melhoria da escola, ela deve ser entendida como parte de um processo de melhoria. Assim sendo, embora essencial, é insuficiente para tal melhoria. A mudança cultural, a melhoria na atuação docente, a melhoria organizacional, o papel das lideranças escolares, o desenvolvimento de comunidades profissionais de aprendizagem, dentre outros fatores, quando operam juntamente com a autoavaliação, constituem um caminho mais eficaz para a melhoria.

O compartilhamento de uma cultura de avaliação para a melhoria da escola poderia ajudar a superar, por exemplo, um dos grandes desafios da avaliação institucional, a noção da avaliação apenas como burocracia, observada em alguns estudos (BRANDALISE; MARTINS, 2011).

Santos (2018) diz que,

Uma consistente cultura de avaliação nas escolas e na rede poderia ajudar a minimizar os efeitos provocados pelas mudanças na gestão central e pela descontinuidade da política ou proposta de avaliação institucional, dois dos maiores desafios para a implementação e continuidade da avaliação institucional. É que, havendo na rede de ensino uma reculturação, mesmo com mudanças de governo, a avaliação institucional poderia perdurar, já que teria sido incorporada à prática das escolas. Teria sido institucionalizada. (SANTOS 2018, p. 155).

Estudo realizado por Itamar Silva (SILVA, 2010) concluiu que alguns fatores, como falta de domínio da leitura/escrita dos familiares e falta de confiança dos gestores na disposição dos pais em participar, prejudicaram sua participação no processo de avaliação institucional realizado pelas escolas. Por outro lado, mesmo quando a participação se dá, fica restrita a apenas uma das etapas da avaliação, responder aos questionários enviados pela escola, numa espécie de pesquisa de satisfação. Não são envolvidos, por exemplo, nos processos decisórios.

Nesse contexto, é importante retomar Freitas (2012), pois o referido autor conceitua a avaliação institucional como:

[...] um processo de apropriação da escola pelos seus atores, não na visão liberal da “responsabilização” pelos resultados da escola como contraponto da desresponsabilização do Estado pela escola, mas no sentido de que seus atores têm um projeto e um compromisso social em especial junto às classes populares e, portanto, necessitam, além deste compromisso, do compromisso do Estado em relação à educação. (FREITAS, 2012, p. 36).

Outra definição para avaliação institucional foi proposta por Bolívar (2016, p. 290). “Entendemos, pues, la ‘evaluación institucional’ como un espacio de confluencia entre la evaluación externa, dirigida a la eficacia, y la autorrevisión basada en la escuela, más orientada a la mejora”, diz este autor.

Segundo Lück (2012), a avaliação institucional é constituída por meio de um processo complexo, pluridimensional, tal como o é o processo educacional que a escola promove. Em vista disso, ela é muito mais do que a prática de coleta de dados e informações e apresentação de relatórios correspondentes. Pressupõe na concepção que acompanha a opção educacional adotada pela escola e prática de métodos que correspondam a essa concepção e sejam capazes de organizar e orientar a sua operacionalização, bem como a análise e interpretação dos dados e informações, de forma integrada e contextualizada, no conjunto das ações educacionais.

O cenário da educação básica brasileira, marcado por dificuldades no que se refere à permanência e à garantia da aprendizagem dos alunos, alimenta calorosos debates acerca dos processos de avaliação institucional e sua função: estimular condições que proporcionem a melhoria da qualidade do ensino, garantia do processo de gestão e democratização das instituições em seus diferentes níveis e modalidades de ensino.

A avaliação institucional deve ter em consideração todos os aspectos da vida da escola, no que diz respeito às estruturas, aos órgãos de administração e gestão, aos meios e recursos, às finalidades educativas, aos currículos, às formas de participação de todos os atores educativos e suas práticas, aos constrangimentos, às políticas, às expectativas e necessidades, aos valores e representações, às dimensões materiais e simbólicas, às relações interpessoais e às interações com o Estado, com a sociedade e com o meio local, aos sucessos e insucessos, aos percursos realizados e aos projetos de futuro (ESTEBAN, 2008, p. 44).

A avaliação externa é aquela desenvolvida por organismos externos à escola. Geralmente é uma estratégia de governabilidade dos administradores, a fim de exercerem maior controle sobre o sistema educacional e as escolas. A avaliação interna ou autoavaliação é aquela de iniciativa da própria escola, e desenvolvida pelos membros da comunidade escolar, buscando compreender a realidade escolar e a qualidade dos processos de trabalho.

Diferentemente dos modelos de avaliação externa em larga escala, que se baseiam em um tipo de responsabilização vertical, identificando nas escolas e nos professores os grandes responsáveis pela qualidade educacional (qualidade entendida como índices ou resultados em testes), a avaliação participativa apoia-se em uma responsabilização compartilhada (SORDI, 2012, p. 150).

Rodrigues e Moreira (2014) defendem que a avaliação integra a regulação por meio de vários dispositivos, como avaliações externas ou internas. Neste sentido, a avaliação sempre produz diagnósticos para fazer alguma melhoria da instituição e, assim, responder às demandas da sociedade. Segundo os autores, a avaliação "não é uma atividade episódica, esporádica, irregular, momentânea, final, mesmo que se pautar por uma estrutura temporal e se encontre baseada em torno de momentos críticos" (RODRIGUES; MOREIRA, 2014, p. 188), pelo contrário, são implementados processos de avaliação constantes.

Santos Guerra (2003) defende a "coavaliação", ou seja, a combinação do processo de avaliação externa, mais voltado aos resultados do processo educacional, e

da avaliação interna, centrada na melhoria dos processos internos do trabalho das instituições.

A qualidade sócio-cultural no processo de avaliação e reconstrução curricular não acontece por acaso. Na participação, é necessário que o avaliador tenha competência e sensibilidade para compreender o implícito, isto é, desvelar as representações, as “verdades” de cada um, o jogo de poder que circula no grupo participante do processo de avaliação curricular. [...] As realidades sociais, além de complexas, são polarizadas, geradas no campo dos conflitos, onde as concordâncias e discordâncias são expressas pela comunicação. (CAPPELLETTI, 2010, p. 14).

Argumenta-se ser necessário incorporar nos espaços escolares processos internos de avaliação numa perspectiva formativa, reflexiva, processual, possibilitando a criação de uma nova cultura escolar, fator imprescindível ao seu desenvolvimento institucional. A autoavaliação pode fornecer a base para o desenvolvimento organizacional e institucional, para o conhecimento público das suas potencialidades e fragilidades, significa movimentá-la em sua estrutura teórico/prática, e que, nesse sentido, é preciso ter clareza do que torna possível a avaliação, do que a limita e das possíveis dificuldades a serem enfrentadas.

Verifica-se que a vivência de uma cultura avaliativa, desde as atividades administrativas, pedagógicas e operacionais, que culminam em um caminho evolutivo e transformador, permite que a avaliação institucional se torne um instrumento que pode ser estruturado em diferentes processos, uma vez que deve estar alinhado à identidade da escola.

A autoavaliação das escolas permite compreender a realidade escolar, porque as instituições escolares são mais complexas do que os instrumentos que se dispõem para sua avaliação, “mas é sempre possível buscar um caminho para avaliar e ir promovendo a melhoria do processo avaliativo. Há muita informação a trabalhar na escola e pela escola. Cada instituição tem traços distintos, tem sua identidade” (BRANDALISE, 2010, p. 81).

Muito da implementação da política é resultado das forças imbricadas no processo e na organização, nas resistências dos atores, nas (re)significações decorrentes dos embates e tensões vividas, forjadas nas particularidades da formação histórica de cada sujeito e da realidade social da qual fazem parte. Assim, a implementação da política é marcada e demarcada pelas influências de todos os atores e das próprias instituições.

A autoavaliação das escolas pode desvelar os caminhos para melhoria da qualidade educativa baseada na participação dos sujeitos da própria comunidade escolar. Considera-se que a autoavaliação da escola, por um lado,

[...] permeia o trabalho educativo e o aprimoramento do processo de gestão escolar; por outro lado, a possibilidade de institucionalização de práticas avaliativas assentadas numa dinâmica planejada de intervenção, mudança e desenvolvimento institucional, levando-se em conta a singularidade de cada escola e não somente o atendimento de recomendações pontuais ou obrigações de resultados pré-estabelecidos e estandardizados pelos organismos oficiais (BRANDALISE, 2010, p. 83).

Um instrumental adequado pode se tornar uma ferramenta que a gestão escolar da educação básica possa utilizar no auxílio e desenvolvimento de uma proposta educativa alinhada com a qualidade social emancipadora da escola na condução de processos didático-pedagógicos e de gestão.

Grochoska (2013), em seu livro: *As Contribuições da Autoavaliação Institucional para a Escola de Educação Básica*, afirma:

A avaliação propicia às escolas momentos de discussão e reflexão sobre as práticas e encaminhamentos escolares. Traz conflitos também, mas necessários para a mudança do espaço, propiciando um novo momento para a instituição de ensino. É a partir destes contextos de conflitos, debates e reflexões, propiciados pela avaliação, que a melhoria escolar se efetiva, pois a tomada de decisão será realizada com diagnóstico concreto a respeito dos aspectos escolares (GROCHOSKA, 2013, p.110-111).

Pressupõe-se que a avaliação institucional ou autoavaliação quando foca suas atenções nos aspectos qualitativos da instituição, não podem ser medidos e explicados somente através de números, tabelas, cifras e estatísticas. Desenvolvida pela própria escola, de forma coletiva e participativa, contemplando dimensões administrativas, pedagógicas, estruturais e relacionais, com forte orientação formativa, pedagógica e processual, não sendo realizada de forma sistematizada provavelmente devido ao desconhecimento sobre esse domínio da avaliação educacional pelos gestores escolares, apontando a necessidade de formação continuada.

Importante fazer referência da Resolução CNE/CEB Nº 4/2010, de 13 de julho de 2010, que em seu Art. 52 versa:

Avaliação Institucional Interna deve ser prevista no projeto político-pedagógico - PPP e detalhada no Plano de Gestão, realizada anualmente, levando em consideração as orientações contidas na regulamentação vigente, para rever o conjunto de objetivos e metas a serem concretizados, mediante ação dos diversos segmentos da

comunidade educativa, o que pressupõe delimitação de indicadores compatíveis com a missão da escola, além de clareza quanto ao que seja qualidade social da aprendizagem e da escola. (BRASIL CNE/CEB, 2010).

Dentre os autores que fundamentaram a pesquisa encontra-se Lück (2012), que traz importantes considerações em torno da avaliação institucional. Para a autora, a prática de avaliar e refletir sobre o fazer pedagógico e seus problemas deverá desencadear um processo constante de estudos, não somente no cumprimento da legislação vigente, mas para possibilitar intervenções na prática de ensino e nas demais ações educativas da escola, mediante a identificação de potencialidades e dificuldades dessas instituições. Lück pondera que:

A avaliação institucional, para ser efetiva, não deve estar centrada em modelos prontos que sejam empregados de forma contínua e imutável. Cada escola à luz de conceitos e princípios norteadores deve adotar o discernimento necessário para formular seu programa de autoexame em caráter flexível, delineando o conjunto de elementos que fazem parte de sua política de desenvolvimento e melhoria de maneira a comportar contínuos ajustamentos (LÜCK, 2012, p. 60).

Da mesma forma, o Plano Nacional de Educação 2014 – 2024, em sua meta 7 assim versa: “Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica)”. A avaliação institucional aparece como primordial, em uma das estratégias da meta 7 nos seguintes termos:

7.4) induzir processo contínuo de autoavaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos (as) profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática. (BRASIL, PNE, 2014).

Há que se considerar que as escolas enquanto local de implementação de políticas, programas e projetos precisam ser ouvidas e respeitadas nos diferentes contextos do ciclo de uma política educacional. Destaca-se que, a ênfase neste estudo da avaliação institucional é sob o ângulo da reflexão dos resultados da avaliação de um sistema para monitorar/apoiar a aprendizagem dos alunos, ressaltando a necessidade de indicadores qualitativos identificados nos documentos que contribuam para o resgate da finalidade da escola, ou seja, que a avaliação institucional, propicie a reflexão “para

além dos conteúdos”, buscando o desenvolvimento de valores, de consciência dos direitos e deveres, e da emancipação e autonomia dos sujeitos.

Como oportunamente observou Dias Sobrinho (2000, p. 89) “A avaliação institucional tem uma grande força instrumental e uma considerável densidade política. Ainda que também seja uma questão técnica, muito mais importantes são a sua ação e o seu significado políticos”. A avaliação educacional comporta dimensões sociais, políticas e éticas que não podem, por isso, ser reduzido a imperativos técnicos ou a um “instrumento de domesticação do mundo” (FERNANDES, 2010, p. 39). Portanto, é necessário refletir sobre avaliação institucional e qualidade da educação, reafirmando que:

Qualidade é uma palavra polissêmica, plástica, que encerra virtualidades e positivities, expressa convergência de preocupações, permitindo a rápida construção de um consenso por criar a idéia de agregação em torno de compromissos comuns. Estas características ocultam o quanto suas diferentes acepções guardam possibilidades opostas e contraditórias de organização da escola como projeto social (ESTEBAN, 2008, p. 6–7).

De acordo com Silva (2009), a qualidade social da educação escolar não se ajusta, portanto, aos limites, tabelas, estatísticas e fórmulas numéricas que possam medir um resultado de processos tão complexos e subjetivos, como advogam alguns setores empresariais, que esperam da escola a mera formação instrumental de trabalhadores e de consumidores para os seus produtos.

A escola de qualidade social é aquela que atenta para um conjunto de elementos e dimensões socioeconômicas e culturais que circundam o modo de viver e as expectativas das famílias e de estudantes em relação à educação; que busca compreender as políticas governamentais, os projetos sociais e ambientais em seu sentido político, que luta por financiamento adequado, pelo reconhecimento social e valorização dos trabalhadores em educação; que transforma todos os espaços físicos em lugar de aprendizagens significativas e de vivências efetivamente democráticas.

A orquestração das forças progressistas da escola/sociedade que se opõe aos avanços dos reformadores empresariais, demanda a existência e qualificação de espaços sociais favorecedores do encontro, do diálogo crítico e plural entre os atores sociais para que, coletivamente, pensem, pactuem e deliberem em favor do direito a uma educação pública de qualidade social.

Se o que se pretende com uma avaliação institucional é definir o que vem a ser uma escola de qualidade, primeiro reafirma-se que nos distanciamos de uma proposta de qualidade total (economicista, empresarial, pragmática) inserida em uma esfera gerencialista e performática. Opondo-se a isso, adotou-se a qualidade social como sendo a ideal para garantir o direito à educação e a função social da escola.

Para Libâneo (2008), qualidade social é aquela que promove o domínio de conhecimento e o desenvolvimento das capacidades necessárias ao atendimento das necessidades individuais e sociais dos sujeitos, à inserção no mundo do trabalho e à constituição da cidadania, com vistas a uma sociedade mais justa e igualitária. Em resumo, “escola com qualidade social significa a inter-relação entre qualidade formal e política, é aquela baseada no conhecimento e na ampliação de capacidades cognitivas, operativas e sociais, com alto grau de inclusão” (LIBÂNEO, 2008, p. 66).

Uma das razões para que a avaliação institucional seja tão complexa é que seu sucesso está relacionado com a implementação de outras mudanças educacionais, igualmente desafiadoras, como a gestão democrática, o trabalho coletivo, a cultura de avaliação voltada para a melhoria escolar, a horizontalização das relações de poder, dentre outras.

Percebe-se que nenhuma ferramenta conseguirá apreender a realidade escolar (em si mesma), mas pode auxiliar a gestão escolar na busca pela qualidade social da instituição através do aproveitamento das sinergias da pluralidade de ações que se nota em seu território, contudo, sem adequados graus de autonomia e sem um investimento sério na qualificação dos recursos humanos, nos procedimentos e técnicas de avaliação, dificilmente a avaliação, incluindo a autoavaliação, responderá aos anseios de melhoria da sua comunidade.

Avaliação institucional não se baseia apenas nos resultados de desempenho dos estudantes, compreende-se que estes resultados dependem de fatores que percorrem a participação, organização, o investimento dos gestores dos órgãos centrais e das unidades de educação, pela participação/engajamento dos profissionais das escolas, dos estudantes e suas famílias, cada segmento da escola cumprindo seu papel social, responsabilizando-se por sua função na construção de uma educação de qualidade para todos.

Brandalise (2015,p. 58) discorre sobre as transformações que vêm ocorrendo na educação e em sua avaliação estão articuladas de forma singular às profundas mudanças que estão acontecendo na sociedade, na economia, na política e no mundo em âmbito global. Dessa forma, a educação tem sido “chamada” para responder a desafios, ajudar a solucionar problemas que são, ao mesmo tempo, importantes, diversos e, muitas vezes, contraditórios, como:

[...] os da produção da alta tecnologia, formação de mão-de-obra de alto nível, treinamento para atendimento de demandas imediatas do mundo do trabalho, formação qualificada para ocupações de tipo novo, formação para a inovação, preservação e desenvolvimento da alta cultura, recuperação da cultura popular, educação continuada, formação para o empreendedorismo, promoção da cidadania e da consciência de nacionalidade, inserção no mundo globalizado e compreensão das transformações transnacionais [...] e tantas outras exigências carregadas de urgências e, em todo caso, de difíceis respostas. (DIAS SOBRINHO, 2002, p. 13-14).

É certo que os resultados escolares estão fortemente associados ao nível socioeconômico e cultural da população, e que as condições precárias de vida interferem desfavoravelmente nas condições de aprendizagem dos estudantes. Não obstante, embora com as limitações apontadas, parece não se esgotar o potencial que tem a avaliação institucional de tornar públicas e mais evidentes para as escolas, e para os sistemas educacionais que as mantêm, as alternativas para obter aqueles avanços que só deles dependem para assegurar uma educação com melhor qualidade a toda a população. Mas, é importante a inclusão nessa reflexão sobre demandas feitas para a escola e a necessidade de pensar a escola a partir dos interesses e demandas dos estudantes das escolas públicas.

SEÇÃO V – DADOS E RESULTADOS: apresentando, analisando e interpretando documentos

Esta seção apresenta os resultados das análises do corpus da pesquisa documental, ancorada na base teórica escolhida, a fim de expor compreensões acerca das questões orientadoras do estudo. Para tanto, organizamos a seção entrelaçando análises e interpretação dos documentos, orientadas pelos seguintes eixos de análise:

1. Indícios e potencialidades da avaliação institucional nos documentos produzidos pela escola.
2. Relação entre avaliação institucional e construção da qualidade social da educação.
3. Trilha de avaliação institucional, documentos e dimensões da educação.

É importante destacarmos que os documentos analisados foram elaborados ou reformulados⁸ em tempos de pandemia do coronavírus. Nesse contexto, várias famílias perderam familiares. Perderam empregos e moradia por falta de recursos financeiros e seus filhos e filhas, estudantes das escolas públicas, tiveram que trabalhar para ajudar no sustento da família, alguns foram afastados de suas famílias devido à contaminação, não possuíam ou ficaram sem sinal de internet, dividiram aparelhos de celular e uma parcela significativanão teve aproveitamento aos conteúdos desenvolvidos pela Secretaria Estadual de Educação-SEE-MG e elaborados pelos professores, mesmo com as atividades impressas entregues na residência do estudante.

Durante o ano de 2021, várias foram as tentativas de Busca Ativa Escolar, intervenções e adequações para que os conteúdos básicos chegassem até as famílias e sua prole. Reconhecemos as grandes dificuldades enfrentadas pela Secretaria Estadual de educação, por professores, estudantes e suas famílias. A SEE-MG com o planejamento e instrumentais necessários para esse momento de pandemia e isolamento social, os professores que se adequaram às tecnologias do trabalho online sem recursos para atuarem nesse novo modelo de ensino, os estudantes sem condições de acesso ao ensino remoto ou assistindo aulas e entregando atividades pelo celular e as famílias com

⁸ O PPP e o Regimento Escolar sofreram alterações com a finalidade de atender normativas sobre ensino remoto e teletrabalho.

sua despesa aumentada por terem os filhos em casa que muitas vezes sem o monitoramento de um adulto, além de todos estarem sob a ameaça de contaminação e morte.

5.1. Indícios e potencialidades da avaliação institucional: em foco os documentos.

5.1.1. Plataforma de Avaliação e Monitoramento SIMAVE (Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública).

O primeiro documento em análise é o Relatório de Análise do SIMAVE produzido pela equipe pedagógica da escola, seguindo as orientações da analista educacional da Superintendência Regional de Ensino de Uberlândia, responsável pelo acompanhamento e orientação pedagógica à equipe da escola pesquisada. Esse Relatório versa sobre os resultados do PROEB 2019; resultados estes disponibilizados na Plataforma de Avaliação e Monitoramento SIMAVE (Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública). Essa plataforma foi criada no ano 2000 pela Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais em parceria técnico-pedagógica com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Segundo os promotores dessa avaliação externa, a finalidade é contribuir ativamente para a melhoria da qualidade da educação no estado e promoção da equidade ofertada pelos gestores, professores e equipes pedagógicas que podem utilizar seus dados a partir dos diferentes indicadores que compõem os resultados da avaliação. Ao longo de vinte anos, os resultados obtidos no SIMAVE têm auxiliado na implementação, (re)formulação e monitoramento de políticas educacionais. A plataforma às vezes inconsistente e de uso obrigatório, também, de acordo com os referidos promotores, vai se adequando às necessidades da escola para um desempenho cada vez mais eficaz.

Caracterizado como um sistema de avaliações internas que dispõe também dos resultados das avaliações externas do PROEB, a partir de conteúdos curriculares reduzidos e adaptados à situação de ensino híbrido adotado em 2021, conteúdos

desenvolvidos por meio dos Planos de Estudos Tutorados⁹, Atividades Complementares¹⁰, aulas gravadas e online, transmitidas pelo canal aberto de televisão, presenciais com estudantes escalonados e por último presenciais; avaliações estas contempladas com habilidades e competências associadas às avaliações externas e ancoradas no Currículo Referência de Minas Gerais.

Por meio da plataforma, a equipe pedagógica, gestora e administrativa da escola, da regional e do estado através de perfil de acesso, podem aferir padrões de desempenho através de testes de proficiência (baixo, intermediário, recomendado e avançado), nível de apropriação de conhecimentos e habilidades, monitoramento de descritores (leitura, interpretação e análise dos resultados) e porcentagem de participação dos estudantes e assim articular seu planejamento de intervenção.

Esteban e Fetzner (2015) discorrem sobre avaliações padronizadas:

Entendemos que o exame, assumido aqui como a aplicação dos testes padronizados que se propõem a medir o desempenho escolar, apresenta, em sua proposta, um contrassenso do que, no campo dos estudos das políticas educacionais em avaliação, temos entendido como função da avaliação. Na medida em que se rompe com a multirreferencialidade dos processos avaliativos (sua complexidade e a diversidade de questões que estão envolvidas na promoção da *aprendizagem-ensino*), torna a aplicação dos exames um trabalho inócuo, do ponto de vista da promoção da qualidade da educação oferecida, ao mesmo tempo em que investe e promove concepções e práticas tecnicistas que corroboram com percepções lineares sobre os processos de aprendizagem. (ESTEBAN; FETZNER, 2015, p. 81).

O desempenho dos estudantes nesses testes e a sua desejada melhora são interpretados como questões predominantemente técnicas, desconsiderando-se a complexidade dos processos escolares cotidianos e seus entrelaçamentos com a dinâmica sociocultural. Entretanto, o diagnóstico superficial decorrente da verificação do rendimento, serve como referência para que o governo do estado, por sua vez, envie bimestralmente orientações curriculares às escolas e, junto com as provas padronizadas, indicações sobre como trabalhar os conteúdos necessários. (COSTIN, 2009).

⁹As escolas públicas de Minas Gerais, por meio de iniciativa do Governo Estadual, têm como apoio durante as **aulas online** (regimes de estudo não presenciais) os **planos de estudo tutorados- PETs**. São planos da Educação Infantil ao Ensino Médio e consistem em diversos volumes de apostilas com sugestões de atividades que integram o aluno, sua família e a escola..(SEE-MG, 2020). Evidente que, com o estudo sendo realizado dentro de casa, os pais, responsáveis, muitas vezes, irmãos mais velhos ou outros parentes, tornam-se tutores dos estudantes

¹⁰**As atividades complementares** são feitas de acordo com o conteúdo do **PET**, seguindo aquele eixo temático e habilidades a serem alcançadas. Além disso, são um pouco mais aprofundadas, porque são elaboradas pelos professores a partir dos diagnósticos que fazem de cada turma.

A dimensão classificatória da avaliação educacional sustenta a seleção e, conseqüentemente, a negação dos percursos, conhecimentos e sujeitos mal avaliados. Produzem-se espaços onde ao inscrever as diferentes crianças, com os seus diferentes conhecimentos/desempenhos, criam-se possibilidades de exclusão dentro do próprio sistema. A escola ao abrigar as crianças sem interpelar os processos de exclusão também incrementa a possibilidade de que aquelas que não espelham a imagem proposta ganhem visibilidade como o *outro* – aquele que não corresponde ao modelo idealizado. Criam-se novas possibilidades de exercício do controle autoritário, tradicionalmente presente nas práticas de avaliação classificatória. O reconhecimento da singularidade e da pluralidade que expõem a diferença pode ser parte do processo de sua negação através de sua classificação, ordenação e controle, como parte de um processo de subalternização. O projeto de qualidade que sustenta esse processo partilha uma concepção excludente das dinâmicas escolar, socioeconômica e cultural, portanto, não responde às exigências de uma escola pública democrática, comprometida com as classes populares (ESTEBAN; FETZNER, 2015, p. 85).

De acordo com a análise dos documentos (relatórios da plataforma e relatório produzido pela escola), os conteúdos do currículo se tornam o ponto de partida para a garantia do direito de aprendizagem, na medida em que expressam os objetivos da educação formal, através das avaliações internas realizadas pelos professores, plataforma do SIMAVE (diagnóstica, 1ª e 2ª trimestral) e avaliações externas PROEB, habilidades básicas, consideradas essenciais para o desenvolvimento cognitivo dos estudantes ao longo das etapas de escolaridade. Habilidades selecionadas a partir do currículo de cada disciplina por meio de uma matriz de referência.

Segundo a secretaria de educação do estado de Minas Gerais, para uma escola ser considerada eficaz, ela deve proporcionar padrões de aprendizagem adequados a todos os estudantes, independente de suas características individuais, familiares e sociais. Se apenas um grupo de estudantes consegue aprender com suficiente qualidade o que é ensinado, aumentam as desigualdades educacionais e, como consequência, elevam-se os indicadores de repetência, evasão e abandono escolar.

Por meio dessa plataforma também é possível identificar os resultados do PROEB que é uma avaliação externa e censitária que busca diagnosticar a educação pública do estado de Minas Gerais nos conteúdos de Português e Matemática aplicada no fim de cada ciclo do Ensino Fundamental e Médio. Ela é utilizada primeiramente através da análise dos resultados das avaliações externas de 2019 (até então o último resultado disponível no primeiro semestre do ano letivo de 2021), a equipe de especialistas com o apoio da analista da SRE interpreta e analisa os resultados,

identificando os descritores¹¹ com maior percentual de erro e estudantes com baixo desempenho ainda presentes na escola.

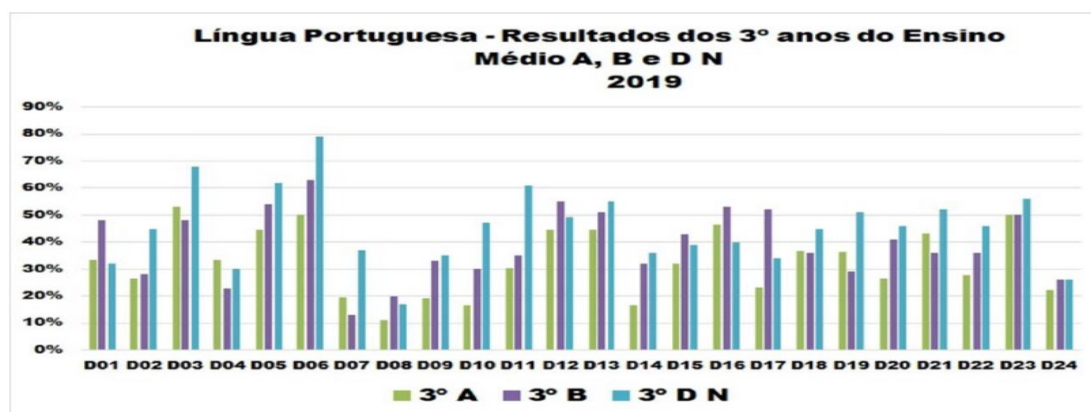
Conforme registro analisado, após leitura do Relatório, foi realizada uma reunião com os professores de Língua Portuguesa e Matemática (disciplinas avaliadas no exame) para apresentação desses resultados e indicação pelos professores de estratégias de retomada desses descritores, os mesmos utilizaram o cronograma dos sábados letivos de intervenção pedagógica para reforçar os conteúdos identificados em defasagem, mesmo sendo resultados também defasados. Vejamos trecho do Relatório de Análise do SIMAVE 2019, realizado em 2021:

ANÁLISE SIMAVE EDIÇÃO 2019 – ESCOLA ESTADUAL
ANTÔNIO THOMAZ FERREIRA DE REZENDE
DESCRIPTORIOS PRIORITÁRIOS PARA CORREÇÃO DE ROTAS
DE APRENDIZAGEM – PROEB 2019

Os descritores, como o próprio nome já indica, descrevem as habilidades da matriz de referência, as quais são avaliadas nos testes padronizados de desempenho por meio dos itens. A análise dos percentuais de acertos por turma indica os descritores que sinalizam a necessidade de redirecionamento prioritário no esforço pedagógico da escola. (Relatório de Análise do SIMAVE 2019, 2021, p. 18).

Descritores com porcentagem de acertos dos 3ºs anos do Ensino Médio em Língua Portuguesa 2019:

3º ANO DO ENSINO MÉDIO: Língua Portuguesa



Fonte: Relatório de Análise do SIMAVE 2019, realizado em 2021, p. 20

DESCRIPTORIOS:

D03 Inferir informações em um texto.

¹¹Descritores são elementos que descrevem as habilidades trabalhadas e avaliadas.

D05 Distinguir um fato de uma opinião em texto.
 D06 Identificar o gênero de um texto.
 D11- Reconhecer relações lógico-discursivas presentes no texto.
 D12 Estabelecer a relação de causa e consequência entre partes e elementos do texto.
 D16 Identificar a tese de um texto.
 D17 Estabelecer relações entre a tese e os argumentos oferecidos para sustentá-la.
 D19 Identificar efeitos de ironia ou humor em textos variados.
 D20 Reconhecer o efeito de sentido decorrente do uso da pontuação e de outras notações.
 D21 reconhecer o efeito de sentido decorrente do uso de recursos ortográficos e morfosintáticos.
 D23 Reconhecer o efeito de sentido decorrente do uso de recursos estilísticos. (RELATÓRIO SIMAVE, 2021, p.20)

A seguir, registramos o Mapa de Ação das Especialistas para capacitação dos docentes na implementação da intervenção pedagógica:

MAPA DA AÇÃO 1: CAPACITAÇÃO DOCENTE PARA IMPLEMENTAÇÃO DA INTERVENÇÃO			
Responsáveis	Prazos	Resultados Esperados	Meta imediata
Especialistas Equipe Gestora	2 meses	Garantir a participação de 100% dos professores na formação.	Implantar e implementar a cultura de utilização de resultados das avaliações do SIMAVE para orientar práticas de intervenção pedagógica.
Recursos	Lista de Tarefas		
<ul style="list-style-type: none"> ● Google Meet ● Portal do Simave ● Boletins de Resultados do Simave ● Revista do Professor Simave 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Oferecer uma capacitação que permita aos professores: ➤ Desenvolver a habilidade de uso da plataforma; ➤ Fazer a leitura e a análise detalhada do boletim com os resultados e gráficos; ➤ Identificar com clareza onde estão localizadas e quais são as maiores fragilidades da escola relativas às avaliações internas/externas; ➤ Debater as informações obtidas e, com base no diagnóstico e nas reflexões realizadas, preparar um plano para transformar tudo isso em trabalho de intervenção efetivo e assertivo com os alunos. 		

Fonte: Relatório de Análise do SIMAVE 2019, realizado em 2021, p. 26.

Os resultados da análise permitem reconhecer os efeitos do SIMAVE no planejamento escolar e a potencialidade dessa plataforma como um instrumento de apoio pedagógico para as tomadas de decisões, articulação entre **avaliação, currículo e planejamento**. Sendo a avaliação entendida como um caminho para o desenvolvimento

das habilidades e conhecimentos adequados a cada etapa de escolaridade. Portanto, possui potencialidade para compor a trilha para a avaliação institucional.

Entretanto, segundo Brandalise (2015), as contribuições da avaliação institucional para as reflexões sobre os currículos das escolas podem se dar à medida que as instituições tiverem clareza em relação ao porquê querem avaliar, para que serve a avaliação, quais os objetivos a serem alcançados, quais os valores a serem disseminados. Argumenta-se que um processo de avaliação institucional construído, implementado e avaliado a partir de tais questionamentos pode influenciar positivamente o processo educacional para reformulações curriculares desencadeadas em torno de reflexões coletivas sobre que ser humano desejamos formar; para que tipo de sociedade; como entendemos a relação entre a formação do estudante para a cidadania e para o mundo de trabalho; quais os valores a serem disseminados na formação dos (as) estudantes, entre outras.

Assim sendo, a aproximação e análise dos dados da plataforma devem focar no processo de produção desses dados, afastando da ideia de avaliação de produto, considerando aspectos frágeis do conteúdo da referida plataforma e seus vínculos com avaliação de produto.

5.1.2. Projeto Político Pedagógico

Documento formal dissertativo-expositivo, contemplando concepções de educação para a formação de cidadãos, aptos a exercer um papel crítico reflexivo na sociedade, por meio de ações nas diversas dimensões, como justiça social, defesa do meio ambiente, participação política, econômica, as competências a serem desenvolvidas nos estudantes através da disseminação de conhecimento pré-definidos no currículo de referência de Minas Gerais, submetido à avaliação constante de órgãos externos à escola e de forma direta por instrumentais e procedimentos internos em momentos de planejamento e intervenções na reflexão e leitura crítica de sua prática, diante das formações possíveis na releitura diária da sua realidade e identidade.

Esse documento possui dados sobre identificação e descrição da escola; quantitativo de pessoal e público atendido; prática pedagógica, diversidade, inclusão, flexibilização e adaptação curricular; competências, habilidades, autoconhecimento,

relexão e parceria; LDB, Resoluções, avanços tecnológicos; BNCC – Base Nacional Comum Curricular; infraestrutura; dados estatísticos sobre os sujeitos da aprendizagem; Participação da família e comunidade escolar; Análise de desempenho, rendimento e frequência dos estudantes; Avaliações externas; Educação Ambiental; combate à violência; direitos humanos; gestão democrática; comunicação oral, escrita e redes sociais; formação de professores; análise administrativa financeira; Programa Jovem de futuro; circuito de gestão; Regime Especial de Atividades não presenciais; detalhamento, monitoramento e avaliação do Plano de ação.

A análise do PPP (Projeto Político Pedagógico), elaborado pela equipe pedagógica em 2020, por meio de reuniões da referida equipe pedagógica, repensando sua prática e buscando caminhos para sanar as dificuldades dos estudantes, revela dimensões da educação com fortes indícios da relação entre avaliação institucional e construção da qualidade social. Apresenta um conjunto de diretrizes organizacionais, operacionais e pedagógicas que expressam e orientam suas práticas, documentos e demais planos, como o Regimento Escolar, Planos de Ensino-Aprendizagem e Projetos Escolares, conforme prevê a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB.

O resultado da análise do PPP mostrou também indícios e potencialidades de torná-lo como uma das fontes da avaliação institucional por ser um documento que apresenta concepção e projetos de educação, análise de resultados de avaliações externas e do reconhecimento da importância do uso desses resultados para planejamento de políticas públicas e planejamento interno da equipe escolar:

3.2.1. ANÁLISE DE DESEMPENHO, RENDIMENTO (FLUXO) E FREQUÊNCIA DOS ESTUDANTES

As avaliações educacionais externas, como o Proalfa e o Proeb, fornecem, aos gestores educacionais e professores, informações fundamentais para o estabelecimento e/ou priorização de políticas e práticas que contribuam para a melhoria da qualidade da educação pública e a promoção da equidade. As possibilidades são várias, dentre elas, podemos destacar:

- ☐ Orientar a formulação de políticas voltadas para a qualidade da educação pública;
- ☐ Produzir informações sobre o desempenho escolar dos estudantes mineiros, apurando o desenvolvimento de habilidades.
- ☐ Permitir às escolas analisarem seu desempenho, possibilitando o planejamento de ações pedagógicas que visem à melhoria tanto do sujeito que participa do processo quanto da unidade de ensino.

O rendimento escolar (fluxo), por sua vez, posiciona-se como o indicativo final do processo de aprendizagem do estudante ao término do ano letivo, fornecendo uma quantificação objetiva dos seus

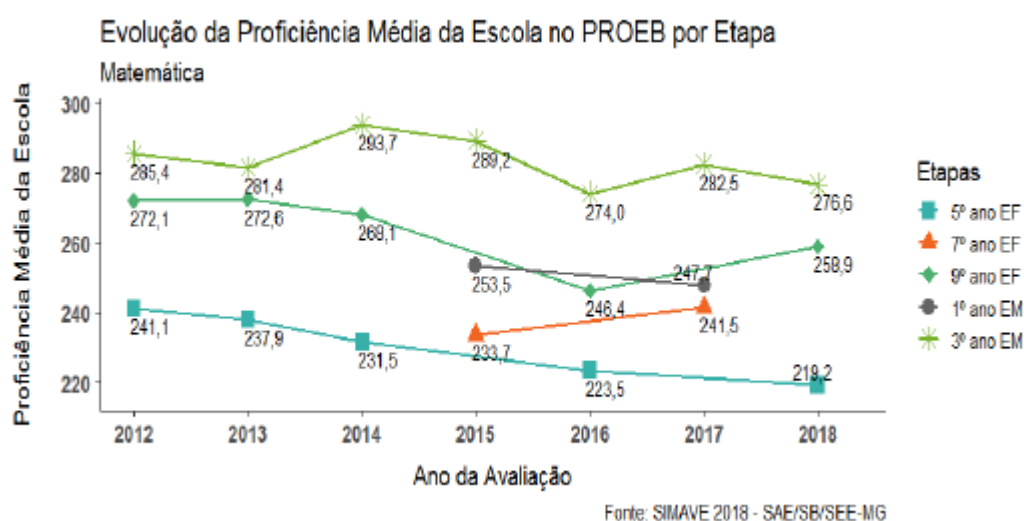
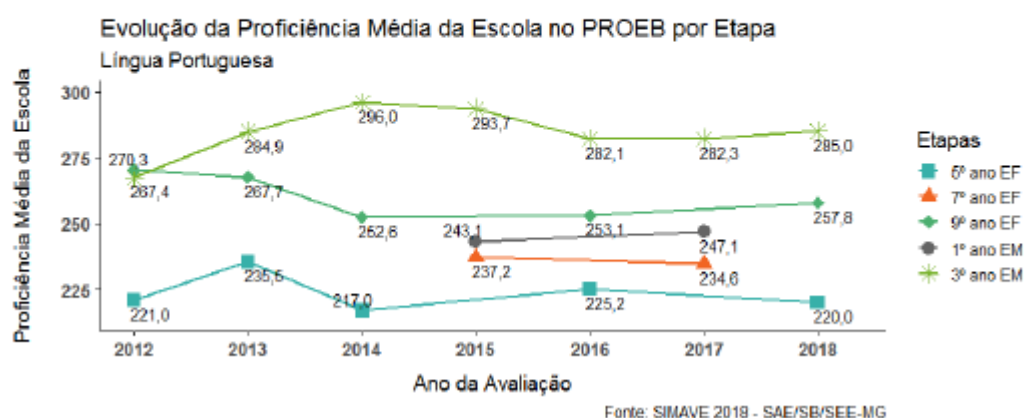
desempenhos e da sua frequência.

Como resultados de rendimento escolar compreende-se: a aprovação, quando o estudante alcança os critérios mínimos (frequência e nota) para a conclusão da etapa de ensino em que estava matriculado; a reprovação, quando o estudante não alcança o que dele era esperado durante o período letivo; e o abandono, que é a ausência de rendimento do estudante que deixa de frequentar a escola antes do término do ano letivo, sem formalizar sua transferência para outra.

É papel dos envolvidos no ensino e na gestão escolar acompanhar, ao longo do ano, o aprendizado dos estudantes por meio dos instrumentos de avaliação, intervindo quando e onde for necessário para garantir o desenvolvimento das competências e habilidades a eles desejadas, bem como olhar para o seu rendimento, que irá marcar a trajetória escolar do indivíduo durante sua formação (PPP, 2020, p. 16).

Outra observação importante refere-se à evolução da proficiência dos estudantes nas avaliações do PROEB:

Análise da proficiência/desempenho nas avaliações externas do SIMAVE (PROEB e/ou PROALFA)



Fonte: PPP (2020, p. 16).

Consta, no PPP examinado, análise dos resultados do Proeb, buscando identificar fatores que contribuíram para a produção dos referidos resultados.

Analisando os resultados do Proeb em Língua Portuguesa, no intervalo de 2012 a 2018, podemos observar que apenas o 1º e 3º Ano do Ensino Médio teve a proficiência aumentada. Os demais anos de escolaridade tiveram queda no desempenho. Em Matemática, apenas o 1º Ano do Ensino Médio melhorou o rendimento, apesar de ter sido avaliado somente em 2015 e 2017.

A variação, queda ou manutenção da proficiência pode ser influenciada por vários fatores, a exemplo: maior engajamento do corpo docente da escola no desenvolvimento com o trabalho das avaliações externas; resultado de esforços coletivos em garantir aprendizagem de qualidade e questões externas relacionadas a comunidade atendida (PPP, 2020, p. 17).

Merece atenção os registros quanto à rotatividade de alunos, e isso se dá por questões decorrentes da localização geográfica e dos efeitos do tipo de urbanização: A escola se localiza em uma região cercada por empresas, inclusive multinacionais, movimentando o trânsito de famílias das mais variadas regiões do país, em especial do norte de minas gerais, regiões nordeste e norte, em busca de moradias próximas aos seus novos postos de trabalho, além de estudantes estrangeiros. Essa dinâmica de rotatividade influencia diretamente os resultados da instituição em avaliações externas, visto que os alunos que chegam ao decorrer do percurso precisam de um tempo para conseguir se adaptar e acompanhar o novo contexto de ensino, a cultura local e demais fatores que uma mudança representa (PPP, 2020).

Conforme consta no PPP, os servidores da escola realizam trabalhos pautados no diálogo, na escuta ativa e na comunicação, buscando compreender efetivamente a situação e promover a aprendizagem dos estudantes, o diálogo e entendimento entre as partes, destacando, inclusive, o impacto das violências no processo de aprendizagem dos estudantes.

3.3.1. IMPACTO DA VIOLÊNCIA NAS EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM

As violências que ocorrem no âmbito da escola tendem a impactar negativamente no processo de aprendizagem dos estudantes. Assim, no intuito de zelar pela garantia da dignidade da pessoa humana e do respeito aos direitos de todos. A escola deve atuar ativamente na prevenção e combate às violências no âmbito de sua circunscrição. Nesse sentido, é necessário que gestores, docentes e demais profissionais da escola saibam discernir a diferença entre violência e indisciplina, atuando de forma assertiva na resolução desses conflitos. Condutas cotidianas de pouca gravidade que podem ser amparadas por intervenções pedagógicas específicas, se enquadram como indisciplina e podem ser evitadas ou minimizadas com uma boa gestão da sala de

aula, por exemplo. As violências, por outro lado, geralmente dizem respeito a situações mais complexas, que demandam maior articulação com a rede de proteção, tais como as Unidades Básicas de Saúde e Centros Especializados em Assistência Social - CREAS.

Em todas essas situações, entretanto, os servidores da escola devem agir pautados no diálogo, na escuta ativa e na comunicação não violenta, sempre buscando a resolução dialogada dos conflitos de forma a compreender efetivamente a situação e promover a proteção dos estudantes e o devido diálogo e entendimento entre as partes. Além da intervenção adequada ressalta-se, por fim, que a atuação preventiva é fundamental para a manutenção de um ambiente escolar saudável (PPP, 2020, p. 28).

Conforme consta no PPP, o Programa Jovem de Futuro desenvolvido nas escolas estaduais são ações pedagógicas desenvolvidas no ensino médio como estratégia de fortalecimento das aprendizagens – o programa é uma tecnologia educacional, desenvolvida pelo Instituto Unibanco (percebe-se o mercado formando e dirigindo a escola). Consta como objetivo do Programa contribuir com a melhoria contínua da gestão educacional e escolar. Contempla os valores previstos no Programa Gestão pela Aprendizagem: educação centrada na aprendizagem; melhoramento contínuo; visão sistêmica e orientação para resultados, que estão articulados com os valores e princípios do método Circuito de Gestão: participação, altas expectativas e valorização, respeito a contextos diversos, necessidade de inovar e equidade.

De acordo com os Protocolos do Circuito de Gestão¹² a metodologia compreende a formação de gestores para implementar planos de ação nas escolas, visando conseguir realizar as transformações necessárias para o alcance da melhoria da qualidade na educação básica, no nível médio. A garantia dos direitos de aprendizagem, com equidade, exige entender e lidar com as juventudes e este é o maior desafio dos gestores escolares. Nesse sentido, o método do Circuito de Gestão orienta, organiza e sistematiza os principais processos e procedimentos da gestão escolar, com foco na aprendizagem dos estudantes, no aprender com a prática e no avanço contínuo.

É importante mencionar que a Resolução Nº 4/2010 do Conselho Nacional de Educação (CNE), que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, preconiza que a Avaliação Institucional interna no ambiente

¹²A metodologia do **Circuito de Gestão** nas escolas que ofertam ensino fundamental anos finais e ensino médio é composta por uma sequência de ciclos, com as etapas de planejamento, execução, avaliação de resultados e correção de rota, sempre considerando as realidades locais e adaptando as etapas junto à Secretaria da Educação (Sedu). O foco é a melhoria da aprendizagem dos estudantes e a permanência na escola.

educacional deve fazer parte do Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas e detalhada no plano de gestão.

Freitas (2012) corrobora afirmando, “[...] a referência para a avaliação institucional está no projeto político pedagógico da escola. Ele reflete compromissos do coletivo”. O autor ainda define o PPP,

[...] por projeto político-pedagógico entendemos uma proposta de trabalho da escola elaborada coletivamente que orienta (e responsabiliza) a ação de seus atores, bem como formaliza demandas ao poder público e cria as condições de trabalho adequadas na escola. É, portanto, um instrumento vivo e dinâmico que pauta compromissos bilaterais, onde o protagonismo é da escola. (FREITAS, 2012, p.40)

Destacamos também a definição de Veiga (1998), para quem

[...] o projeto político-pedagógico explicita os fundamentos teórico-metódicos, os objetivos, o tipo de organização e as formas de implementação e avaliação da escola. As modificações que se fizerem necessárias resultam de um processo de discussão, avaliação e ajustes permanentes do projeto pedagógico. (VEIGA, 1998. p.13)

Portanto, o documento analisado possui fortes indícios e potencialidade para avaliação institucional, documento central, pois fortalece a identidade da escola, evidencia sua organização, define objetivos para a aprendizagem dos alunos e, principalmente, orienta como a escola irá trabalhar para atingi-los, através de um Plano de Ação.

Podemos inferir que, com base nos resultados da análise do PPP, o referido documento se constitui como parte de uma trilha avaliativa e há indícios da relação entre avaliação institucional e a proposta de construção da qualidade da educação. Porém, não se identifica uma estratégia de divulgação do documento junto à comunidade escolar, também não consta informações da forma como foi elaborado, se houve participação da comunidade escolar. Mas, O PPP deve ser construído com a participação de todos os atores da escola, proporcionando o comprometimento com a definição e alcance dos seus objetivos, e para que possa contribuir com a construção da qualidade social da educação há necessidade de avaliação institucional com a comunidade escolar.

5.1.3. Regimento Escolar

O Regimento Escolar foi formulado no ano de 2016 e validado para os anos subsequentes, contém os ordenamentos básicos da estrutura e do funcionamento da

escola, dados sobre a fundação e caracterização da escola; Princípios e fins da Educação Nacional; Etapas e modalidades ofertadas; Objetivos; Competências do diretor, vice, secretário, supervisor, órgãos colegiados e serviços de apoio administrativo; Instrumentos de escrituração e registro escolar; Organização didática e pedagógica; Currículos; Calendário; Matrículas; Avaliação, classificação, reclassificação e avanço escolar; Direitos e proibições de pessoal; Medidas disciplinares.

Consta do Regimento Escolar (2017):

CAPÍTULO I
DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Art. 162 - A avaliação consiste em diagnosticar a situação real de aprendizagem do aluno em relação a indicadores de desempenho, definidos pela escola, em sua proposta pedagógica.

Art. 163 - A avaliação dos alunos deve ser compreendida como parte integrante do processo pedagógico, com objetivo de identificar os avanços e as (re) orientações das ações educativas.

Art. 164 - A avaliação do rendimento escolar constituirá para:
o professor: processo para acompanhar o desenvolvimento da aprendizagem do aluno e para verificar a eficácia do trabalho docente;
o aluno: momento da aprendizagem que propicia a tomada de consciência dos progressos e dificuldades;
os pais: informação sobre os processos vividos pelos filhos, na escola, sensibilizando a família para o trabalho educativo em conjunto.

Art. 165 - A avaliação deve incorporar, além da dimensão cognitiva, outras dimensões (cultural, social, biológica e afetiva), que fazem do processo de formação integral do educando;

Art. 166 - Na avaliação contínua e processual do desempenho do aluno serão utilizados instrumentos diversos: escritos e orais; trabalhos, atividades e avaliações; pesquisas e observações realizados individuais, em dupla ou em grupos.

Parágrafo Único – Cabe ao professor observar, interpretar e investigar, buscando acompanhar o processo de construção do aluno identificando os indicadores do seu processo. (REGIMENTO, 2017, p. 52)

Conforme Parecer CEE nº 1132/97, é fundamental que o PPP e Regimento Escolar sejam pensados como um único documento, perfeitamente articulado, que conterà os dispositivos permanentes da escola, para garantir à instituição a estabilidade, necessária à continuidade de seu funcionamento e, ainda, segurança e tranquilidade à comunidade escolar, com dispositivos relacionados à ação escolar.

Documento orientador de atribuições de cada servidor da escola, bem como de procedimentos a serem seguidos com relação a direitos e deveres de toda a comunidade escolar. É uma referência para avaliar o desempenho de cada seguimento institucional. Se caracteriza com grande potencial para compor a trilha de avaliação

institucional, desde que discutido e aprovado pela comunidade escolar e conhecido por todos, constitui-se em um dos instrumentos de execução do Projeto Político Pedagógico, com transparência e responsabilidade. Possui vínculo com a qualidade da educação e procedimentos norteadores da promoção da referida qualidade, ferramenta fundamental no processo de garantia de ensino e aprendizagem.

5.1.4. Gravação das reuniões

As Reuniões de pais e mestres em 2021 na escola aconteceram via google meet (online) e a forma de registro aconteceu por meio de gravação das reuniões, uma reunião por bimestre pré-agendadas pela Superintendência Regional de Ensino de Uberlândia, como enfoque da pesquisa o Ensino Médio Regular. A escola atende a modalidade regular e as reuniões acontecem em dois momentos em dias distintos para os 1ºs anos e um dia diferente para os 2ºs e 3ºs anos, sempre às 18h30min, agendadas com antecedência para que os pais e/ou responsáveis possam participar. A reunião é aberta também aos estudantes, porém, eles participam como ouvintes por entenderem que esse espaço é reservado aos pais. As reuniões para todas as turmas do Ensino Médio Regular da escola possuem a mesma dinâmica, mesmos slides, o que muda é a equipe de apresentação, condução e equipe de professores responsáveis pelas turmas (disciplinas).

Primeiramente ocorrem as apresentações dos participantes, vice-diretor, especialista e equipe de professores, aos pais e outros responsáveis. O vice-diretor faz o acolhimento dos pais em nome da diretora com palavras de entusiasmo, conforto, motivação e sensibilização pelas percas de todos os entes queridos. No início de cada reunião é proposta uma parceria entre a escola e a família. A especialista se apresenta e conduz a reunião partindo de um estabelecimento de rotina diária de estudos para os estudantes, explicita sobre o aplicativo formal utilizado pelas escolas da rede estadual de ensino e sua utilização, o Conexão Escola¹³ como principal meio de envio e recebimento de atividades escolares, enfatiza sobre a responsabilidade nos prazos de entrega das atividades escolares, meios secundários de envio e recebimento de

¹³Conexão Escola é um aplicativo que possibilita a interação diária entre alunos e professores por meio de suas diferentes funcionalidades durante o Regime de Estudo não presencial.

atividades como os grupos de WhatsApp e a transmissão de aulas gravadas no canal de TV aberta.

Apresenta aos pais o cronograma de postagem semanal das atividades de acordo com as 12 disciplinas dispostas para os segundos e terceiros anos e 11 disciplinas para os primeiros anos: Segunda-feira- Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Arte; Terça-feira- História e Geografia; Quarta-feira- Matemática e Física; Quinta-feira- Biologia e Química; Sexta-feira- Filosofia, Sociologia e Educação Física. Esclarece sobre o período vigente de cada bimestre, a distribuição de nota e nota mínima para alcançar a média de competências e habilidades consolidadas para continuidade dos estudos para o próximo período avaliado, identificação das férias e recessos para pausa nos estudos e acomodação dos conhecimentos adquiridos.

A seguir, cronograma de postagens de atividades do Ensino Médio (2021).

 Escola Estadual Antônio Thomaz Ferreira de Rezende 2021 Ensino Médio Regular/EJA				
CRONOGRAMA PARA DIVULGAÇÃO (POSTAGEM) DE ATIVIDADES				
SEGUNDA-FEIRA	TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA	SEXTA-FEIRA
Língua Portuguesa	História	Matemática	Biologia	Filosofia
Arte	Geografia	Física	Química	Sociologia
Língua Inglesa				Educação Física

Fonte: Slides de apresentação da reunião (2021).

Período de vigência dos bimestres e distribuição de nota de 2021.

BIMESTRE	VIGÊNCIA	DISTRIBUIÇÃO NOTA	NOTA MÍNIMA
1º	08/03 A 07/05/2021	25 PONTOS	15 PONTOS
2º	10/05 A 16/07/2021	25 PONTOS	15 PONTOS
3º	03/08 A 08/10/2021	25 PONTOS	15 PONTOS
4º	18/10 A 17/12/2021	25 PONTOS	15 PONTOS
RECESSO ESCOLAR (FÉRIAS) 19/07/2021 A 02/08/2021			

Fonte: Slides de apresentação da reunião (2021).

Outras informações divulgadas: distribuição da carga horária do estudante em cada bimestre: PET (elaborado pela equipe técnica da secretaria estadual de educação de Minas Gerais), Atividades Complementares (elaboradas pelos professores), Avaliações (Diagnóstica, Bimestrais e Trimestrais, elaboradas e alocadas no SIMAVE e disposta no aplicativo Conexão Escola); Sábados Letivos TIM (Temáticas Interdisciplinares Multiculturais, elaborado pelos professores com temas pré-definidos pela Secretaria de Educação) e Sábados Letivos CIP (Culminância de Intervenção Pedagógica, elaborado pelos professores por meios de análise dos descritores com menor número de acertos nas avaliações externas e internas).

E, em relação à distribuição de carga horária:

- **Distribuição da carga horária no 2º bimestre:**
- 60%: PET (estamos na 3ª semana)**
- 40%: atividades complementares construídas pelos professores; avaliação trimestral(07/06 a 25/06) e sábados letivos.**
- **Sábados letivos (atividades interdisciplinares e de intervenção pedagógica)**
- **Recuperação paralela e no final do bimestre(05 a 09/07)**

Fonte: Slides de apresentação da reunião (2021).

Nas reuniões são abordados, também, os seguintes assuntos: Recuperações previstas de forma paralela às atividades no decorrer do bimestre, no final de cada bimestre, Progressões Parciais de 2019, Progressões Continuadas de 2020, Avaliações de Recomposição de Carga Horária e Estudos Independentes. Esclarece sobre o cronograma de distribuição dos Kits de Alimentação oferecidos a todos os estudantes matriculados e devolução dos livros didáticos utilizados no ano anterior e distribuição dos livros a serem utilizados no ano atual.

Apresenta informações sobre o Programa de Reforço Escolar para os estudantes identificados na Avaliação Diagnóstica do SIMAVE do ano anterior em baixo desempenho, o qual acontece em dois momentos: após o turno ou contra turno, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática por meio da contratação de professores. Por fim, a especialista divulga o modelo online de atendimento aos pais e/ou

responsáveis que ocorre uma vez ao mês nos sábados CIP (Culminância da Intervenção Pedagógica) de 9 às 10hs para atendimento e esclarecimentos de dúvidas. Vejamos:

Plantão de atendimento aos pais e responsáveis (2021):



Atendimento virtual para pais e responsáveis (com a supervisão), via Google Meet para esclarecimento de dúvidas .

**1º plantão: 05/06(sábado letivo)
9h às 10h**

- **o link será disponibilizado no dia do plantão.**

Fonte: Slides de apresentação da reunião (2021).

A análise do registro da reunião mostra o caráter majoritariamente informativo, com espaço para esclarecimentos acerca do cronograma elaborado pela equipe gestora e pedagógica, a partir dos documentos orientadores, ofícios e memorandos recebidos pela Superintendência Regional de Ensino de Uberlândia em cumprimento às determinações contidas nos documentos enviados pela Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais.

Bem reduzida a quantidade de pais que participam, em torno de 10% e participação de 99% dos professores, os pais observam as orientações, poucos ou quase nenhum questionamento e fica evidenciado a necessidade de investigar se os pais não participam porque não possuem equipamento adequado, instrução adequada, não foi informado pelos filhos, o horário talvez não seja adequado ou acreditam que seus filhos não precisam de acompanhamento, dentre outros motivos.

A reunião é informativa e sem espaço para proposições de alterações no cronograma de funcionamento e organização do ano letivo. Possui relação entre avaliação institucional e construção da qualidade na educação por esclarecer aos pais e responsáveis presentes sobre o funcionamento e organização escolar, mas, também, por revelar a pouca e o caráter da participação dos pais e outros responsáveis pelos estudantes.

Esse registro da gravação das reuniões de pais e mestres oferece potencialidade para compor a trilha de avaliação institucional, até porque as escolas precisam da participação dos pais e/ou responsáveis no desenvolvimento intelectual dos estudantes.

Mas, a análise do registro evidenciou a necessidade de mudanças no caráter da reunião, além de informativa, a reunião poderia fomentar a participação ativa dos pais e outros responsáveis pelos estudantes, favorecendo a participação com poder consultivo e deliberativo, e, por conseguinte, a avaliação institucional.

5.1.5. Quadro de pessoal

A educação enquanto ação inerentemente humana está em constante movimento e sofrendo inúmeras mudanças. A busca de acompanhar e também impulsionar o crescimento e desenvolvimento da sociedade através de uma ação formativa, exige que seus sujeitos estejam em constante aperfeiçoamento. A formação de um profissional da educação inicia-se na graduação e não se encerra ao seu final, visto que proporcionar um ensino contextualizado, atualizado e de qualidade, demanda constantes estudos e pesquisas, um indicador de adequação da Formação Docente.

A norma legal prevê a necessidade de licenciatura na área de atuação dos diversos componentes curriculares obrigatórios estipulados pela Base Nacional Comum Curricular referente às etapas do Ensino Fundamental (anos iniciais e finais) e Médio. Os docentes da escola, além da formação inicial, possuem pós-graduação na área em que lecionam e também cursos de aperfeiçoamento. Identifica-se que toda a equipe de profissionais docentes possui ou está em curso de aperfeiçoamento. Não foi possível o acesso¹⁴ ao quadro de pessoal, as informações foram levantadas por meio do livro de ponto, a escola possui no turno da manhã, 32 docentes, sendo 22 efetivos e 10 professores contratados. A seguir, um trecho do PPP, o qual traz informações sobre a equipe docente efetiva na escola.

O objetivo do Indicador de Adequação da Formação Docente é avaliar a adequação da formação inicial dos docentes das escolas de educação básica brasileira. O MEC/INEP organiza as possíveis situações em cinco grupos de perfis de regência:

1. Docentes com formação superior de licenciatura na mesma disciplina que lecionam, ou bacharelada na mesma disciplina com curso de complementação pedagógica concluída.
2. Docentes com formação superior de bacharelado na disciplina correspondente, mas sem licenciatura ou complementação pedagógica.
3. Docentes com licenciatura em área diferente daquela que leciona,

¹⁴Não foi possível o acesso ao quadro de pessoal por não ser prioridade da secretaria da escola naquele momento.

ou com bacharelado nas disciplinas da base curricular comum e complementação pedagógica concluída em área diferente daquela que leciona.

4. Docentes com outra formação superior não considerada nas categorias anteriores.

5. Docentes que não possuem curso superior completo.

A análise descritiva da escola sobre seu Indicador da Adequação Docente constatou-se que: O grupo com maior percentual de professores é o grupo 1; O percentual médio de professores classificados no grupo é de 76% no ensino fundamental, 73% nos anos iniciais e 90% do ensino médio. Nenhuma etapa de ensino foge ao padrão.

O padrão descrito acima pode impactar a aprendizagem dos estudantes da escola, pois, quanto mais os profissionais são capacitados melhor será o resultado. O percentual aproximado dos docentes da escola que, além da formação inicial, possuem pós-graduação na área em que lecionam é:

- Especialização em curso: 20%
- Especialização concluída: 46%
- Mestrado em curso: 3%
- Mestrado concluído: 1%
- Doutorado em curso: 3%
- Doutorado concluído: 1%
- Outro(s): 26%
- Nenhum: 0%

A percepção dos professores da escola acerca de sua própria formação é:

- 30%, aproximadamente, já se consideram formados e preparados o suficiente e não buscam aperfeiçoamento.
- 70%, aproximadamente, já se consideram formados e preparados o suficiente e buscam aperfeiçoamento.

Os professores da escola buscam complementar sua formação através de formação continuada oferecida por outras instituições e formação através de cursos livres. A escola apoia a iniciativa própria de formação dos professores sempre respaldada na legislação vigente.

[...]

Além das atividades formativas extraclasse, a escola está se apropriando do Currículo Referência de Minas Gerais - Ensino Infantil e Fundamental e da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio. A escola participa de todos os encontros oferecidos pela SRE. (PPP, 2020, p. 28).

Os documentos analisados (livro de ponto e PPP) permitem levantar informações sobre o corpo docente da escola pesquisada, a equipe pedagógica formada por 69% de professores efetivos na escola garante a continuidade dos projetos e metodologias exitosas, bem como o acompanhamento do percurso dos estudantes atendidos, portanto, fundamentais para compor a trilha da avaliação institucional.

5.1.6. Relatórios das Avaliações Internas (Conselho de Classe)

De acordo com o Documento Orientador do Conselho de Classe 2021, o Conselho de Classe é uma instância colegiada, responsável por favorecer a articulação entre professores, realizar a análise das metodologias utilizadas, estabelecer a relação dos diversos pontos de vistas e as intervenções necessárias nos processos de ensino e de aprendizagem. É composto pelos seguintes membros: a) Diretor e/ou Vice-diretor; b) Especialista da Educação Básica; c) Todos os Professores; d) Representante (s) de turma; e) Representante de pais e/ou responsáveis. A realização das reuniões do Conselho de Classe oportuniza a reflexão do coletivo escolar para prosseguir com o planejamento das próximas ações e, quando necessário, o replanejamento das estratégias desenvolvidas na/pela escola, importantes para melhorar a participação nas aulas, o desenvolvimento e potencialização de habilidades e o engajamento dos estudantes.

Assim, as discussões do Conselho não se limitam ao desempenho ou comportamento dos estudantes nas aulas, pois, devem considerar, fundamentalmente, os pressupostos pedagógicos e filosóficos do Projeto Político Pedagógico da Escola e as normatizações do Regimento Escolar; a atuação docente; o currículo; o planejamento; as práticas docentes; os direitos de aprendizagem dos estudantes e as avaliações da aprendizagem.

Diante das especificidades do Ensino Remoto/Híbrido, o Conselho de Classe considera o contexto de saúde pública vivenciado e de que forma as famílias e/ou responsáveis pelos estudantes enfrentam essa situação. Faz-se necessária a reflexão sobre o entendimento dos processos vivenciados pelos estudantes em relação à escolarização e à sua avaliação. As reuniões do Conselho de Classe deverão ser momentos de análise e reflexão das conquistas e fragilidades, mas sobretudo, de definição de medidas com vistas à superação das dificuldades encontradas. Vejamos trecho do registro do Conselho de Classe 3º ano Ensino Médio – 1º bimestre (2021):

Em cumprimento à Resolução SEE Nº 2197/2012 - Deliberação Do Comitê Extraordinário COVID-19 Nº 18, de 22 de Março de 2020 - Resolução SEE nº 4.310/2020, de 22/04/2020 – Documento Orientador, Versão 2 de Julho de 2020 - Resolução SEE Nº 4.468 DE 21 de Dezembro de 2020 - Memorando-Circular nº 1/2021/SEE/SB - Memorando-Circular nº 5/2021/SEE/SE-ASIE - Memorando-Circular nº 6/2021/SEE/SE-ASIE - Memorando-Circular nº 7/2021/SEE/SE-ASIE- Memorando-Circular nº 10/2021/SEE/DIEF. Aos seis dias do mês de maio de 2021, às 7:30 horas, reuniram-se por *videoconferência*, através do programa *Google*

Meet(meet.google.com/wqa-zqdc-yqe), as Especialistas Pedagógicas Kênia Morgana Machado e Juliana Pereira Camilo, a diretora Sônia Maria Barbosa Lemes e o vice Geraldo Vitor Andrade, os professores do **3º ano 6 do Ensino Médio**. A reunião aconteceu online em decorrência da Pandemia do Covid-19, devido as normas para o enfrentamento da situação de emergência de saúde pública e suspensão das atividades escolares presenciais, realizou-se mais uma reunião pedagógica na Escola Estadual Antônio Thomaz Ferreira de Rezende, para tratar dos seguintes assuntos: Estudantes que não entregaram PET 1; Estudantes que não entregaram Atividades Complementares; Estudantes que não realizaram Avaliação Diagnóstica; Estudantes que não compareceram na Recuperação; Estudantes com Deficiência; Movimentação; Estudantes que realizam o PET impresso; Estudantes do Programa de Reforço Escolar; Estudantes com problemas no email institucional; Grupos de WhatsApp; Estudantes de Progressão Parcial 2019; Estudantes de Progressão Continuada 2020.

* Estudantes que deixaram de entregar atividades em alguma ou todas as disciplinas. O registro do conselho de classe do 1º bimestre detalhado está disponível no Link da planilha de notas do 1º Bimestre <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1gfuSicr8nMkvy61BADXhavwbHKPqrCXd2-GgPiOLdYY/edit?usp=sharing>. As estratégias de sucesso utilizadas pelos professores foram: Os PETs e Atividades Complementares foram adaptados e enviados aos estudantes através de formulários no Google Forms, aulas semanais online, postagem de vídeos e fotos das resoluções das atividades, busca ativa dos alunos no privado, grupo de whatsapp para apoio e tirar dúvidas. Ficou decidido que: a equipe pedagógica entrará em contato com os responsáveis dos estudantes que não entregaram os PETs, atividades complementares, não compareceram na recuperação e não realizaram avaliação diagnóstica. Terminados os assuntos, o vice-diretor Geraldo Vitor Andrade agradeceu a presença de todos e o excelente trabalho realizado durante o primeiro bimestre. A especialista Kênia Morgana Machado e Juliana Pereira Camilo e os demais professores também fizeram seus agradecimentos. Todos os professores do 3º ano 6 participaram do Conselho de Classe. Nada mais havendo a tratar, eu Kênia Morgana Machado, EEB, secretariei os trabalhos, sendo lavrada a presente ata, que será assinada pela diretora e por mim, especialista de educação básica da escola e será enviada por e-mail a todos os outros participantes, sendo devidamente assinada quando retornarem as aulas presenciais. Uberlândia, 06 de maio de 2021. (ATA CONSELHO DE CLASSE, 3º ANO ENSINO MÉDIO, 2021).

Como instância avaliativa promotora do desenvolvimento e da aprendizagem, o Conselho de Classe deve se organizar de forma a promover a participação de todos os envolvidos no processo (direção, coordenação pedagógica, professores, demais funcionários, pais e estudantes), assumindo o compromisso com a aprendizagem de todos os estudantes e que as decisões de um bimestre estejam inter-relacionadas com as do bimestre seguinte, evidenciando a inclusão, as especificidades de cada caso, o

acompanhamento permanente condizente à dimensão processual da aprendizagem, possibilitadas dentro de uma prática de avaliação formativa (SANTOS, 2006).

O documento analisado sobre a reunião do Conselho de Classe possui indícios e potencialidade para compor a trilha de avaliação institucional por apresentar os resultados dos esforços feitos pela comunidade escolar na transmissão, assimilação e acomodação de conteúdos curriculares aos estudantes, com dimensões qualitativas transpostas em critérios quantitativos por meio da distribuição de notas. Documento produzido por meio da articulação de metodologias e estratégias para potencializar o engajamento dos estudantes na consolidação dos conteúdos, bem como sua permanência e conclusão da Educação Básica. Possui notória relação entre avaliação institucional e construção de qualidade social da educação.

Lima (2012) nos mostra que os tempos e espaços dos Conselhos de Classe não se limitam ao dia da reunião, eles possuem capilaridade que se estende aos momentos das aulas, aos tempos e os sentidos atribuídos às reuniões ou encontros com profissionais da escola, com os estudantes e com suas famílias. É tempo de escrita, escuta, reflexão e proposição de ações adequadas a cada realidade escolar. O Conselho de Classe articulado ao projeto da escola e ao currículo pode ser bem aproveitado quando aliados à formação continuada. A gestão escolar, atenta e comprometida com as aprendizagens de todos, poderá fazer do Conselho de Classe uma estratégia de autoavaliação da escola, do ensino e da aprendizagem de todos.

5.1.7. E-mail institucional

O E-mail institucional é um canal oficial de comunicação entre os servidores da escola, a regional, as plataformas e estudantes da escola. Monitorado pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, através de um convênio assinado com o Google em 2009 oferta esse serviço a seus servidores. O tráfego de informações acontece durante as vinte e quatro horas do dia, sete dias da semana. A conta de e-mail institucional pode ser acessada de qualquer dispositivo com acesso a um navegador de internet e/ou conta de e-mail, com acesso à Internet. Através do celular ou tablet, basta cadastrar a conta ou acessar através do navegador de Internet.

Foi disponibilizado um curso de cunho obrigatório a todos os servidores da educação para trabalharem com as ferramentas oferecidas pelo e-mail institucional. O curso Google for Education: recursos e possibilidades, elaborado pela equipe da Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional e de Educadores e dos Núcleos de Tecnologia Educacional das Superintendências Regionais de Ensino, estabeleceu como objetivo o de apresentar e demonstrar, de forma prática e objetiva, as potencialidades dos recursos disponíveis na plataforma Google for Education, a partir do uso do E-mail Institucional "@educacao.mg.gov.br".

Com o objetivo de apresentar, compreender e explorar as potencialidades da ferramenta Google Gmail, mostrando as Legislações, boas práticas e dicas de como aumentar a produtividade no uso do E-mail Institucional da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, o Decreto 46.226, DE 24/04/2013, do Governo do Estado de Minas Gerais, dispõe sobre o uso de correio eletrônico institucional no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica Fundacional do Poder Executivo.

Normas e deveres são estabelecidos por este Decreto que se aplicam a todos os usuários que utilizarem o serviço de correio eletrônico oficial. As mensagens veiculadas são de conteúdo exclusivamente profissional, relacionado com as funções exercidas, devendo ser conferido a elas o mesmo tratamento formal dos documentos impressos. Toda informação enviada pela conta institucional é oficial e o acesso constante ao e-mail é essencial para manter a conta ativa e informações atualizadas.

Para solicitar a conta de e-mail institucional o Diretor(a) da Escola faz uma solicitação ao NTE da SRE no qual sua escola é jurisdicionada com os seguintes dados: Nome Completo, CPF, Masp e local de atuação. Os setores (departamentos) das Escolas Estaduais e Superintendência Regional de Ensino podem ter suas próprias contas Google, basta fazer a solicitação para a Equipe Pedagógica informando a necessidade de criação. Através do e-mail institucional são recebidos ofícios, memorandos, deliberações repassadas da secretaria de educação, documentos oficiais trocados entre a direção, especialistas, professores e estudantes, possui memória ilimitada. Ferramenta indispensável na escola e possui funcionalidades eficientes para o modelo híbrido de ensino.

Analisando uma situação no e-mail institucional da supervisão escolar da escola investigada, identificamos:

Cronograma das Avaliações Internas do SIMAVE, 2021:

AVALIAÇÃO	PERÍODO
AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA	15/03 a 26/03
1ª AVALIAÇÃO TRIMESTRAL	07/06 a 18/06
2ª AVALIAÇÃO TRIMESTRAL	30/08 a 14/09
AVALIAÇÃO FINAL	08/11 a 19/11

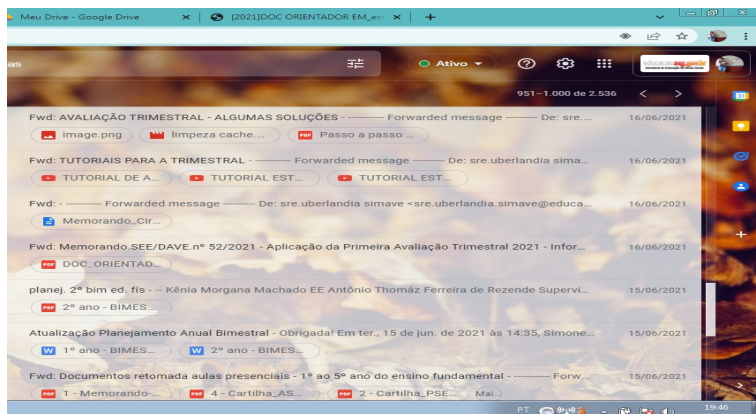
Fonte: Documento Orientador do (REANP 2021, p. 22)

A Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais é bem instrucional quanto aos memorandos, ofícios, documentos orientadores, atende a todas as modalidades de ensino, porém, as orientações chegam num curto espaço de tempo para análise, formação, adequações à realidade de cada instituição de ensino, planejamento e atendimento as demandas, a plataforma apresenta inconstâncias, os aparelhos pessoais e a internet e/ou (falta dela) também prejudicam o bom andamento no cumprimento das ações cotidianas na escola.

Para apresentar o e-mail institucional e ilustrar temas ali abordados, registramos observações e imagens a seguir.

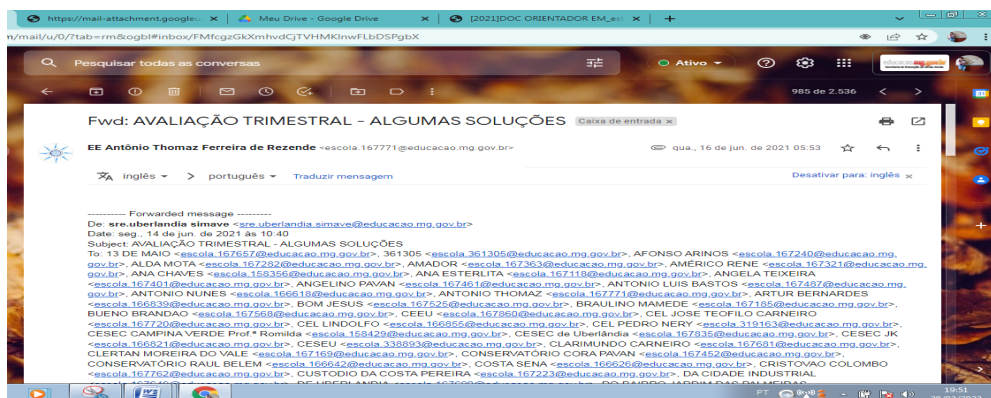
Por meio dos *prints* da caixa de entrada do e-mail institucional no dia **16/06/2021**, momento em que de acordo com o cronograma acima, faltavam dois dias para encerramento da aplicação da 2ª Avaliação Trimestral, nota-se que a plataforma do SIMAVE estaria apresentando problemas funcionais, pois apresentam ALGUMAS SOLUÇÕES no assunto do referido e-mail como podemos ver na imagem 1, pode-se perceber que a referida escola recebeu esse e-mail da SRE em 14/06, como mostra a imagem 2.

Imagem 1- E-mail institucional 2021



Fonte: E-mail institucional da autora (2021).

Imagem 2-E-mail institucional 2021



Fonte: E-mail institucional da autora (2021).

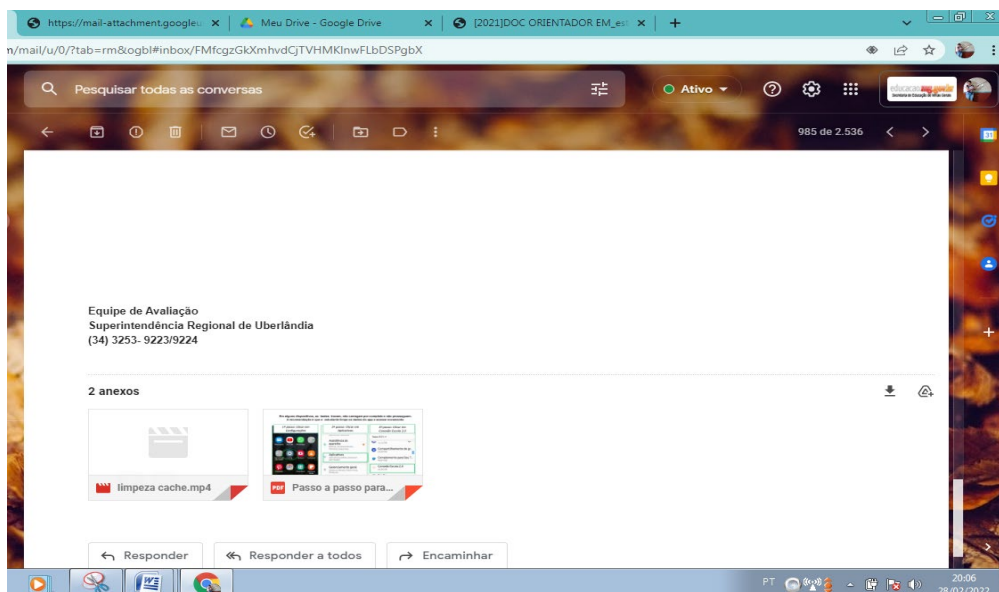
Na imagem 3 e 4 temos algumas soluções para o problema da plataforma, bem como vídeos explicativos produzidos por um diretor da rede estadual.

Imagem 3- E-mail institucional 2021



Fonte: E-mail institucional da autora (2021).

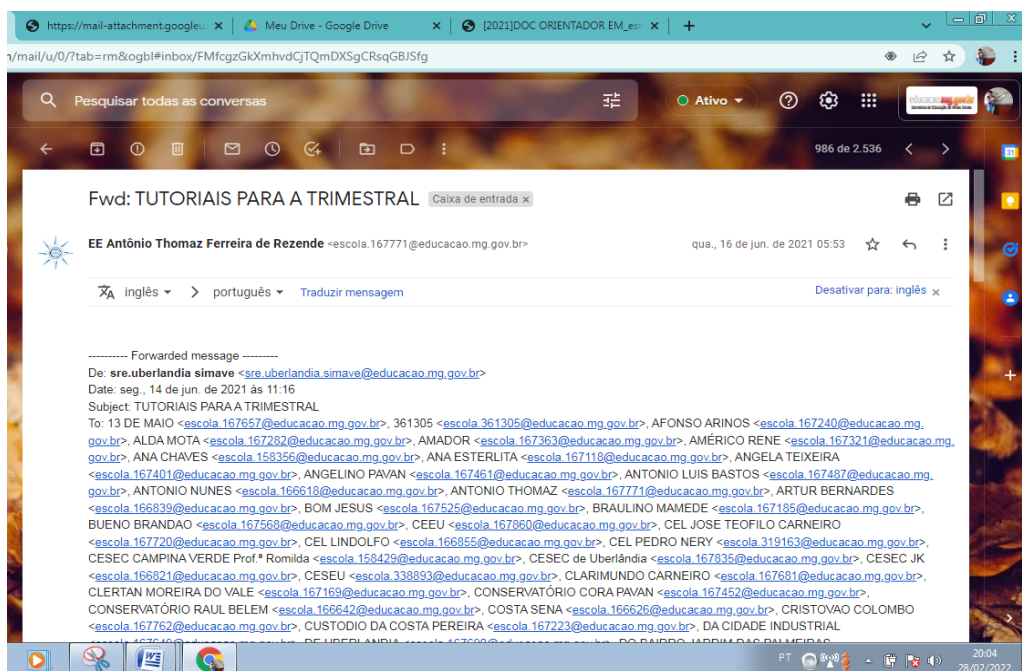
Imagem 4- E-mail institucional 2021



Fonte: E-mail institucional da autora (2021).

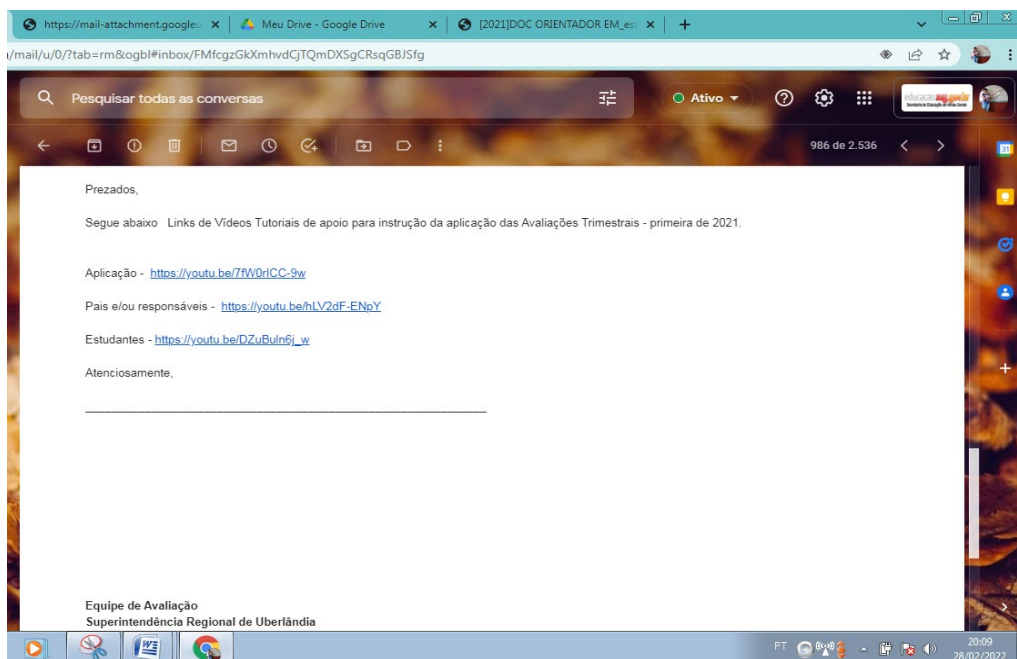
Na imagem 5 e 6 verificamos a entrada de um e-mail com Tutoriais para a referida Avaliação enviada pela SRE, no dia 14/06 à todas as escola da rede estadual.

Imagem 5- E-mail institucional 2021



Fonte: E-mail institucional da autora (2021).

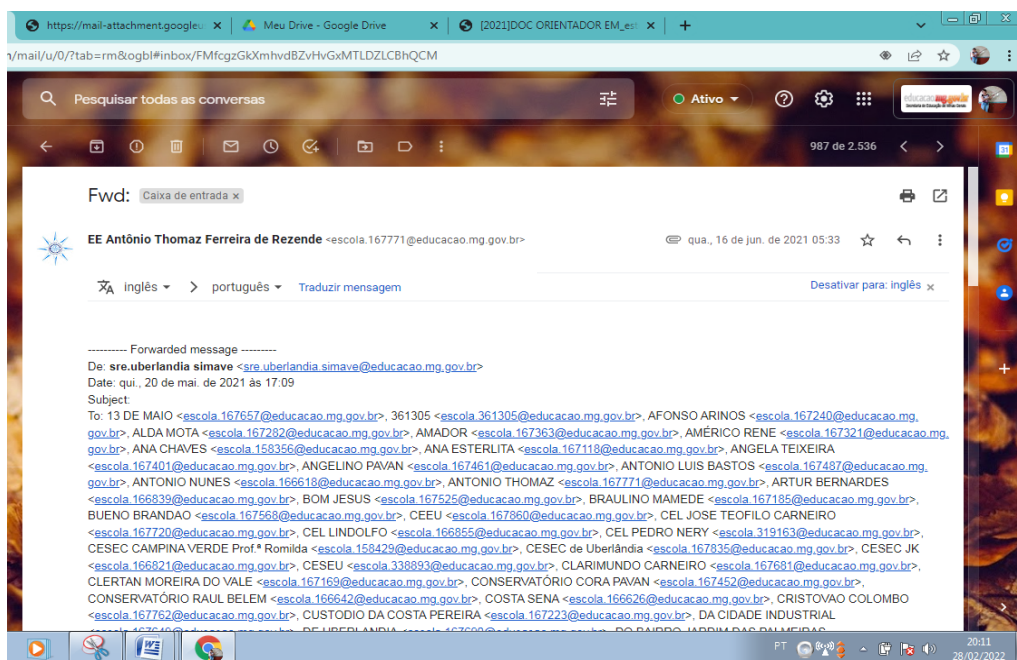
Imagem 6- E-mail institucional 2021



Fonte: E-mail institucional da autora (2021).

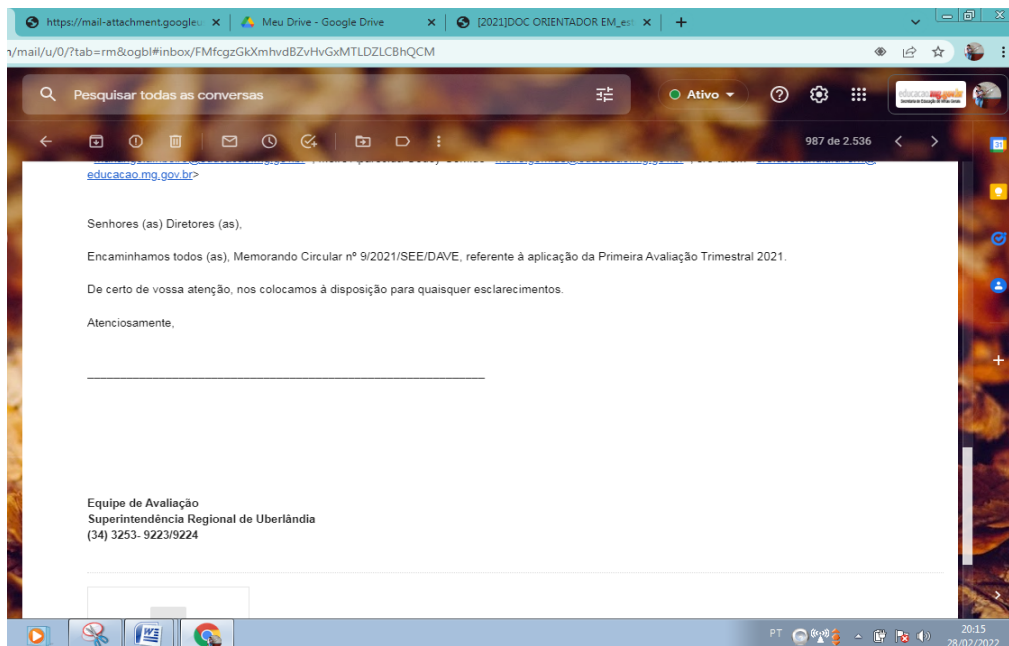
Na imagem 7 e 8, verificamos a chegada de um memorando que foi enviado à escola dia 20/05.

Imagem 7- E-mail institucional 2021



Fonte: E-mail institucional da autora (2021).

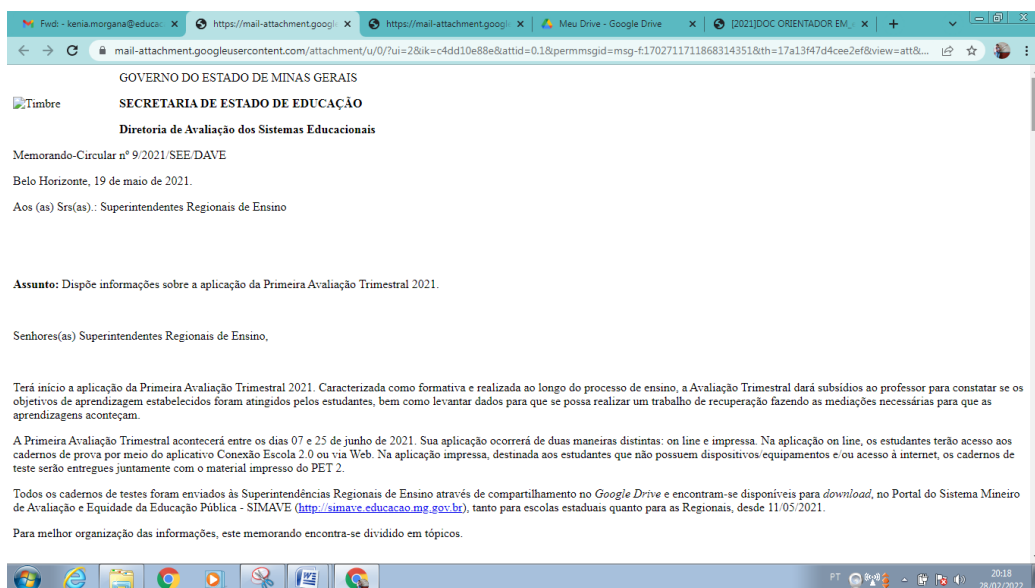
Imagem 8- E-mail institucional 2021



Fonte: E-mail institucional da autora (2021).

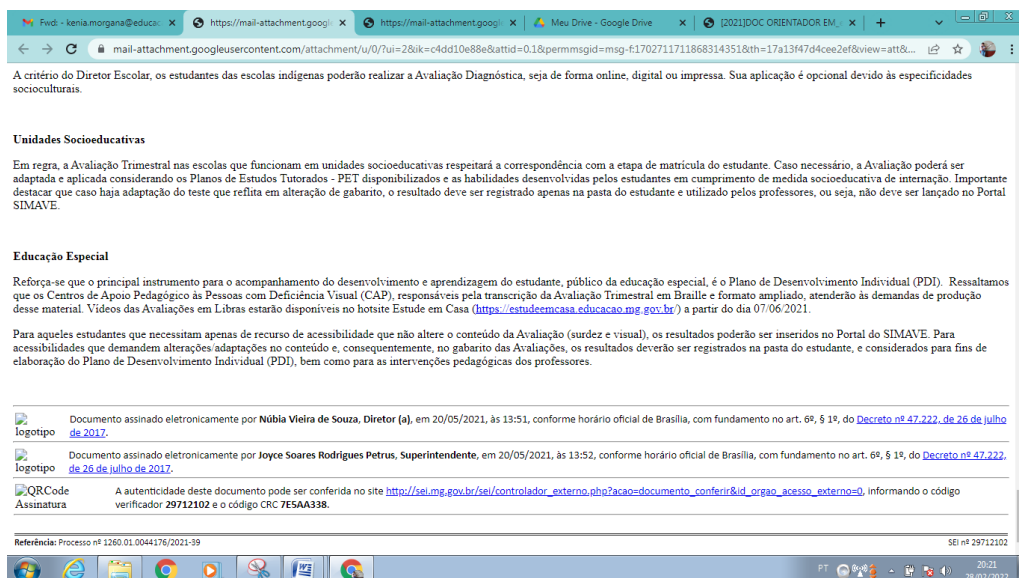
Na imagem 9 e 10, ao abrir o memorando verifica-se que foi escrito em 19/05 e assinado eletronicamente em 20/05 (enviado pela SRE às escolas no mesmo dia, 18 dias antes da data de início da aplicação).

Imagem 9- E-mail institucional 2021



Fonte: E-mail institucional da autora (2021).

Imagem 10- E-mail institucional 2021



Fonte: E-mail institucional da autora (2021).

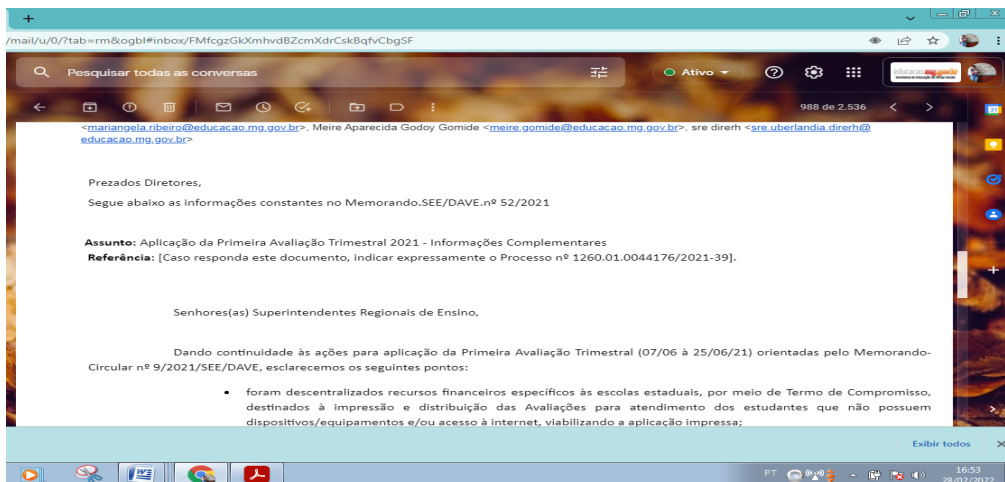
Na imagem 11, 12 e 13 nota-se a entrada de novo memorando com informações complementares às referidas avaliações, recebido pela escola em 15/06, no referido e-mail na imagem 14 em anexo segue o documento orientador do REANP 2021, documento onde foi retirado o cronograma acima.

Imagem 11- E-mail institucional 2021



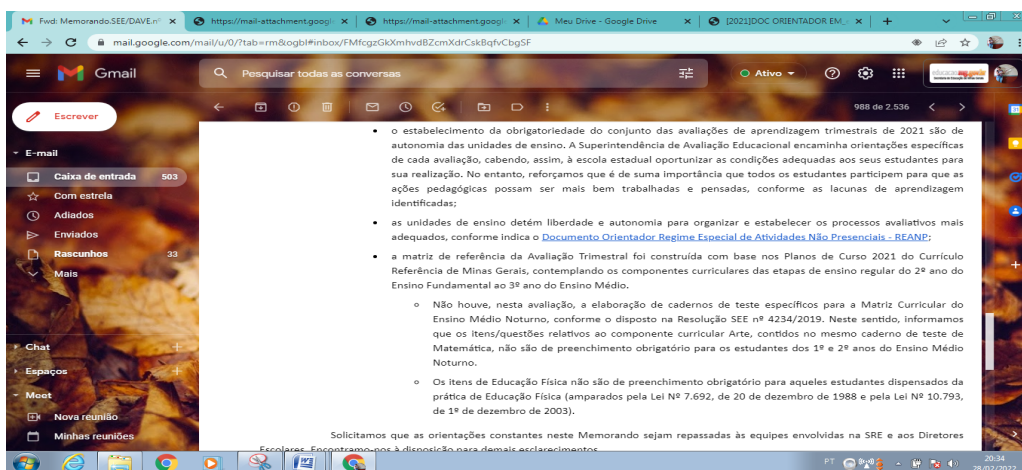
Fonte: E-mail institucional da autora (2021).

Imagem 12- E-mail institucional 2021



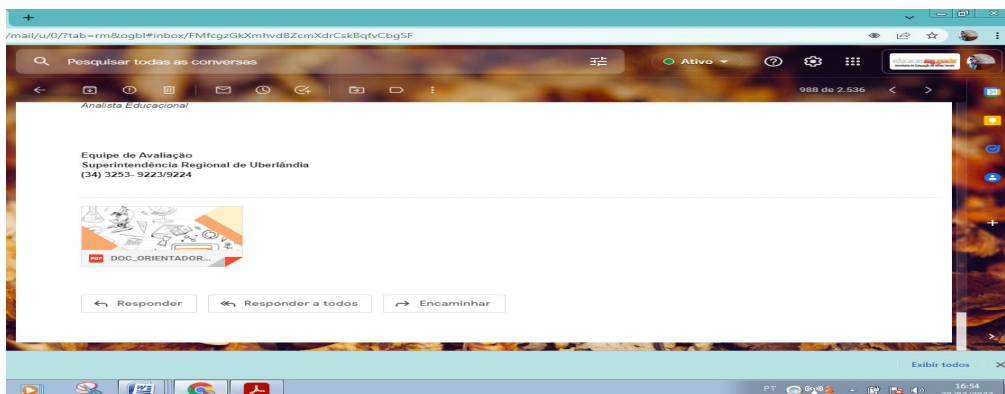
Fonte: E-mail institucional da autora (2021).

Imagem 13- E-mail institucional 2021



Fonte: E-mail institucional da autora (2021).

Imagem 14- E-mail institucional 2021



Fonte: E-mail institucional da autora (2021).

A Superintendência Regional de Ensino de Uberlândia é responsável por repassar todas as orientações recebidas da equipe administrativa e pedagógica da Secretaria de Educação com sede em Belo Horizonte a todas as escolas sob sua jurisdição. Percebe-se, como ilustrado anteriormente, um grande fluxo de e-mails que, no ano de 2021, fizeram com que os profissionais da educação se adequassem na forma de conduzir os estabelecimentos de ensino e suas atividades diárias com metodologias e instrumentais direcionados ao atendimento remoto aos estudantes, que conseguiram participar desse modelo de atendimento, em face de tantas perdas e adoecimento mental e físico, tanto dos profissionais quanto dos estudantes, muitas foram as dificuldades, entre elas financeiras, culturais, de infraestrutura, para atender a demanda do protocolo sanitário contra o COVID 19 e por continuidade do processo de escolarização.

A análise do conteúdo desses e-mails evidencia, também, o impacto das determinações dos documentos enviados pela SEE-MG nos registros e ações a serem implementadas pelas escolas. São ações determinantes para o tipo de funcionamento das escolas que compõem a rede estadual de educação de Minas Gerais. A justificativa é o estado cumprindo o seu papel ante as exigências governamentais e de organizações mundiais de financiamento na garantia de oferecer a Educação Básica, obrigatória e gratuita a quem a ela recorrer.

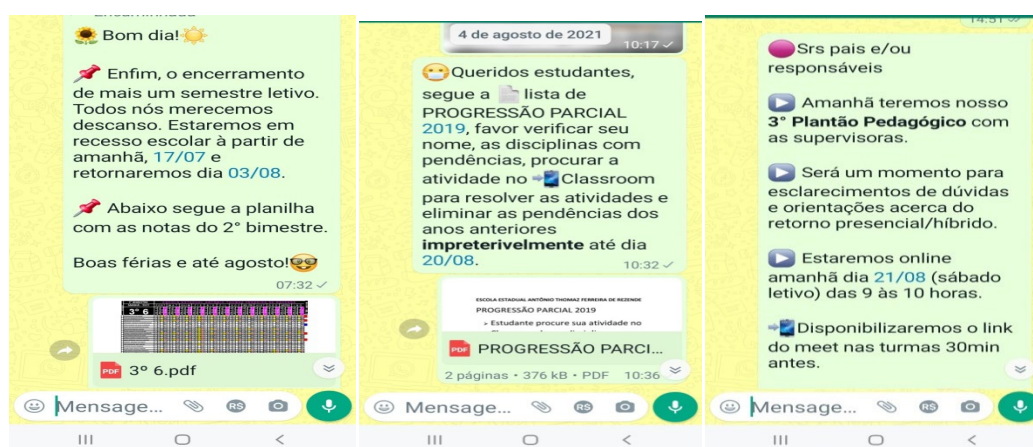
Por ser um canal oficial de comunicação, possui relação entre avaliação institucional e construção da qualidade social da educação como meio de circulação de informações, principalmente na orientação quanto à elaboração dos documentos da escola por parte do governo do Estado de Minas Gerais e acompanhamento do processo ensino aprendizagem dos estudantes por parte dos pais e responsáveis. Por isso, compõe a aba de contatos no produto elaborado em função dos resultados dessa pesquisa, que será apresentado na próxima seção.

5.1.8. Grupos de Whats App

A escola é organizada em Grupos de Whats App com objetivos específicos: Grupos das turmas por ano de escolaridade para troca de informações entre professores, vice direção, especialista, estudantes e responsáveis. Grupos de turnos da escola para troca de informações entre a direção, vice direção, especialistas e professores. Grupo de

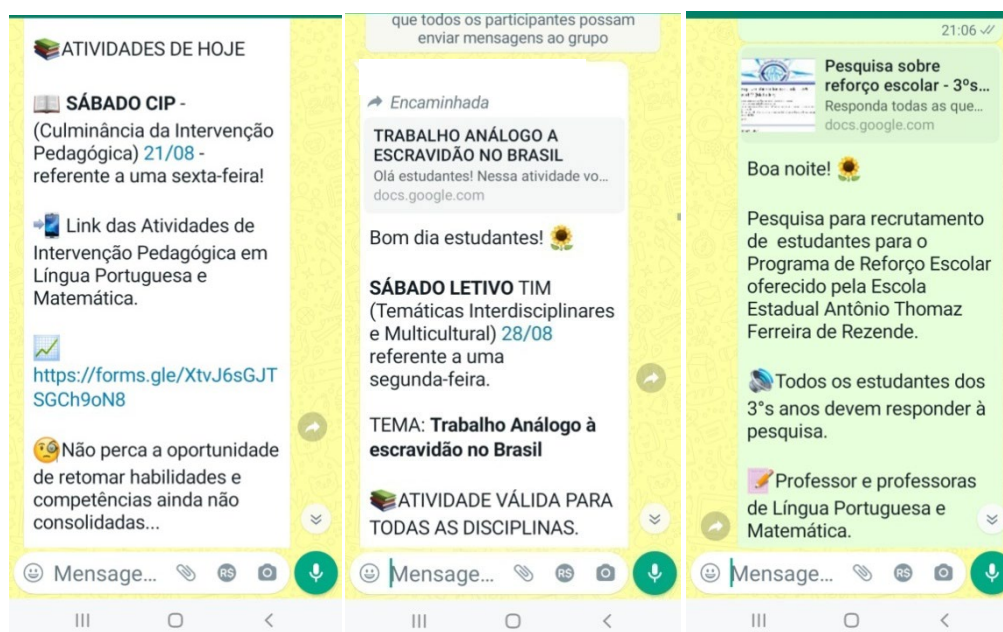
especialistas para planejamento e organização do trabalho pedagógico. Grupo da equipe gestora para troca de informações entre a direção, vice-diretores e especialistas dos três turnos atendidos pela escola. Grupo Geral para informações gerais com todos os servidores da escola. Grupo oficial fechado com todos os servidores para informes diretos da Superintendência Regional de Ensino de Uberlândia e grupos por turma. Percebe-se que mesmo diante de numerosos grupos de troca de informações acontecem desacordos pedagógicos que são esclarecidos em reuniões online, no privado e/ou pessoalmente.

Vejamos, *prints* do grupo informativos de Whats App 3º ano 6 (2021):



Fonte: Celular pessoal da autora 2021.

Prints dos grupos informativos de WhatsApp 3º ano 6 (2021):



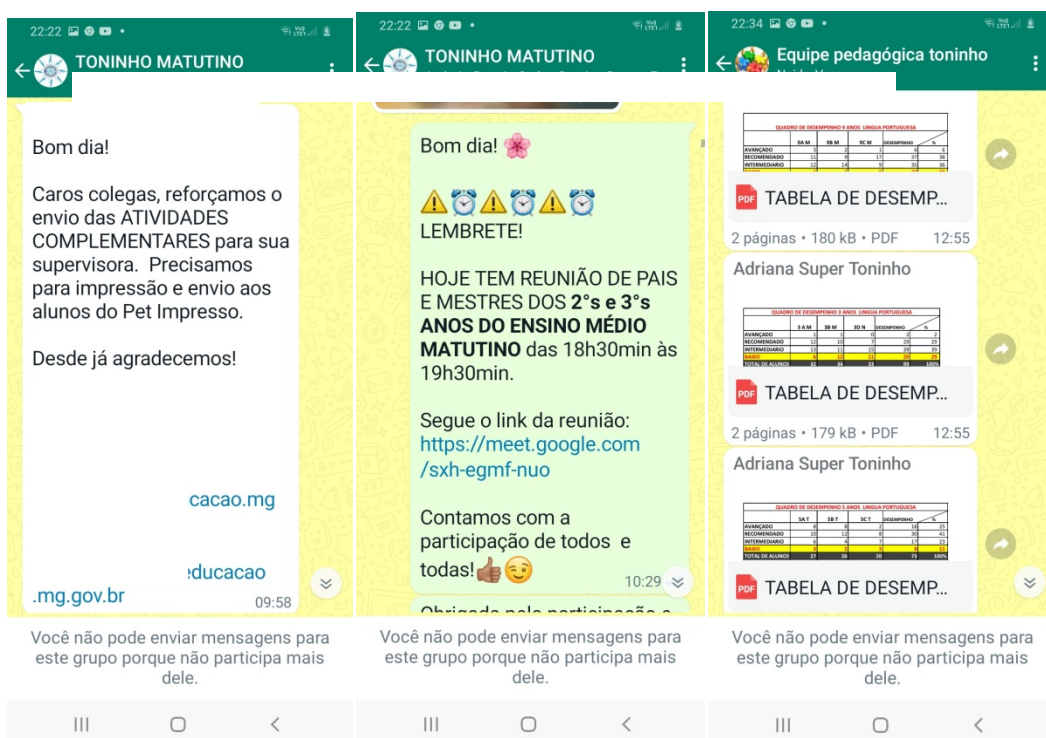
Fonte: Celular pessoal da autora 2021.

Prints dos grupos informativos de WhatsApp (2021)



Fonte: Celular pessoal da autora 2021.

Prints dos grupos informativos de WHATSAPP (2021):



Fonte: Celular pessoal da autora 2021.

A análise dos registros nos grupos de Whats App mostra indício de potencialidades quanto à avaliação institucional por ser uma ferramenta de fácil acesso, rápida e prática, um aplicativo em um dispositivo móvel de grande aceitação por parte dos estudantes e suas famílias. Foi significativa a sua contribuição no ensino remoto, no atendimento aos estudantes e suas famílias, porém quando do retorno presencial obrigatório não será utilizado para esse fim, até mesmo pela equipe pedagógica, por não ser meio oficial de circulação de informações, atende como um meio secundário não oficial e ressaltamos aqui a necessidade de tratar assuntos pedagógicos de forma presencial com toda a comunidade escolar, de modo a favorecer a participação de pais e outros responsáveis que não têm acesso à rede de internet.

5.1.9. Facebook

O Facebook é a rede social na qual são postadas informações aos estudantes e pais sobre período de matrícula, período de retirada do Kit alimentação, período de realização das avaliações da plataforma do SIMAVE, período de inscrições para o ENEM, vídeos com apresentações da infraestrutura da escola, equipe gestora e professores efetivos numa postura acolhedora de boas-vindas, luto na perda dos servidores e familiares próximos, vídeos tutoriais sobre o acesso ao conexão escola, acesso ao e-mail institucional, atalhos para estudantes entrarem nos grupos das turmas, programação das aulas de canal aberto de televisão para teleaulas Se liga na educação. Programação do “Se Liga na Educação” desta semana (14 a 18 de junho/2021):



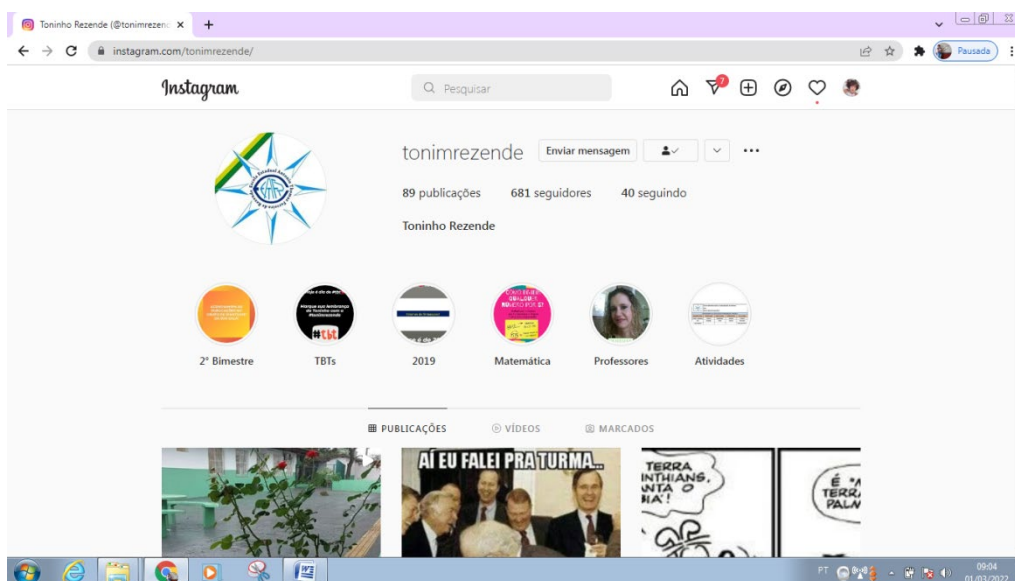
Fonte: Facebook, 2021.

Canal informativo utilizado pela escola para atender a comunidade escolar como marketing digital, forte aliado com acesso livre à população em geral, não possui indícios e potencial para avaliação institucional, não compõe à trilha por não ser oficial, possui documentos com dimensões da educação, uma estratégia para a circulação de informações.

5.1.10. Instagram

Instagram, canal de comunicação para a comunidade escolar contendo informações, curiosidades, humor e dica de professores, descontraído e informal, com postagem de estudantes que conseguiram fazer do seu diploma de Ensino Médio um canal direto com a universidade.

Página inicial no Instagram:



Fonte: Instagram, 2022.

Canal informativo utilizado pela escola para atender a comunidade escolar como marketing digital, forte aliado com acesso livre à população em geral, possui indícios e potencial para avaliação institucional como estratégia para a circulação de informações.

Diante da análise dos dez documentos selecionados, identifica-se grande potencial e vários indícios da avaliação institucional na escola pesquisada durante o ano letivo de 2021, enquanto supervisora escolar contratada para coordenar as turmas de 2ºs e 3ºs anos do Ensino Médio e pesquisadora da educação, tive a oportunidade de

participar de cada ação e do processo de produção de documentos da escola aqui expostos.

A partir dos resultados das análises, identificamos documentos que devem compor a Trilha de Avaliação Institucional que será detalhada na próxima seção. O Relatório de análise do SIMAVE produzido pela equipe pedagógica da escola deve compor a trilha por apresentar resultados quantitativos com dimensões qualitativas sobre os conteúdos dispostos no currículo de cada ano de escolaridade. O PPP e Regimento Escolar devem compor a trilha de avaliação. O PPP como documento que consideram as competências a serem desenvolvidas nos estudantes através da disseminação de conhecimento elaborado pela comunidade escolar, seguindo as diretrizes do governo do estado e considerando a realidade social, cultural e econômica do local onde está inserida, possui, também, contribuições significativas para a reflexão acerca da relação entre avaliação institucional e construção da qualidade social na educação.

As Reuniões de pais e mestres se apresentam como grande aliada na parceria e acompanhamento da aprendizagem dos estudantes pela família, porém, observamos a necessidade de reuniões presenciais e deliberativas para compor a referida trilha, tendo em vista avaliação institucional com participação democrática. Quanto ao quadro de professores em exercício na escola deve compor a trilha por apresentar grande potencial para avaliação institucional, quantidade de efetivos e contratados e condições para o ensino e a aprendizagem.

Conselho de Classe possui forte relação quanto a avaliação institucional por ser um momento de análise e reflexão das práticas da equipe, e diante dos resultados bimestrais conhecer novas estratégias, identificando os pontos frágeis e as potencialidades das turmas, a realidade vivenciada por estudantes, com vistas à construção da qualidade social da educação. Portanto, deve compor a Trilha na aba RESULTADOS.

O e-mail institucional, canal oficial de comunicação entre os servidores da escola, a regional e os estudantes, deve compor a trilha por ser forte aliado na circulação de informações oficiais e suas diversas funcionalidades. Grupos de Whats App, Facebook e Instagram, também, são canais de comunicação entre a escola e a comunidade escolar.

Por fim, com base na análise documental, é possível afirmar que algumas das dimensões da avaliação institucional estão disseminadas nas várias ações da equipe pedagógica, gestora e administrativa no atendimento aos estudantes e suas famílias durante o ano letivo. Porém, observa-se ausência de integração dessas dimensões, da participação de toda a comunicação escolar na referida avaliação, dificuldade de acesso aos documentos e reduzida reflexão coletiva sobre a totalidade das dimensões da educação escolar.

Assim sendo, nosso estudo propõe uma materialização e estruturação de documentos num aplicativo de fácil acesso a toda comunidade escolar para uma interação e participação democrática nos processos de avaliação institucional, na tentativa de construirmos uma escola com qualidade social para todos.

SEÇÃO VI - SOFTWARE DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: dos resultados da pesquisa à criação

Os resultados da revisão bibliográfica e da pesquisa documental, expostos no decorrer do texto, revelaram indícios de que a avaliação institucional pode ser desenvolvida por meio da produção de dados e interpretações da realidade escolar e das suas ações, por exemplo, a partir da análise articulada de documentos elaborados pelas escolas, da análise e tratamento dos dados dos relatórios das avaliações externas e internas, reconhecendo nos referidos documentos, também, as determinações da SEE-MG.

Esses resultados permitem afirmar que a avaliação institucional fomenta o desenvolvimento de um olhar qualificado sobre a escola, contemplando instrumentos adequados e organizados em diferentes dimensões que permitam compreender e analisar a realidade da escola em sua complexidade, de maneira a oferecer contribuições para instigar intervenções pedagógicas em contexto de aprofundamento das desigualdades de escolarização dos estudantes das escolas públicas. Isso porque as equipes escolares, ao construir seus instrumentos, também, precisam de subsídios para a definição de dimensões e indicadores, de forma a tornar o processo avaliativo democrático, adequado para reconhecer a complexidade do contexto escolar e vinculado à construção da qualidade social da educação. Nessa direção, é importante destacar a importância de democratizar o acesso aos documentos e a participação da comunidade escolar na avaliação institucional.

Assim, com base nos resultados da pesquisa, decidimos por criar um aplicativo de avaliação institucional, compor uma trilha avaliativa, e aplicá-lo com vistas a favorecer a Avaliação Institucional na escola escolhida como local da referida pesquisa.

Enquanto pesquisadora busquei em várias plataformas na internet, entre professores, colegas e familiares sobre conhecimentos de programação, procurando por uma parceria na construção de um aplicativo simples e prático para disponibilizar os documentos da escola à comunidade escolar no celular. Em meio as minhas buscas encontrei um curso App Inventor grátis pela plataforma CFB Cursos Informática e Tecnologia, apresentado para mim pelo professor doutor Marlon responsável pela disciplina de Física da escola pesquisada. Por meio da programação em blocos, ferramenta desenvolvida pelo Google e atualmente mantida pelo MIT (Massachusetts

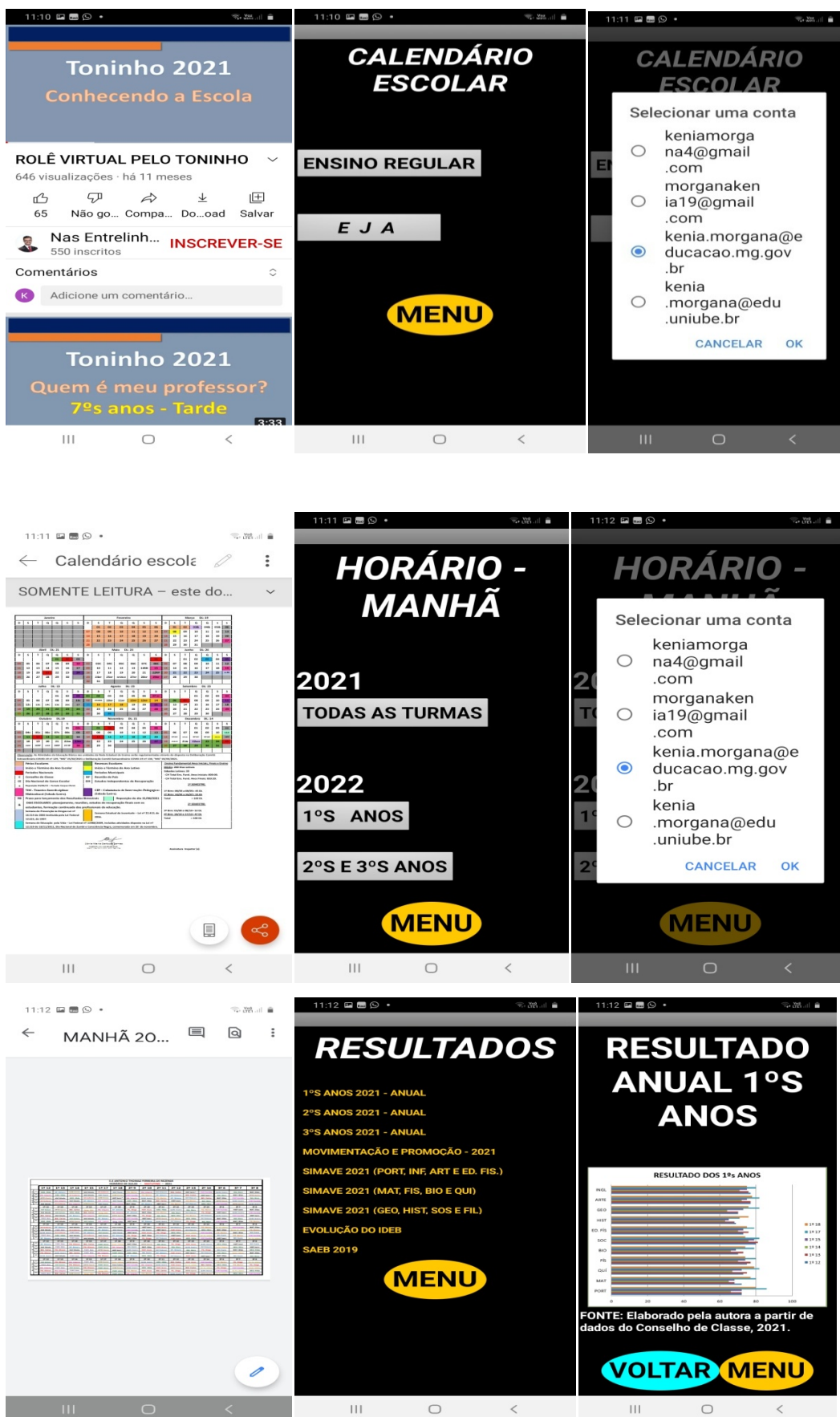
Institute of technology), através do site: appinventor.mit.edu, com acesso através de uma conta de e-mail, ferramenta online com a instalação de um emulador.

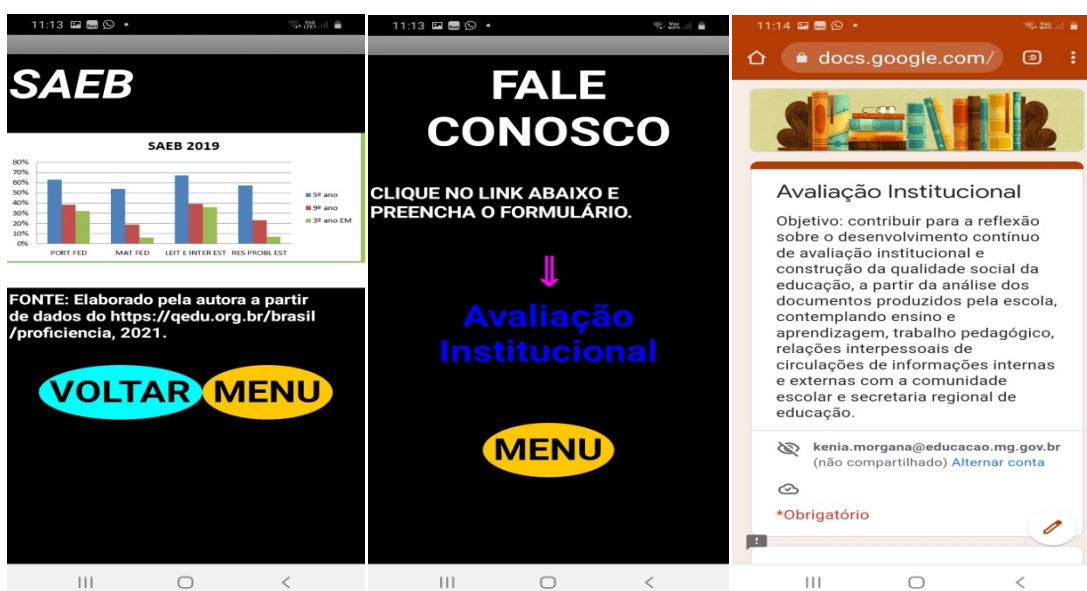
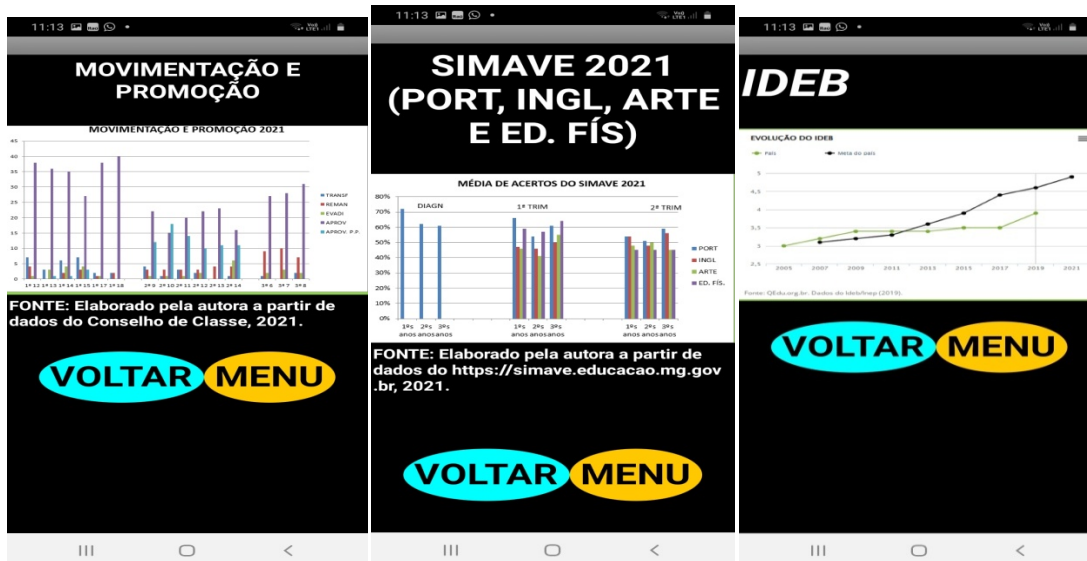
A seguir descrevemos a ferramenta criada e utilizada. Além disso, informamos que disponibilizaremos o SOFTWARE DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL sem o preenchimento do conteúdo para uso de outras instituições. Isso porque, a intenção é a de disponibilizar o referido aplicativo de avaliação institucional para outras instituições escolares, além da escola que escolhemos como local da pesquisa.

TÍTULO: Trilhas da Avaliação Institucional









ESCOLA ESTADUAL ANTÔNIO THOMAZ FERREIRA DE REZENDE 2021

Qual segmento da Comunidade Escolar você pertence? *

Escolher

Há quanto tempo faz parte desse segmento? *

☐ 0 a 5 anos
☐ 6 a 10 anos
☐ 11 a 15 anos
☐ 16 a 20 anos
☐ 21 anos ou mais.

Qual seu grau de escolaridade? *

☐ Nunca frequentou a escola
☐ Ensino Fundamental (1º ao 9º ano) incompleto
☐ Ensino Fundamental (1º ao 9º ano) completo
☐ Ensino Médio (1º ao 3º ano) incompleto
☐ Ensino Médio (1º ao 3º ano) completo
☐ Cursando a Graduação
☐ Curso Superior completo
☐ Cursando Especialização
☐ Especialização completa
☐ Mestrando
☐ Mestrado completo
☐ Doutorado
☐ Doutorado completo

Como você percebe a relação entre a avaliação da instituição escolar e a qualidade da educação? *

☐ Possui relação
☐ Não possui relação

A partir desse App você consegue identificar: *

☐ Avaliação da aprendizagem dos estudantes
☐ Avaliação das práticas dos professores
☐ Avaliação da equipe gestora
☐ Desempenho dos estudantes nas avaliações internas (da escola)
☐ Desempenho dos estudantes nas avaliações externas (estaduais e federais)
☐ Organização pedagógica da escola
☐ Atribuições dos membros da comunidade escolar

11:14

- ☐ Atribuições dos membros da comunidade escolar
- ☐ Etapas e modalidades ofertadas pela escola
- ☐ As disciplinas oferecidas por ano de escolaridade e seus professores
- ☐ Localização, história e estrutura física da escola
- ☐ Meios de comunicação oficiais

Esses documentos e resultados dispostos no App são suficientes para descrever a sua escola e oferece subsídio para que você possa avaliar a qualidade da rede de ensino? *

☐ Sim
☐ Não
☐ Talvez

Como você avalia a qualidade educacional da rede pública de ensino do estado de MG? *

☐ Ótima
☐ Boa
☐ Precisa melhorar

De forma geral, como você avalia o desempenho dos servidores da Escola Estadual Antônio Thomaz Ferreira de Rezende em 2021? *

☐ Ótima
☐ Boa
☐ Precisa melhorar

Próxima Limpar formulário

Nunca envie senhas pelo Formulários Google. Este formulário foi criado em Secretaria de

kenia.morgana@educacao.mg.gov.br (não compartilhado) Alternar conta

*Obrigatório

Circulação de informações

Na sua escola

Quais os canais de comunicação mais acessíveis a sua realidade atual para receber as orientações? *

☐ WhatsApp
☐ Email Institucional
☐ Impresso
☐ Oral
☐ Facebook
☐ Instagram
☐ Telefone

11:16

As informações recebidas são claras e objetiva? *

☐ Sim
☐ Não

Com relação a tempo hábil para circulação de informações: demandas a serem cumpridas e reportadas a Superintendência Regional de Ensino. *

☐ Recebo as informações em tempo hábil. Consigo me programar e entrego todas as solicitações com antecedência. Participo de todos os eventos.
☐ Não recebo as informações em tempo hábil. Não consigo me programar para entregar as solicitações. Não consigo participar de todos os eventos.
☐ Recebo informações defazadas.
☐ Não recebo informações

Quando participa das reuniões, você tem espaço para falar e esclarecer suas dúvidas democraticamente? *

☐ Sim
☐ Não
☐ Às vezes

Você já foi convidado a participar na escola como coordenador, orientador e/ou representante do seu segmento? *

☐ Sim
☐ Não

Voltar Próxima Limpar formulário

Nunca envie senhas pelo Formulários Google. Este formulário foi criado em Secretaria de Estado de Educação. Denunciar abuso

Síntese

A avaliação institucional a partir de um dispositivo tecnológico passa a ser individual e subjetivo onde em posse de resultados contínuos cada perfil de usuário tenha a informação necessária para reflexão, planejamento e articulação de estratégias para garantir o direito de aprender, a permanência e conclusão de seus estudos.

Como você avalia a política de avaliação institucional no seu contexto escolar relacionando o que foi proposto e o que foi executado em 2021? *

Sua resposta

Qual(ais) informação(ões) você acha relevante acrescentar que não foram abordados nesse App? *

Sua resposta

11:17

Como você avalia a política de avaliação institucional no seu contexto escolar relacionando o que foi proposto e o que foi executado em 2021? *

Sua resposta

Qual(ais) informação(ões) você acha relevante acrescentar que não foram abordados nesse App? *

Sua resposta

Voltar Enviar Limpar formulário

Nunca envie senhas pelo Formulários Google. Este formulário foi criado em Secretaria de Estado de Educação. Denunciar abuso

Google Formulários

11:18

PARA SABER MAIS

BRANDALISE, M. A. T. Avaliação Institucional da escola: conceitos, contextos e práticas. 2008. Olhar de professor, Ponta Grossa, 2010. Disponível em: <http://www.cnpq.br/olhardeprofessor>

GROCHOSKA, Márcia Andréia e EYNG, Ana Maria. A Auto-Avaliação Institucional Como Estratégia de Gestão da Escola de Educação Básica. Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR. Anais... V Educere III Congresso Nacional da Área De Educação Episteme - Conhecer. Curitiba 03 a 05 de 2005. Disponível em: <http://www.pucpr.br/educere>

LÜCK, Heloisa. Perspectiva da Avaliação Institucional da Escola. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

CELLARD, André. (2008) "A análise documental". In: Poupart, Jean. (2008) A Pesquisa Qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos. Trad. Ana Cristina Nasser. Petrópolis, Vozes, pp. 295-316.

MENU

11:19

CONTATOS

ENDEREÇO:
PRAÇA DA GRATERNIDADE, S/N, JARDIM BRASÍLIA, UBERLÂNDIA - MG, CEP 38401-430

E-MAIL:
escola.167771@educacao.mg.gov.br

TELEFONE:
(34) 3219-1366/ 99976-4854

MENU

Apresentamos a seguir os elementos relativos à trilha da avaliação institucional de forma estruturada que devem constar como abas do SOFTWARE DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL, que nortearam a elaboração desse produto.

1. PPP (em PDF).
2. Regimento (em PDF).
3. Equipe gestora (imagem).
4. Equipe docente (digitado).
5. Gráfico com número de professores efetivos e contratados (imagem).
6. Modalidades de ensino oferecidas pela escola (digitado).
7. Vídeo: Conheça a nossa escola (vídeo).
8. Calendário Escolar do ano de 2021(em PDF).
9. Horários de aula das turmas atendidas no turno da manhã (em PDF).
10. Resultados: Gráficos do resultado anual das avaliações internas de cada turma por disciplina; Gráfico com a movimentação e promoção ocorridas durante o ano;Gráfico com a média de acertos nas três avaliações do SIMAVE de 2021 por disciplina; Gráfico da evolução do IDEB no país de 2005 a 2021;Gráfico com os resultados do SAEB em Língua Portuguesa e Matemática dos anos de encerramento de ciclo de 2019, com a percentual de média de acertos; (imagens).
11. Fale conosco: Um formulário proposto para Avaliação Institucional, cujas respostas ficarão alocadas no e-mail institucional para análise da equipe pedagógica em reunião a ser programada; (Forms)
12. Para saber mais: Autoras/es referência da Avaliação Institucional na Educação Básica e autor referência na análise de documentos; (digitado)
13. Contatos: Endereço, e-mail e telefones da escola. (digitado)

O software pode ser utilizado por todos os membros da comunidade escolar com acesso autorizado pela equipe gestora. Através desse software, o usuário terá informações precisas em qualquer dispositivo móvel com acesso à internet desde que faça parte dessa comunidade escolar e possuir um e-mail institucional, registrado na escola.

A partir de um dispositivo tecnológico como o App: “Trilhas da Avaliação Institucional”, os membros da comunidade escolar, por um lado, podem ter acesso às informações necessárias para reflexão, planejamento e articulação de estratégias coletivas para garantir o direito de aprender, a permanência e conclusão de seus estudos, por outro lado, ao responder o formulário no Fale conosco, participa ativamente na construção da escola desejada.

Esse instrumento será disponibilizado gratuitamente à superintendência regional de ensino de Uberlândia para avaliação e possível encaminhamento às escolas da rede estadual do estado de Minas Gerais a ser utilizado pelas instituições de ensino da Educação Básica. Para melhor visualização dos elementos e passos dessa trilha de avaliação institucional, segue em anexo a programação em blocos realizada pelo professor doutor Marlon que colaborou com a edição do referido App.



Figura 1: Relações educativas

Fonte: Produzida pela autora.

A trilha da Avaliação Institucional se concretiza quando corrobora com as relações educativas, fomentadas por coletivos comprometidos com a qualidade social da educação, e que, por meio de material didático e tecnológico disponíveis criam oportunidades de reflexão das teorias e práticas, agindo conscientes de seu papel na transformação da realidade excludente e na democratização da educação escolar com qualidade social para todas as crianças, jovens, adultos e idosos, além de deixar registradas as marcas dos passos em documentos para as gerações futuras disporem de memórias da educação escolar e possibilidade de analisá-las e interpretá-las.

Considerações Finais

Enquanto profissional, com dezesseis anos de prática na Educação Básica, atuando em diferentes escolas públicas nas cidades de Lagamar, Vazante e Uberlândia, cidades do estado de Minas Gerais, atuando como prestadora de serviços, enquanto professora dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e supervisora escolar dos Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, estudiosa e pesquisadora da área da educação, através da pesquisa empreendida no mestrado, foi possível refletir sobre a complexidade da atividade escolar. Por meio do termo “avaliação” se justificam várias ações de cada segmento escolar, um termo que provoca tensões quando se refere a objeto a ser avaliado, enquanto sujeito de avaliação e a relação com a avaliação.

De acordo com os resultados da pesquisa, a avaliação institucional proposta deve ser composta por duas partes: processo e produto. Análise de documentos (processo)- Cada ação da escola deve ser registrada em documentos, sejam físicos e/ou eletrônicos por serem tantas ações ocorridas durante o ano letivo e cada ação é importante para que se possa fazer uma análise detalhada do cenário contemplado naquele determinado momento histórico. A gestão dos resultados (produto)- a escola se apropria dos resultados das avaliações externas e internas dos estudantes, realiza o levantamento e tratamento desses dados, recupera e analisa os processos que os produziram, uma interface desses resultados que pressupõe primeiramente uma análise individual, em segundo momento coletiva com a equipe docente, com o objetivo de pensar na validação desses dados e na forma como foram produzidos.

A trilha proposta nesse estudo não se caracteriza como determinista, se apresenta como uma referência, uma das trilhas possíveis para o desenvolvimento da Avaliação Institucional, é passiva de adequações a depender da comunidade escolar onde ela é pensada. Torna-se um ciclo contínuo, retroalimentado, o qual o ponto de partida e o fim se fundem a cada ano com novos resultados, novos cenários e novos atores pensando coletivamente na melhoria e qualidade do atendimento aos estudantes e comunidade escolar, além de contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade ativa na construção de uma educação com qualidade social.

REFERÊNCIAS

A FILOSOFIA EXPLICA (Brasil). 2021. 1 vídeo, (17:46min), publicado por MULINARI, Filício. **Novo Ensino Médio: nem esquerda, nem direita...** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CPtuoUgYo1U>. Acesso em 13 jan. de 2022.

AGUILAR, Efrain Ticona. **Autoavaliação institucional da escola: concepções e práticas dos gestores escolares**. 2018, 158f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018. p. 5 e 7.

ANTUNES, Paula Vera de Fátima. **A utilização dos resultados da avaliação institucional externa da educação básica no âmbito do Plano de Ações articuladas (PAR) em município sul-mato-grossenses (2007 a 2010)**, Campo Grande, 2012. 136 p. Dissertação (Mestrado) Universidade Católica Dom Bosco. Disponível em: <https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/8237-a-utilizacao-dos-resultados-da-avaliacao-institucional-externa-da-educacao-basica-no-ambito-do-plano-de-acoes-articuladas-par-em-municipios-sul-mato-grossenses-2007-2010.pdf> . Acesso em 26 out. 2021.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. São Paulo: Editora Forense-Universitária, 10ª edição, 2007.

ARROYO, Miguel. O direito à formação humana como referente da avaliação. *In*: SORDI, Mara Regina Lemes; VARANI, Adriana; MENDES, Geisa do Socorro Cavalcanti Vaz (org.). **Qualidade(s) da escola pública**. Reinventando a avaliação como resistência. Uberlândia: Navegando, 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CURRÍCULO (ABDC); ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (ANPED). **Posicionamento sobre a Medida Provisória 746/2016 sobre o ensino médio**. Disponível em: http://pibid.ufsc.br/files/2016/10/nota_abdc_mp746.pdf. Acesso em: 20 nov. 2021.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (ANPED). **Nota pública da ANPEd sobre a Medida Provisória do Ensino Médio MP do Ensino Médio – Autoritária na forma e equivocada em conteúdo**. Rio de Janeiro: ANPEd, 23 set. 2016. Disponível em: <http://www.anped.org.br/news/nota-publica-da-anped-sobre-medida-provisoria-do-ensino-medio>. Acesso em: 21 nov. 2021.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL PELA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (ANFOPE). **Manifesto contra a Medida Provisória nº 746/2016**. Goiânia, 12 out. 2016. Disponível em: <http://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2018/05/Manifesto-Anfope-MP-746-12.10.2016R.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2021.

AZEVEDO, J. C; REIS, J. T. Políticas Educacionais no Brasil Pós-Golpe. Porto Alegre: Editora Universitária Metodista IPA, 2018. *In*: VASCONCELOS, C.M.; MAGALHÃES, C.H.F.; MARTINELI, T.A.P. A influência neoliberal nas políticas

educacionais brasileiras: um olhar sobre a BNCC. **ECCOS Revista Científica**, 2020.

BARRETO, Elba Siqueira de Sá e NOVAES, Gláucia T. Franco. Avaliação institucional na educação básica: retrospectiva e questionamentos. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 27, n. 65, p. 314-345, maio/ago. 2016.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.

BOGDAN, Robert e BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**. Uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

BOLÍVAR, A. ¿Cómo puede la evaluación institucional contribuir para mejorar la escuela? **Est. Aval. Educ.**, São Paulo/SP, v. 27, n. 65, p. 284-313, maio/ago. 2016.

BRANDALISE, Mary Ângela Teixeira. Avaliação institucional na escola pública: os (des)caminhos de uma política educacional. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 1/2015, p. 55-74.

BRANDALISE, M. A. T.; MARTINS, C. B. Programa de avaliação institucional da educação básica do Paraná: da produção à implementação da política na escola. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo/SP, v. 22, n. 50, p. 1-21, 2011. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/1964/1940>>. Acesso em: 22 fev. 2021.

BRANDALISE, Mary Ângela Teixeira. Avaliação institucional da escola: conceitos, contextos e práticas. **Olhar de Professor** [On-line]. 2010. Disponível em: <<https://www.redalcy.org>>. Acesso em: 04 fev. 2020.

BRANDALISE, M. A. T. Avaliação institucional da escola: conceitos, contextos e práticas. 2008. **Olhar de professor**, Ponta Grossa, 2010. Disponível em <http://www.uepg.br/olhardeprofessor>. Acesso em 13/09/2021.

_____. **Autoavaliação de escolas**: alinhando sentidos, produzindo significados. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.

BRASIL. RESOLUÇÃO SEE Nº 4310/2020. Disponível em: https://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/Resolucao%20SEE_N_4310.pdf. Acesso em 30/04/2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. Parecer nº 7, de 7 de abril de 2010. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de julho de 2010, Seção 1, p. 10. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf. Acesso em: 23 mar. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da

Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o **Plano Nacional de Educação** – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 26 de junho de 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 23 mar. 2017.

BRASIL, Ministério Da Educação Conselho Nacional De Educação Câmara De Educação Básica **Resolução Nº 4, De 13 De Julho De 2010**. Disponível em: <https://www.portal.mec.gov.br>. Acesso em: 18 jun. 2020. BRASIL, Ministério da Educação.

BRASIL, Ministério Da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/mais-educacao/190-secretarias-112877938/setec-1749372213/18843-avaliacoes-da-aprendizagem>. Acesso em: 10 fev. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 nov. 2021.

BRASIL. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 nov. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base**. Brasília, DF : Inep, 2015.

BRASIL. Diretrizes para a Educação Básica – MEC. Parecer CNE/CEB nº 7/2010, aprovado em 7 de abril de 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em 20/11/2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação**. Câmara de Educação Básica. Resolução Nº 4, de 13 de Julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: . Acesso em: 23 mar. 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. Parecer nº 7, de 7 de abril de 2010. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de julho de 2010, Seção 1, p. 10. Disponível em: . Acesso em: 23 mar. 2017.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 26 de junho de 2014.

Disponível em: . Acesso em: 23 mar. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Manifestos dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores 1959. Fernando de Azevedo... [et al.]. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.122 p. – (**Coleção Educadores**). Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4707.pdf>. Acesso em 29 de dezembro de 2021.

BROOKE, Nigel.; CUNHA, Maria Amália de A. A Avaliação Externa como Instrumento da Gestão Educacional nos Estados. In: BROOKE, Nigel.; ALVES, Maria Teresa Gonzaga; OLIVEIRA, Lina Kátia Mesquita de. (Orgs.) **A Avaliação da Educação Básica: a experiência brasileira**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015, p.359-364.

CAMPOS, Maria Cristina Rezende de; ARAÚJO, Flávia Monteiro de Barros; MOREIRA, Patrícia Gomes Pereira; RIBEIRO, Bruno Gonçalves; MOURA, Tatiana Freire de. **Sistema de avaliação da educação de Niterói (SAEN): uma política de avaliação institucional na educação básica**. Disponível em: http://consad.org.br/wp-content/uploads/2017/05/Painel-20_011.pdf. Acesso em 15 out. 2021.

CAPPELLETTI, I. F. (Org.). **Avaliação e currículo: políticas e projetos**. São Paulo: Editora Articulação Universidade/Escola, 2010.

CARVALHO, M. Do S. B. **Avaliação do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (Spaee) no Viés da Avaliação Institucional**. SPAECE. 2014. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/9739>. Acesso em 06 jan. 2022.

CELLARD, André. (2008) “A análise documental”. In: Poupart, Jean. (2008) **A Pesquisa Qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos**. Trad. Ana Cristina Nasser. Petrópolis: Vozes. p. 295-316.

CENTRO UNIVERSITÁRIO MOURA LACERDA. **O que é avaliação institucional**. Disponível em: <<https://www.portalmouralacerda.com.br/cpa/o-que-e-avaliacao-institucional/>>. Acesso em: 01 fev.2020.

CHAPMAN, C.; SAMMONS, P. **School Self-Evaluation for School Improvement: What Works and Why?**. Slough: CfBT, 2013. Disponível em: <www.educationdevelopmenttrust.com>. Acesso em: 12 abr. 2021.

COSTIN, C. Metas para melhorar as notas do ensino: escolas municipais assinam contratos de gestão para buscar objetivos e superar problemas da aprovação automática. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 15, 06 set. 2009b. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewFile/184/176>>. Acesso em: 14 mar. 2013.

DIAS SOBRINHO, José In Balzan César Newton (orgs.). 5. Ed. **Avaliação Institucional teoria e experiências**. São Paulo: Cortez, 2011.

DIAS SOBRINHO, J. Universidade e avaliação. **Entre a ética e o mercado**. Florianópolis, SC: Insular, 2002.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação institucional da educação superior**. Petrópolis: Vozes, 2000.

DÍAZ BARRIGA, Angel. Uma polêmica em relação ao exame. *In*: ESTEBAN, Maria Teresa (org.). **Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

ESTEBAN, M. T.; FETZNER, A. R. A redução da escola: a avaliação externa e o aprisionamento curricular. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 1/2015, p. 75-92.

ESTEBAN, Maria Teresa. **Escola, currículo e avaliação**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ESTEBAN, M. T.; PINA, B. de S. F. Silenciamento e diálogo na avaliação escolar. **Revista teias**, UERJ-Rio de Janeiro, Brasil, v. 22 • n. 67 • out./nov. 2021, p. 424.

FERNANDES, D. Acerca da articulação de perspectivas e da construção teórica em avaliação educacional. *In*: ESTEBAN, M. T.; AFONSO, A. J. (Org.). **Olhares e Interfaces: reflexões críticas sobre a avaliação**. São Paulo: Cortez Editora, 2010. p. 15–44.

FREITAS, Luiz Carlos de. et al. **Avaliação educacional: caminhando pela contramão**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. *In*: **Revista Educação e Sociedade**. Vol. 33, número 119, abr. - jun. 2012. São Paulo: Cortez; Campinas, Cedes, 2012.

FREITAS, Luiz Carlos de. et al. **Avaliação Educacional – caminhando na contramão**. Petrópolis: Editora Vozes, 4.ed., 2012.

FREITAS, Luiz Carlos. Eliminação adiada: o ocaso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade do ensino. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.28, n.100, p. 965-987, oct, 2007.

GENTILI, P. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. *In*: SILVA, T. T. da; GENTILI, P. (Orgs.). **Escola S.A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. Brasília, DF: CNTE, p. 9- 49, 1996.

GIROUX, Henry. **A escola crítica e a política cultural**. São Paulo: Cortez, 1987.

GROCHOSKA Andreia Marcia. **As contribuições da Autoavaliação Institucional para a Escola de Educação Básica**. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2013.

GROCHOSKA, Márcia Andréia e EYNG, Ana Maria. A Auto-Avaliação Institucional Como Estratégia de Gestão da Escola de Educação Básica. Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR. **Anais...** V Educere III Congresso Nacional da Área De Educação Episteme – Conhecer. Curitiba 03 a 05 de 2005. Disponível em: <https://www.pucpr.br> . Acesso em: 18 jul. 2020.

GUERRA, M. A. S. **Tornar visível o cotidiano:** teoria e prática de avaliação qualitativa das escolas. Porto: Edições Asa, 2003.

KENSKI, Vani M. **Educação e tecnologias:** o novo ritmo da informação. 8a ed. Campinas, SP: Papirus. 2011.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática.** Ed. Heccus, 6º ed. rev. e ampliada. -São Paulo, 2013, 304 p.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola:** teoria e prática. 5 ed. revista e ampliada. Goiânia: MF Livros, 2008.

LIMA, E. S. **O diretor e as avaliações praticadas na escola.** Brasília - DF: Editora Kiron, 2012.

LIMA, Samuel Gazolla. **Análise da implementação dos Itinerários Avaliativos nas escolas estaduais da Superintendência Regional de Ensino de Ubá (Minas Gerais).** 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/12506>. Acesso em 12 out. 2021.

LÜCK, Heloísa. **Perspectivas da avaliação institucional da escola.** Petrópolis: Vozes, 2012. (Série cadernos de gestão, volume VI).

LÜCK, Heloísa. **Perspectiva da Avaliação Institucional da Escola.** Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

MAIA, Adriana de Jesus Torres. **Avaliações na escola.** 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUOS-9LFPSV>. Acesso em: 20 nov. 2021.

MEMÓRIAS DA DITADURA. **A educação brasileira antes de 1964.** Disponível em: <https://memoriasdeditadura.org.br/antes-do-golpe-2>. Acesso em 03 mar. 2022.

MENDES, Geisa do Socorro Cavalcanti Vaz. **Avaliação institucional:** estudo da implantação de uma política para a escola fundamental do município de Campinas – SP/2011p.6. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/reeducacao/article/view/1001>. Acesso em: 22 out. 2021.

NOVAIS, Gercina Santana; NUNES, Silma do Carmo. A qualidade da educação na rede pública municipal de educação de Uberlândia/MG: análise das concepções, atitudes e ações dos/as gestores/as das unidades escolares. **Ensino Em Re-Vista** | Uberlândia, MG | v.24 | n.02 | p.295-316 | jul./dez./2017.

NOVAIS, Gercina Santana. **A Participação Excludente na Escola Pública**: um estudo das representações de educadoras infantis sobre aluno/a, escola e prática pedagógica. 2005. 239 f. Tese. Universidade de São Paulo/ Faculdade de Educação. São Paulo, 2005.

OBERDERFER, Lara Popov Zambiasi Bazzi. **Modelagem de software para a avaliação da qualidade na educação básica**. 2017, 108 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Fronteira Sul –UFFS, Chapecó, 2017. p.7, 39,41.

RODRIGUES, Pedro; MOREIRA, João. Questões de metodologia na avaliação de escolas. In: PACHECO, José Augusto (Org.) **Avaliação externa de escolas**: quadro teórico/conceitual. Porto: PORTO EDITORA, LDA., 2014. p. 181-211.

SÁ, Virgínio. Avaliação institucional de escolas de Educação Básica em Portugal: políticas, processos e práticas. **Ensaio**: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.26, n.100, p. 801-821, jul./set. 2018.

SABIA, Claudia Pereira de Pádua. Avaliação institucional: análise da avaliação de sistema e a necessidade de legitimidade política. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, v. 15, n. 34, p. 488-502, Edição Especial, 2019.

SANTOS, M. S. M. dos. **Avaliação Institucional e Práticas de Gestão**: um estudo de caso em uma escola pública de Boa Vista-Roraima. 2019. p. 7. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/7448/1/Marilena%20Soares%20Matos%20Dos%20Santos.pdf>. Acesso em 10 nov. 2021.

SANTOS, Flávia Regina Vieira dos. **Conselho de classe**: a construção de um espaço de avaliação coletiva. 2006. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SANTOS, José Roberto de Souza. **Desafios epistemológicos para a implementação de avaliações institucionais na educação básica**. 2018, 322f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF. 2018. p. 7.

SIAS, Maria Alice de Freitas; DUTRA, Rosa Maria Martins Carvalho Dutra; BRETANHA, Santiago; RODRIGUES, Ana Cristina da Silva Rodrigues. **Avaliação institucional: conceitos, objetivos, participação e implementações para a escola**. 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/325221120_Avaliacao_Institucional_conceitos_objetivos_participacao_e_implicacoes_para_a_escola. Acesso em 23 out. 2021.

SILVA, I. M. Autoavaliação e gestão democrática na instituição escolar. **Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.**, Rio de Janeiro/RJ, v. 18, n. 66, p. 49-64, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v18n66/a04v1866.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2021.

SILVA, Maria Abádia da. Qualidade social da educação pública: algumas aproximações. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 29, n. 78, p. 216-226, maio/ago. 2009.

SÍVERES, Luiz; SANTOS, José Roberto de Souza. Avaliação institucional na educação básica: os desafios da implementação. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 29, n. 70, p. 222-253, jan./abr. 2018.

SORDI, M. R. L. Avaliação institucional participativa: contradições emergentes a partir do exame da categoria espaço/tempo. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas/SP, v. 11, n. 4, p. 53-61, 2006. Disponível em: <<http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/948>>. Acesso em: 22 fev. 2017.

SORDI, Mara Regina Lemes de. A avaliação da qualidade da escola pública: a titularidade dos atores no processo e as consequências do descarte dos seus saberes. In: FREITAS, L. C. de. et al. **Avaliação e políticas públicas educacionais: ensaios contrarregulatórios em debate**. Campinas, SP: Leitura Crítica, 2012. v. 1, p. 157-170.

SORDI, Mara Regina Lemes de; BERTAGNA, Regiane Helena; SILVA, Margarida Montejano da. A avaliação institucional participativa e os espaços políticos de participação construídos, reinventados, conquistados na escola. *Cad. Cedes*, Campinas, v. 36, n. 99, p. 175-192, maio-ago., 2016.

TOLFO, Ana Luísa Antunes Rezende; GRITTI, Silvana Maria. Avaliação Institucional como Mecanismo de Participação na Escola. **RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**. V. 05, ed. especial, abr., 2019, artigo nº 1218| claec.org/relacult | e-ISSN: 2525-7870.

VASQUES, Rosane Fátima; PETRY, Oto João. **Uso de ferramentas de avaliação institucional pela gestão escolar para aferir a qualidade social da escola: uma revisão de literatura das pesquisas da BDTD (2010-2014)**. 2014. Disponível em: periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9396. Acesso em 23 out. 2021.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Perspectivas para Reflexão em Torno do Projeto político Pedagógico. In: VEIGA, I. P. A; RESENDE, L.M.G. (Orgs). **Escola: Espaço do projeto-político pedagógico**. Campinas: Papirus, 1998. p.9-32.

ZEICHNER, Kenneth. Formando professores reflexivos para uma educação centrada no aprendiz: possibilidades e contradições. In: ESTEBAN, Maria Teresa; ZACCUR, Edwiges (org.). **Professora-pesquisadora – uma práxis em construção**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

APÊNDICES

APÊNDICE A – DOCUMENTOS EM ANÁLISE

Documentos em análise	Contexto	Autoria	Autenticidade e confiabilidade	Natureza do texto	Conceitos-chave e lógica interna	Observações
Plataforma SIMAVE (Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública) 2021	<p>Os anos 2020 e 2021 se tornarão um marco do século XXI, a pandemia de Covid-19, causada pelo vírus SARS-CoV-2 ou Novo Coronavírus, produz repercussões não apenas de ordem biomédica e epidemiológica em escala global, mas também impactos sociais, econômicos, políticos, culturais e históricos.</p> <p>A saúde mental das pessoas em tempos de confinamento e temor pelo risco de adoecimento e morte, acesso a bens essenciais como alimentação, medicamentos, transporte, entre outros.</p> <p>Ações de contenção da mobilidade social como isolamento e quarentena, bem como a velocidade e urgência de testagem de medicamentos e vacinas evidenciam implicações éticas e de direitos humanos.</p> <p>A educação passa por uma grande fase de adaptação e testagem de novas formas de aprender e ensinar aos que resistirem mental, física e financeiramente de tão avassaladora transição do antes, durante e o pós estado de calamidade pública.</p> <p>Partindo-se da perspectiva teórica de que as enfermidades são fenômenos a um só tempo biológicos e sociais, construídos historicamente mediante complexos processos de negociação, disputas e produção de consensos, objetivo das</p>	Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais.	Programa criado em 2000, a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (SEE/MG), em uma parceria técnico-pedagógica com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF).	Descritivo- a plataforma descreve os resultados e participação nas Avaliações por estudante, turma e os resultados da escola, da Regional e do Estado de Minas Gerais com classificação por descritores e nível de proficiência (baixo, intermediário, recomendado e avançado).	Diagnóstico; desempenho; proficiência; habilidades; descritores e monitoramento.	<p>Padrões de Desempenho aferidos através de testes de proficiência (baixo, intermediário, recomendado e avançado);</p> <p>Nível de apropriação de conhecimentos e habilidades;</p> <p>Implementação, (re)formulação e monitoramento de políticas educacionais;</p> <p>Qualidade da educação no estado e monitoramento de políticas educacionais;</p> <p>Qualidade da educação no estado e promoção da equidade;</p> <p>Monitoramento Descritores (leitura, interpretação e análise de resultados).</p> <p>Através da plataforma podemos identificar padrões de desempenho dos estudantes de acordo com as Matrizes de referência de cada disciplina por ano de escolaridade, ancoradas no Plano de Ensino da Educação Básica do Estado de Minas Gerais, estudantes que possuem acesso à internet, possuem um equipamento compatível ou receberam a avaliação impressa em casa e deolveram na escola, no entanto de acordo com a taxa de participação identificamos o percentual de estudantes que não participaram, sem justificativa, se torna um imeditivo do desenvolvimento da educação de qualidade social. Acredito que os resultados dessas avaliações são pontos chaves na reformulação do planejamento estratégico dos professores em busca de intervenção nas habilidades e competências ainda não consolidadas, porém com a ausência dos resultados dos estudantes que por algum motivo não participaram torna-se um impeditivo do desenvolvimento de educação de qualidade social para essa população. Esses resultados possui uma ligação direta entre avaliação institucional e implicações no ensino e aprendizagem e trabalho pedagógico.</p>

PPP (Projeto Político Pedagógico) 2020.	atividades deste eixo envolve compreender e responder parcialmente aos desafios colocados pela pandemia, organizando uma rede de pesquisadores do campo das ciências sociais e humanidades visando a investigação, resposta e capacitação como estratégias para o enfrentamento do Covid-19 no Brasil nesse período e nos anos que se seguem.	Equipe Pedagógica da Escola Estadual Antônio Thomaz Ferreira de Rezende	Possui procedência autêntica e confiável por ser documento registrado em cartório com protocolo na Superintendência Regional de Ensino de Uberlândia.	Documento formal dissertativo-expositivo, pois determina as concepções de educação para a formação de cidadãos aptos à exercer um papel crítico reflexivo na sociedade onde vive por meio de ações nas diversas perspectivas, tal como justiça social, defesa do meio ambiente, participação política, econômica, as competências a serem desenvolvidas nos estudantes através da disseminação de conhecimento pré-definidos no currículo de referência de Minas Gerais levando em consideração a realidade social, cultural e econômica do local onde está inserida, submetida pela avaliação constante de órgãos externos à escola e de forma direta por intrumentais e procedimentos internos em momentos de planejamento e intervenções na reflexão e leitura crítica de sua prática diante das formações possíveis na rejeitura diária da sua realidade e identidade.	Plano de ação; gestão; equidade; práxis; qualidade; monitoramento e avaliação.	Identificação e descrição da escola;Quantitativo de pessoal e público atendido; Prática pedagógica, diversidade, inclusão, flexibilização e adaptação curricular; Competências, habilidades, autoconhecimento, relexão e parceria; LDB, Resoluções, Avanços tecnológicos; BNCC; Infraestrutura; Estatísticas dos sujeitos da aprendizagem; Participação da família e comunidade escolar; Análise de desempenho, rendimento e frequência dos estudantes; Avaliações externas;Educação Ambiental; Combate à violência; Direitos humanos; Gestão democrática; Comunicação oral, escrita e redes sociais; Formação de professores; Análise administrativa financeira; Jovem de futuro; Circuito de gestão; Regime Especial de Atividades não presenciais; Detalhamento, Monitoramento e Avaliação do Plano de ação. Percebe-se que o PPP é um instrumento de avaliação institucional anual contínua, o qual apresenta informações diretas e claras sobre todo o funcionamento da escola apresentando resultados de desempenho dos anos anteriores, bem como identificação do público atendido, descrição do pessoal e planos de ação voltados para o ensino e aprendizagem. Porém não se identifica uma estratégia de divulgação do documento junto à comunidade escolar.
Regimento escolar 2016		Equipe Pedagógica da Escola Estadual Antônio Thomaz Ferreira de Rezende			Organização escolar, avaliação, objetivos, modalidades, competências, escrituração, didática, currículo, ensino e aprendizagem, qualidade social.	Fundação e caracterização da escola; Princípios e fins da Educação Nacional; Etapas e modalidades ofertadas; Objetivos; Competências do diretor, vice, secretário, supervisor, órgãos colegiados e serços de apoio administrativo; Instrumentos de escrituração e registro escolar; Organização didática e pedagógica; Currículos; Calendário; Matrículas; Avaliação, classificação, reclassificação e avanço escolar; Direitos e proibições de pessoal; Medidas disciplinares. Documento significativo sobre organização escolar, se identifica como fator interno que pode ser utilizado no formulário de avaliação institucional, possui vínculo com a qualidade da educação, apresenta as competências de cada servidor e procedimentos norteadores da promoção da qualidade da educação, ferramenta de garantia de ensino e aprendizagem.
Reuniões de pais e mestres 2021.		Equipe Pedagógica da Escola Estadual Antônio Thomaz Ferreira de Rezende, pais e/ou responsáveis e estudantes.	Arquivo de gravação realizada pela equipe gestora da escola, autênticos e confiáveis.	Documento formal. Registra com clareza as ocorrências da organização escolar bimestral, deliberações sobre o desempenho dos estudantes de forma geral, resoluções vigentes sobre a organização escolar diante dos conteúdos a serem transferidos, procedimentos esperados pelos estudantes, atuação dos responsáveis em parceria com a escola para alcançar um ensino de qualidade social; reuniões ou assembleias entre pais e mestres por meio virtual e com registro	Parceria, envolvimento da família no desenvolvimento acadêmico dos estudantes.	Apresentações de pessoal, esclarecimentos sobre a organização escolar e orientações pedagógicas. Espaço reservado ao atendimento aos responsáveis pelos estudantes, contribui com a divulgação das informações e procedimentos seguidos pela equipe pedagógica que busca uma parceria entre a comunidade escolar para acompanhamento no percurso escolar do esudante bem como sua permanência e sucesso na conclusão dos estudos da Educação básica.

				na forma de gravação.		
Quadro de pessoal 2021		Secretaria da escola, departamento pessoal.	Possui procedência autêntica e confiável por ser documento registrado inspecionado pela Superintendência Regional de Ensino de Uberlândia e publicado no Diário Oficial de Minas Gerais.	Documento formal descritivo.	Formação	Um indicador de adequação da Formação Docente. A norma legal, prevê a necessidade de licenciatura na área de atuação dos diversos componentes curriculares obrigatórios estipulados pelo currículo da Base Nacional Comum referente às etapas do Ensino Fundamental (anos iniciais e finais) e Médio. Com impacto na aprendizagem dos estudantes da escola. Os docentes da escola que, além da formação inicial, possuem pós-graduação na área em que lecionam e também outros cursos de aperfeiçoamento. Identifica-se que toda a equipe de profissionais docentes possui ou está em curso de aperfeiçoamento.
Relatórios das Avaliações Internas (Conselho de Classe)		Equipe Pedagógica da Escola Estadual Antônio Thomaz Ferreira de Rezende	Possui procedência autêntica e confiável por ser documento acompanhado e inspecionado pela Superintendência Regional de Ensino de Uberlândia.	Documento formal descritivo das movimentações das turmas bem como do resultado em períodos do desenvolvimento do ensino e aprendizagem individual de cada estudante.	Diagnóstico, monitoramento e intervenção.	O Conselho de Classe é uma instância colegiada, responsável por favorecer a articulação entre professores, realizar a análise das metodologias utilizadas, estabelecer a relação dos diversos pontos de vistas e as intervenções necessárias nos processos de ensino e de aprendizagem. É composto pelos seguintes membros: a) Diretor e/ou Vice-diretor; b) Especialista da Educação Básica; c) Todos os Professores; d) Representante (s) de turma; e) Representante de pais e/ou responsáveis. A realização das reuniões do Conselho de Classe oportuniza a reflexão do coletivo escolar para prosseguir com o planejamento das próximas ações e, quando necessário, o replanejamento das estratégias desenvolvidas na/pela escola, importantes para melhorar a participação, o desempenho e o engajamento dos estudantes. Assim, suas discussões não se limitam ao desempenho ou comportamento dos estudantes nas aulas, mas devem considerar, fundamentalmente, os pressupostos pedagógicos e filosóficos do Projeto Político Pedagógico da Escola e as normatizações do Regimento Escolar; a atuação docente; o currículo; o planejamento; as práticas docentes; os direitos de aprendizagem dos estudantes e as avaliações da aprendizagem.
Email institucional 2021		Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais através da Superintendência Regional de Ensino.		Meio oficial de comunicação institucional entre os estudantes, profissionais da educação e Superintendência Regional de Ensino.	Deliberações	Cronogramas de execução e informes. Planejamento vertical e hierárquico com forte impacto na qualidade da educação. Identifica-se que o planejamento e adequações quanto aos procedimentos por meio de memorandos e ofícios são elaborados e organizados em tempo real, toda e qualquer informação é passada por email sem um tempo de estudo e maturação, as adequações são realizadas de acordo com as incidências de cada caso em 2021.
Grupos de WhatsApp 2021		Equipe Pedagógica e administrativa da Escola Estadual Antônio Thomaz Ferreira de Rezende	Meios de comunicação interna e externa confiáveis e autênticos acompanhados pela equipe administrativa, gestora, pedagógica, responsáveis e estudantes da escola.	Meio informal de divulgação das informações pedagógicas para estudantes e responsáveis.	Orientações e circulação de informações	Orientações e repasses de informações. Utilizado como meio de comunicação instantâneo entre professores x estudantes x supervisores x equipe gestora x responsáveis, não necessariamente nessa ordem, porém com registro de dados e interpretações da realidade escolar.

Fonte: Produzida pela autora (2021) com base em Cerllard (2008).

APÊNDICE B – DESIGNER A SER INSERIDO NO APP: TRILHAS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL



2021

ESCOLA ESTADUAL ANTÔNIO THOMAS FERREIRA DE REZENDE

Especialista – **Gestão** Morgana Machado – manhã – 2ª e 3ª anos

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	CALENDÁRIO ENSINO
REGIMENTO ESCOLAR	HORÁRIOS DE AULA
EQUIPE GESTORA	RESULTADOS
EQUIPE DOCENTE	CONHEÇA A NOSSA ESCOLA
ETAPAS E MODALIDADES DE ENSINO OFERTADAS	FALE CONOSCO

PPP – LINK - <https://drive.google.com/file/d/1coom0tmUjVvCyyKmDCVnxtipCzHhKTVZ/view?usp=sharing>

Regimento – LINK - https://drive.google.com/file/d/1xHBJA_DceDsUo0d3Y5KngpvxT4XTMD2M/view?usp=sharing

Equipe Gestora –



Geraldo Vanessa Sônia Mara Maria

EQUIPE DOCENTE:	
PROFESSORES	DISCIPLINAS
Marion Caetano	Física
Stanley Lima	Física
Jatiane Ribeiro	Física
Romilda Vieira	Português
Bruno Oliveira	Português
Elizabete Xavier	Português
Vanja Borges Amaral	Português
Valquíria Serpa	Inglês
Flavia Serrão Gomes	Inglês
Mara Aparecido	Inglês
Hilda dos Reis	Geografia
Eder Luis	Geografia
Erika Rodrigues Mendes	Geografia
Eliza Andrade	Matemática
Walysson	Matemática
Jose Severo	Matemática
Thaier Freitas	Matemática
Diogo Veloso	Filosofia
Leticia Rodrigues	Filosofia
Simone Alvarenga Silva	Educação Física
Juliana Oliveira Mendes	Educação Física
Janni Sousa Borges	História
Katiane Bueno	História
Duarte Souza	Biologia
Carlos Alexandre	Biologia
Leticia Castanheira	Biologia
Beatriz Moraes	Química
Demian Morenghi	Química
Quezia Lima	Artes
Jayne Oliveira	Sociologia
Guilherme Graciano	Sociologia

ETAPAS E MODALIDADES DE ENSINO OFERTADAS-

- Anos Iniciais do Ensino Fundamental – 5º Ano
- Anos Finais do Ensino Fundamental – 6º ao 9º Ano
- Ensino Médio Regular – 1º ao 3º Ano
- EJA Ensino Médio – 1º ao 3º Período

Calendário escolar – LINK -
Ensino Regular
https://docs.google.com/document/d/1uUcMwqH3_ZyM3aR2OngyhwieDNh6ZDb/e/dt?usp=sharing&ouid=116868588339444561314&rtpdf=true&sd=true

EJA -
https://docs.google.com/document/d/1U6PiecwIDvZQ1_18FXSyQc_pittBAUNF/ed7?usp=sharing&ouid=116868588339444561314&rtpdf=true&sd=true

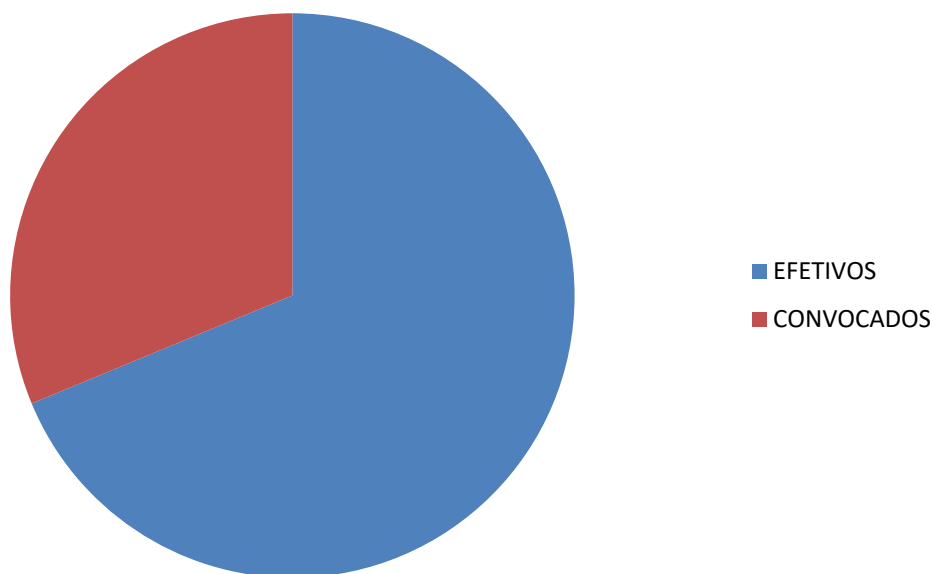
Horário de aulas manhã - LINKS

2021
<https://drive.google.com/file/d/1-D9fMURFAZ5vT7qU7bzCDfX0fOpRkAZ/view?usp=sharing>

2022
1ºs anos - <https://drive.google.com/file/d/1CpskZ7hrimWXD4df6ix1RtIXWDMlB/view?usp=sharing>
2ºs e 3ºs anos - <https://drive.google.com/file/d/1gRPrvH62aazhvDV1XSDw5wed4Nw6Ws1T/view?usp=sharing>

EQUIPE DOCENTE

PROFESSORES EFETIVOS E CONVOCADOS

EQUIPE DE PROFESSORES

Conheça a nossa escola - LINK: <https://www.youtube.com/watch?v=jZBAjDV5aq4>

Calendário escolar – LINK – Ensino Regular

https://docs.google.com/document/d/1uuCMwqH3_ZyM3aR2OnqyhawigDNh6ZDb/edit?usp=sharing&ouid=116868588339444581314&rtpof=true&sd=true

EJA -

https://docs.google.com/document/d/1U6PIecwLDxZQl_18FXSyQc_pIzt8AUNF/edit?usp=sharing&ouid=116868588339444581314&rtpof=true&sd=true

Horário de aulas manhã - LINKs

2021

<https://drive.google.com/file/d/1-D9fMURFAZ5yT7qRU7bzCDfK0fOpRkAZ/view?usp=sharing>

2022

1ºs anos -

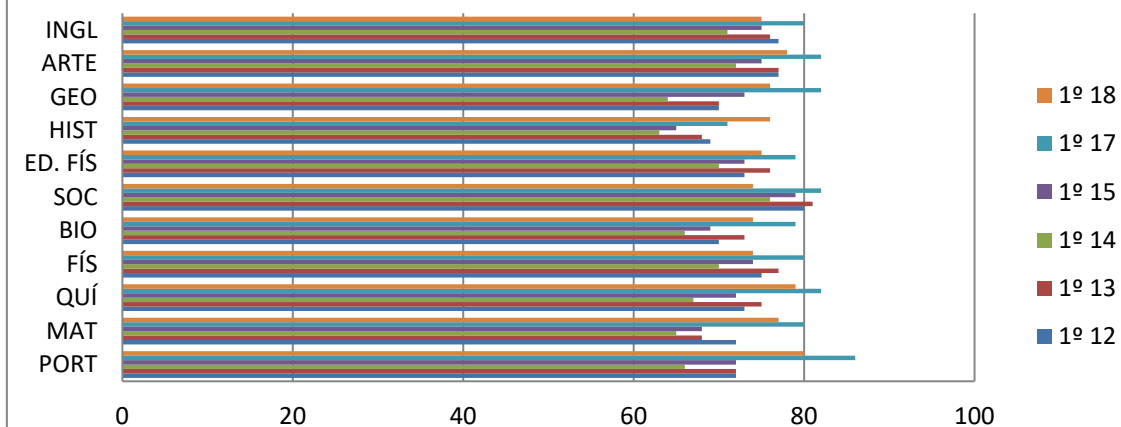
<https://drive.google.com/file/d/1CpskZ7hrimWXd4dJf6jX1RtiDXW0MlIB/view?usp=sharing>

2ºs e 3ºs anos -

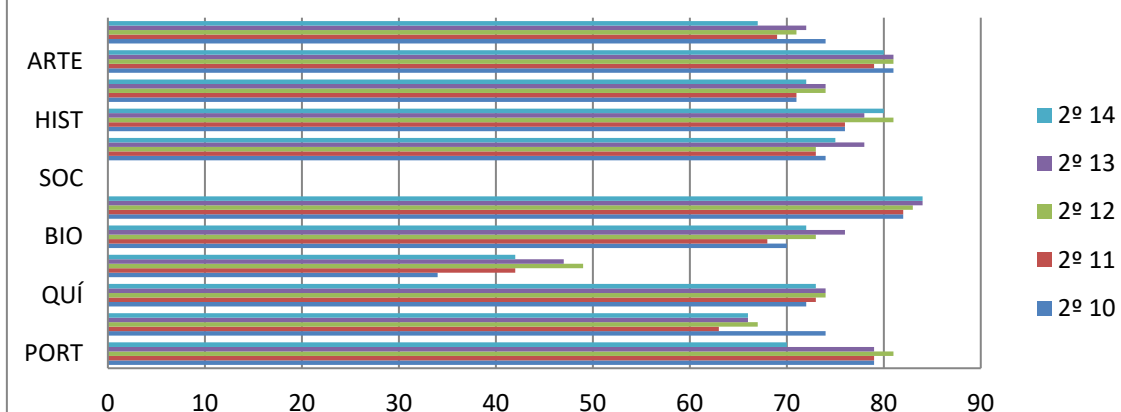
<https://drive.google.com/file/d/1gRPryH62aazhxDV1XSDw5wed4Nx6Ws1T/view?usp=sharing>

RESULTADOS

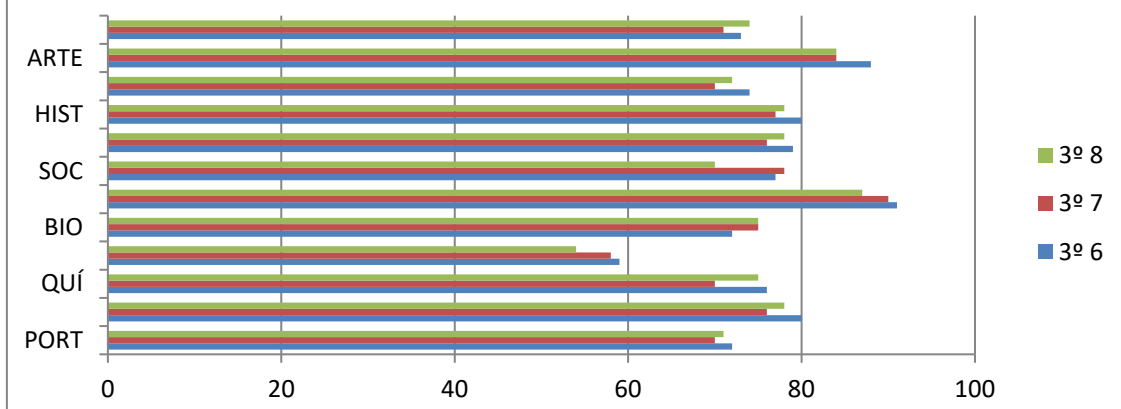
RESULTADO ANUAL DA ESCOLA DOS 1ºs anos 2021



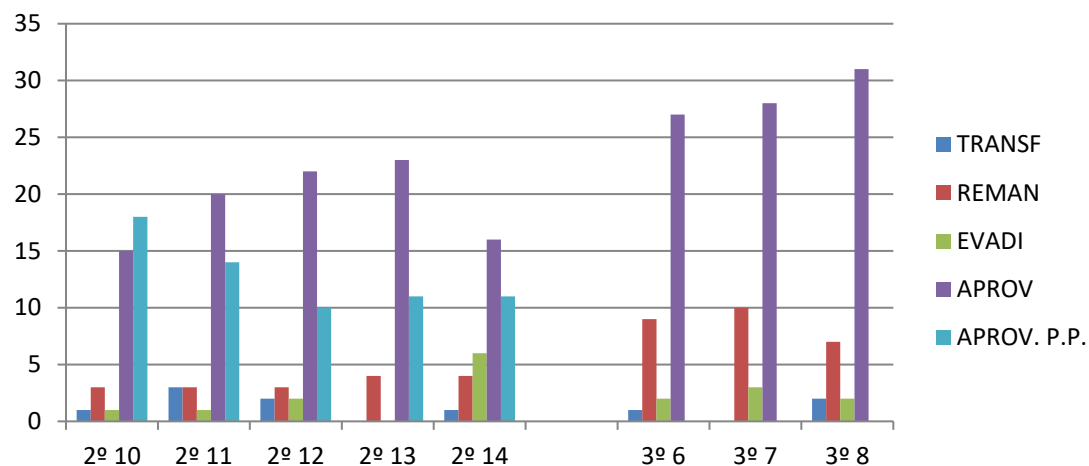
RESULTADO ANUAL DA ESCOLA 2ºs anos 2021



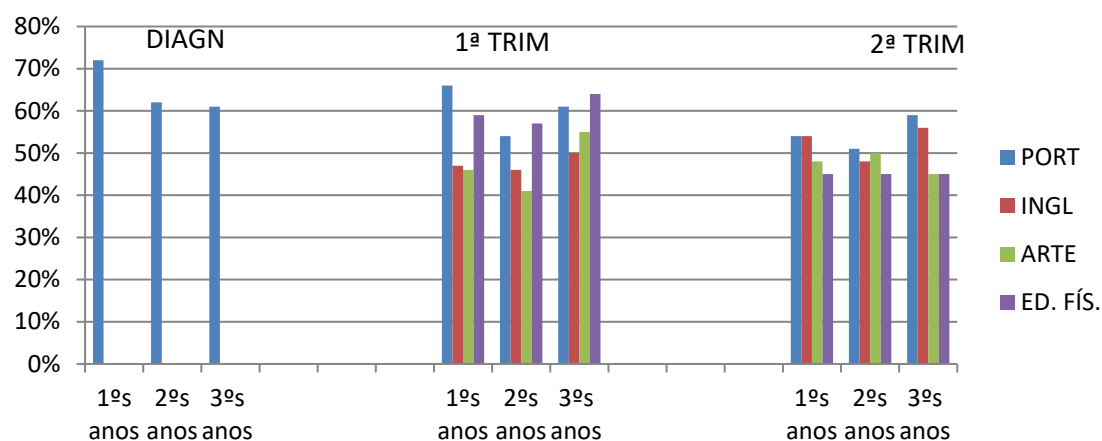
RESULTADO ANUAL DA ESCOLA 3ºs anos 2021



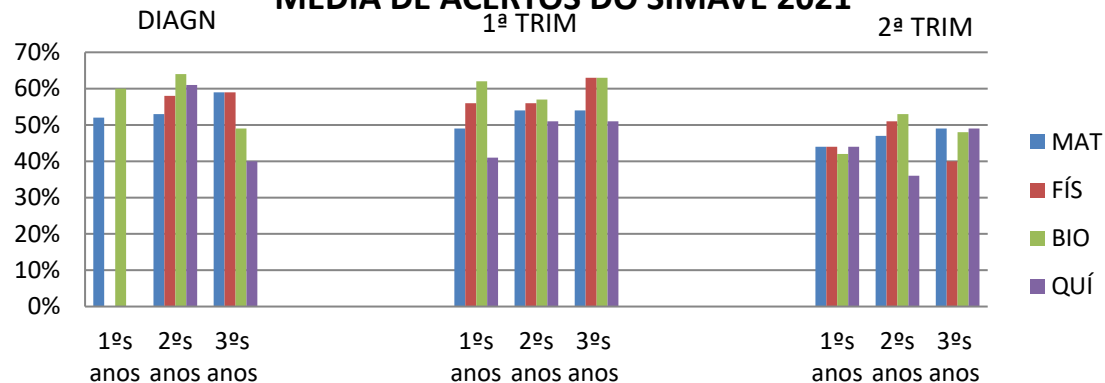
MOVIMENTAÇÃO E PROMOÇÃO DA ESCOLA 2021

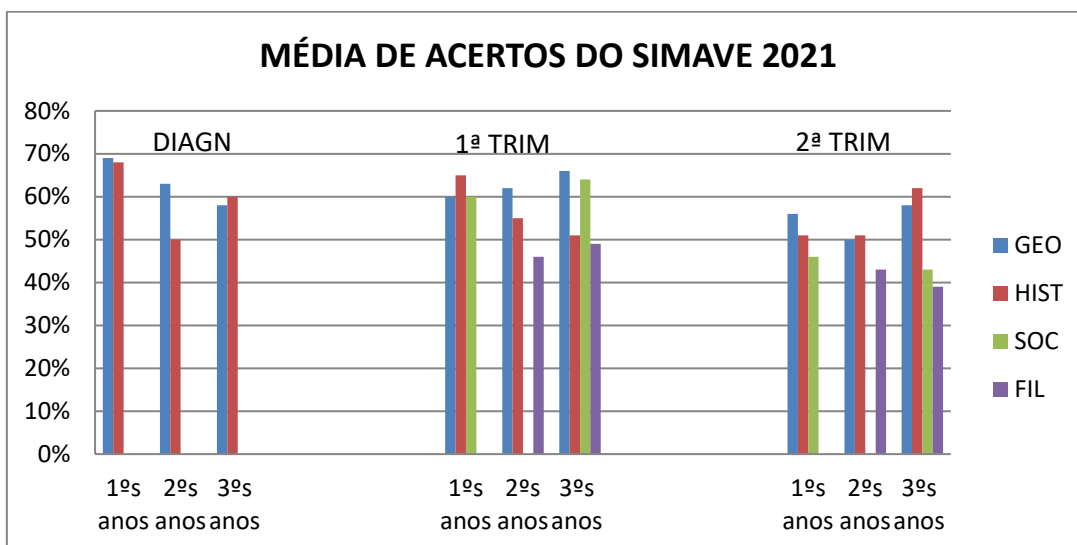


MÉDIA DE ACERTOS DO SIMAVE 2021

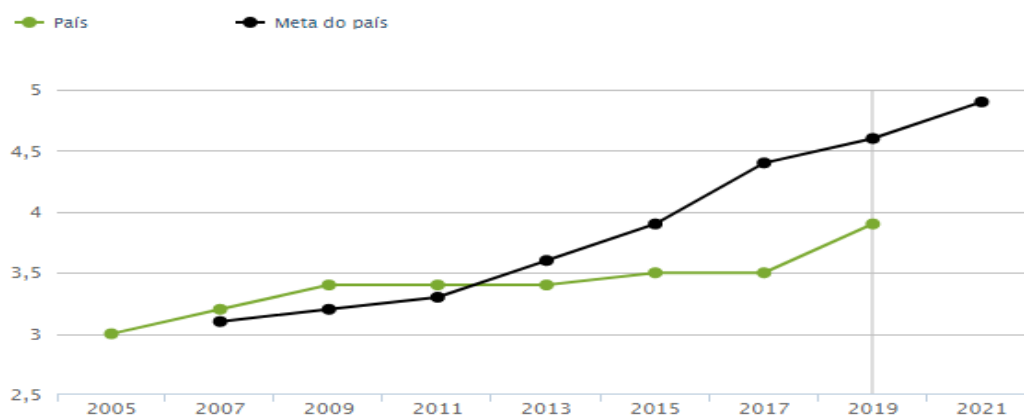


MÉDIA DE ACERTOS DO SIMAVE 2021

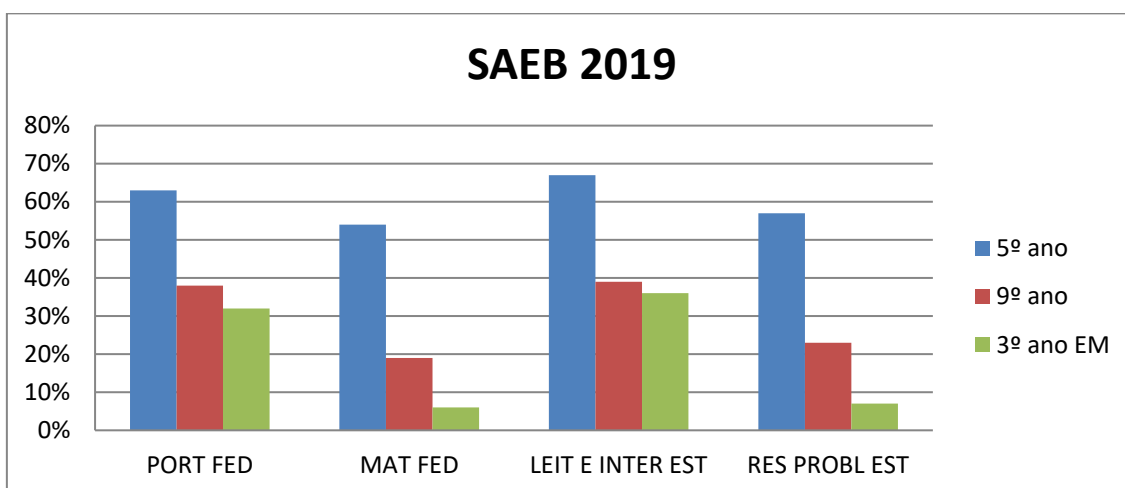




EVOLUÇÃO DO IDEB



Fonte: QEdu.org.br. Dados do Ideb/Inep (2019).



FALE CONOSCO

LINK forms: <https://forms.gle/Eeora43XpCPGxF2f6>

CONTATOS

ENDEREÇO: Praça da Fraternidade, 0, Jardim Brasília, município de Uberlândia - MG, CEP – 38401-430

E-MAIL: escola.167771@educacao.mg.gov.br

TELEFONE: 34 – 32191366/999764854

PARA SABER MAIS

BRANDALISE, M. A. T. **Avaliação institucional da escola: conceitos, contextos e práticas.** 2008. *Olhar de professor*, Ponta Grossa, 2010. Disponível em <http://www.uepg.br/olhardeprofessor> Acesso em 13/09/2021.

GROCHOSKA, Márcia Andréia e EYNG, Ana Maria. A Auto-Avaliação Institucional Como Estratégia de Gestão da Escola de Educação Básica. Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR. **Anais...** V Educere III Congresso Nacional da Área De Educação Episteme – Conhecer. Curitiba 03 a 05 de 2005. Disponível em: <https://www.pucpr.br> . Acesso em: 18 jul. 2020.

LÜCK, Heloisa. **Perspectiva da Avaliação Institucional da Escola.** Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

CELLARD, André. (2008) “A análise documental”. In: Poupart, Jean. (2008) **A Pesquisa Qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos.** Trad. Ana Cristina Nasser. Petrópolis, Vozes, pp. 295-316.

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO DA ABA FALE CONOSCO**Avaliação Institucional**

Objetivo: contribuir para a reflexão sobre o desenvolvimento contínuo de avaliação institucional e construção da qualidade social da educação, a partir da análise dos documentos produzidos pela escola, contemplando ensino e aprendizagem, trabalho pedagógico, relações interpessoais de circulações de informações internas e externas com a comunidade escolar e secretaria regional de educação.

***Obrigatório**

**ESCOLA ESTADUAL ANTÔNIO THOMAZ FERREIRA DE REZENDE
2021**

1. Qual segmento da Comunidade Escolar você pertence? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Servidor(a) da escola
- ☐ Estudante
- ☐ Responsável por estudante
- ☐ Morador do entorno da escola
- ☐ Sociedade de Uberlândia
- ☐ Outros

2. Há quanto tempo faz parte desse segmento? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ 0 a 5 anos
- ☐ 6 a 10 anos
- ☐ 11 a 15 anos
- ☐ 16 a 20 anos
- ☐ 21 anos ou mais.

3. Qual seu grau de escolaridade? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Nunca frequentou a escola
- ☐ Ensino Fundamental (1º ao 9º ano) incompleto
- ☐ Ensino Fundamental (1º ao 9º ano) completo
- ☐ Ensino Médio (1º ao 3º ano) incompleto
- ☐ Ensino Médio (1º ao 3º ano) completo
- ☐ Cursando a Graduação
- ☐ Curso Superior completo
- ☐ Cursando Especialização
- ☐ Especialização completa
- ☐ Mestrando
- ☐ Mestrado completo
- ☐ Doutorando
- ☐ Doutorado completo

4. Como você percebe a relação entre a avaliação da instituição escolar e a qualidade da educação? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Possui relação
- ☐ Não possui relação

5. A partir desse App você consegue identificar: *

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Avaliação da aprendizagem dos estudantes
- ☐ Avaliação das práticas dos professores
- ☐ Avaliação da equipe gestora
- ☐ Desempenho dos estudantes nas avaliações internas (da escola)
- ☐ Desempenho dos estudantes nas avaliações externas (estaduais e federais)
- ☐ Organização pedagógica da escola
- ☐ Atribuições dos membros da comunidade escolar
- ☐ Etapas e modalidades ofertadas pela escola
- ☐ As disciplinas oferecidas por ano de escolaridade e seus professores
- ☐ Localização, história e estrutura física da escola
- ☐ Meios de comunicação oficiais

6. Esses documentos e resultados dispostos no App são suficientes para descrever a sua escola e oferece subsídio para que você possa avaliar a qualidade da rede de ensino? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Talvez

7. Como você avalia a qualidade educacional da rede pública de ensino do estado de MG? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Ótima
- ☐ Boa
- ☐ Precisa melhorar

8. De forma geral, como você avalia o desempenho dos servidores da Escola Estadual Antônio Thomaz Ferreira de Rezende em 2021? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Ótima
- ☐ Boa
- ☐ Precisa melhorar

Circulação de informações

Na sua escola

9. Quais os canais de comunicação mais acessíveis a sua realidade atual para receber as orientações? *

Marque todas que se aplicam.

- ☐ WhatsApp
- ☐ Email Institucional
- ☐ Impresso
- ☐ Oral
- ☐ Facebook
- ☐ Instagram
- ☐ Telefone

10. As informações recebidas são claras e objetiva? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não

11. Com relação a tempo hábil para circulação de informações: demandas a serem cumpridas e reportadas a Superintendência Regional de Ensino. *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Recebo as informações em tempo hábil. Consigo me programar e entrego todas as solicitações com antecedência. Participo de todos os eventos.
- ☐ Não recebo as informações em tempo hábil. Não consigo me programar para entregar as solicitações. Não consigo participar de todos os eventos.
- ☐ Recebo informações defazadas.
- ☐ Não recebo informações

12. Quando participa das reuniões, você tem espaço para falar e esclarecer suas dúvidas democraticamente? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Às vezes

13. Você já foi convidado a participar na escola como coordenador, orientador e/ou representante do seu segmento? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não

Síntese

A avaliação institucional a partir de um dispositivo tecnológico passa a ser individual e subjetivo onde em posse de resultados contínuos cada perfil de usuário tenha a informação necessária para reflexão, planejamento e articulação de estratégias para garantir o direito de aprender, a permanência e conclusão de seus estudos.

14. Como você avalia a política de avaliação institucional no seu contexto escolar relacionando o que foi proposto e o que foi executado em 2021? *

15. Qual(ais) informação(ões) você acha relevante acrescentar que não foram abordados nesse App? *

ANEXOS

Anexo I – Programação em blocos do App – Trilhas da Avaliação Institucional

